



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PARALELO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-  
ECONÔMICO DAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ,  
CHAPECÓ, FLORIANÓPOLIS E TIJUCAS**

**KARINA BARBOSA POFFO BALDANÇA**

*Florianópolis, 2008.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PARALELO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-  
ECONÔMICO DAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ,  
CHAPECÓ, FLORIANÓPOLIS E TIJUCAS**

Monografia submetida ao departamento de  
Ciências Econômicas para obtenção de  
carga horária na disciplina CNM 5420 -  
Monografia

Por: Karina Barbosa Poffo Baldaça

Orientador: Prof. Dr. Louis Roberto Westphal

Área de Pesquisa: Desenvolvimento Sócio-Econômico

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento

2. Qualidade do Crescimento

3. Microrregião

4. Educação

5. Bem estar

Florianópolis, 03/2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 8,0 para a aluna Karina Barbosa Poffo Baldaça na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Luiz Roberto Westphal

Presidente

---

Prof. Celso Leonardo Weydmann

Membro

---

Prof. Idaleto Malvezzi Aued

Membro

*Dedico este trabalho à minha família  
e em especial ao meu esposo Jean Balança.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àquele que chamamos de Deus, por ter iluminado os caminhos nos momentos mais difíceis e de me fazer acreditar que realmente valeria a pena.

Em seguida agradeço a minha família, em especial ao meu Pai, que com seu jeito tímido e às vezes ausente me incentivou e fez perceber o quanto estudar enriquece a alma e enobrece o homem. Muito Obrigada Pai. À minha mãe, pela paciência de esperar a conclusão deste trabalho para poder estar mais presente em sua vida. Obrigada Mãe. Aos meus irmãos, Claudia e Marcelo que, apesar da distância, estão sempre no meu coração. Valeu Manos!

Não posso esquecer dos meus companheiros de faculdade que contribuíram de alguma forma para a conclusão desta jornada: Andréia, Elaine, Fernanda Maria, Kátia e tantos outros que passaram pela minha vida durante todos esses anos de vida acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Louis Roberto Westphal, pela confiança, conselhos e ensinamentos que tornaram a realização deste trabalho um pouco menos complicado.

As minhas amigas de dez horas diárias, Gi e Pri, que me agüentaram nessas últimas semanas estressantes e me apelidaram de “stress máster” e seguraram as pontas no trabalho nos dias em que precisei sair mais cedo para as reuniões de monografia. Valeu meninas, adoro vocês!

Por último e em especial, gostaria de agradecer ao meu marido e amigo Jean Baldaça, que acompanhou diariamente a rotina deste trabalho e que soube entender a minha ausência nesses primeiros meses de casamento para que esta pesquisa pudesse ter sido concluída. E, sempre com seu jeito carinhoso, nos momentos em que eu pensei em desistir, me fez levantar a cabeça e acreditar que era possível. Ah, agradeço também as boas ondas, ao vento e a piscina do condomínio que os fizeram companhia durante os últimos finais de semana. Amo-te, você estará sempre ao meu lado.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho: o meu MUITO OBRIGADA!!!!

*“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte... A gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade, a gente não quer só dinheiro, a gente quer inteiro e não pela metade...”*  
*Titãs (Arnaldo Antunes/Sérgio Brito/Marcelo Fromer)*

## RESUMO

Essa pesquisa tem como principal objetivo o estudo sócio-econômico de quatro microrregiões de Santa Catarina: Araranguá, Chapecó, Tijucas e Florianópolis, no sentido de mensurar o desenvolvimento sob a ótica qualitativa da Visão da qualidade do crescimento e Redução da pobreza. Nas últimas décadas o conceito de desenvolvimento vem sendo discutido e modificado, deixou de ser sinônimo de acumulação de capital para incorporar outras variáveis, como a distribuição da renda, a redução da pobreza e o aumento do bem-estar social. Para o crescimento com qualidade aconteça, segundo a teoria analisada, é necessário que exista educação mais equitativa, melhores oportunidades de emprego, maior equidade de gênero, melhores condições de saúde, maior participação do povo nas decisões políticas, maior liberdade civil e um meio ambiente mais limpo e sustentável. Nesta pesquisa foram feitas análises, através de dados estatísticos extraídos de instituições como o IBGE, PNUD, IPEA-DATA e Secretarias de desenvolvimento dos municípios, que permitiram verificar o grau de desenvolvimento e a evolução de cada microrregião selecionada através dos seguintes indicadores: variação da população; população economicamente ativa – PEA; produto interno bruto – PIB; taxas de desemprego; distribuição da renda, através do Índice de Gini; e os indicadores de desenvolvimento social e de sustentabilidade. Desta forma, conclui-se que as populações das microrregiões cresceram a taxas elevadas, principalmente em áreas urbanas, ocasionado pela migração das pessoas do campo em busca de ofertas de emprego oferecidas pelo setor secundário, devido ao crescimento das atividades no período analisado. A PEA apresentou comportamento semelhante à população total, concentrando-se em zonas urbanas, o que fez aumentar as taxas de desemprego nessas regiões. As maiores taxas de desemprego ocorreram no ano de 2000, devido às crises enfrentadas pelos setores industriais no final de década de 1990. Após analisado o PIB por setor verificou-se que as atividades relacionadas ao comércio e serviços vêm crescendo aceleradamente em todas as microrregiões, em especial, pode-se destacar o Turismo. O crescimento econômico, medido pelo PIB *per capita*, apresentou evolução, no entanto é preciso salientar que em todas as microrregiões houve concentração da renda, o que, para a Visão da qualidade do crescimento e redução da pobreza é um indicador negativo. Apesar disso, considerando o IDH como indicador de desenvolvimento social, notou-se que houve melhorias, principalmente nos sub-índices de educação e longevidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento, qualidade do crescimento, microrregião, educação, bem estar.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Evolução da População Total Residente da Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000 – 2000 (%).....	51
<b>Figura 2:</b> Evolução da População Residente Urbana e Rural da Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	52
<b>Figura 3:</b> Evolução da População Total Residente da Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	54
<b>Figura 4:</b> Evolução da População Residente Urbana e Rural da Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	55
<b>Figura 5:</b> Evolução da População Total Residente da Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	56
<b>Figura 6:</b> Evolução da População Residente Urbana e Rural da Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	57
<b>Figura 7:</b> Evolução da População Total Residente da Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	59
<b>Figura 8:</b> Evolução da População Residente Urbana e Rural da Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	60
<b>Figura 9:</b> Relação entre População Economicamente Ativa Rural e Urbana da Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	62
<b>Figura 10:</b> Relação entre População Economicamente Ativa Rural e Urbana da Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	64
<b>Figura 11:</b> Relação entre População Economicamente Ativa Rural e Urbana da Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	66
<b>Figura 12:</b> Relação entre População Economicamente Ativa Rural e Urbana da Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	68
<b>Figura 13:</b> Relação entre População Total, Pobre e Indigente da Microrregião de Araranguá 1991 e 2000 (%).....	100
<b>Figura 14:</b> Relação entre População Total, Pobre e Indigente da Microrregião de Chapecó 1991 e 2000 (%).....	101
<b>Figura 15:</b> Relação entre População Total, Pobre e Indigente da Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000 (%).....	102
<b>Figura 16:</b> Relação entre População Total, Pobre e Indigente da Microrregião de Tijucas 1991 e 2000 (%).....	103



**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Ilustração 1:</b> Microrregião de Araranguá.....	47
<b>Ilustração 2:</b> Microrregião de Chapecó.....	48
<b>Ilustração 3:</b> Microrregião de Florianópolis.....	48
<b>Ilustração 4:</b> Microrregião de Tijucas.....	49

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Taxa de Desemprego.....	115
<b>Quadro 2:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Alfabetismo 15 anos ou mais 1991 e 2000 (%).....	116
<b>Quadro 3:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Analfabetismo 7 a 14 anos 1991 e 2000 (%).....	117
<b>Quadro 4:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evasão Escolar 10 a 14 anos trabalhando 1991 e 2000 (%).....	118
<b>Quadro 5:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Mortalidade Infantil 1991 e 2000 (%).....	119
<b>Quadro 6:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Expectativa de Vida 1991 e 2000.....	119
<b>Quadro 7:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Médicos Residentes 1991 e 2000.....	120
<b>Quadro 8:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evolução IDH – M E IDH Renda 1991 e 2000 (%).....	121
<b>Quadro 9:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evolução IDH – Educação e IDH Longevidade 1991 e 2000 (%).....	122
<b>Quadro 10:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Pessoas Pobres 1991 e 2000 (%).....	123
<b>Quadro 11:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Pessoas Indigentes 1991 e 2000 (%).....	123
<b>Quadro 12:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios com água encanada 1991 e 2000 (%).....	124
<b>Quadro 13:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios Com energia elétrica 1991 e 2000 (%).....	124
<b>Quadro 14:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios com esgoto adequado 1991 e 2000 (%).....	125
<b>Quadro 15:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Índice de Gini 1991 e 2000 (%).....	126
<b>Quadro 16:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evolução Índice de Gini 1991 e 2000 (%).....	126
<b>Quadro 17:</b> <i>Ranking</i> de Melhor Desempenho de cada Microrregião – PIB <i>Per capita</i> – média de 1999 a 2004 R\$.....	127

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> População Residente Total, Urbana e Rural da Microrregião de Araranguá: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	51
<b>Tabela 2:</b> População Residente Total, Urbana e rural da Microrregião de Chapecó: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	53
<b>Tabela 3:</b> População Residente Total, Urbana e Rural da Microrregião de Florianópolis: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	56
<b>Tabela 4:</b> População Residente Total, Urbana e Rural da Microrregião de Tijucas: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	58
<b>Tabela 5:</b> Microrregião de Araranguá: População Economicamente Ativa: Total, Porcentagem da PEA Rural e Urbana 1970, 1980, 1991 e 2000.....	62
<b>Tabela 6:</b> Evolução da PEA Total, Urbana e Rural – Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000.....	63
<b>Tabela 7:</b> Microrregião de Chapecó: População Economicamente Ativa: Total, Porcentagem da PEA Rural e Urbana 1970, 1980, 1991 e 2000.....	64
<b>Tabela 8:</b> Evolução da PEA Total, Urbana e Rural – Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000.....	65
<b>Tabela 9:</b> Microrregião de Florianópolis: População Economicamente Ativa: Total, Porcentagem da PEA Rural e Urbana 1970, 1980, 1991 e 2000.....	66
<b>Tabela 10:</b> Evolução da PEA Total, Urbana e Rural – Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000.....	67
<b>Tabela 11:</b> Microrregião de Tijucas: População Economicamente Ativa: Total, Porcentagem da PEA Rural e Urbana 1970, 1980, 1991 e 2000.....	68
<b>Tabela 12:</b> Evolução da PEA Total, Urbana e Rural – Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000.....	69
<b>Tabela 13:</b> PIB por Setor a Preços Constantes (primário, secundário e terciário) da Microrregião de Araranguá 1999 – 2004 em R\$.....	70
<b>Tabela 14:</b> PIB por Setor a Preços Constantes (primário, secundário e terciário) da Microrregião de Chapecó 1999 – 2004 em R\$.....	71
<b>Tabela 15:</b> PIB por Setor a Preços Constantes (primário, secundário e terciário) da Microrregião de Florianópolis 1999 – 2004 em R\$.....	72
<b>Tabela 16:</b> PIB por Setor a Preços Constantes (primário, secundário e terciário) da Microrregião de Tijucas 1999 – 2004 em R\$.....	73
<b>Tabela 17:</b> PIB per capita da Microrregião de Araranguá e Santa Catarina (deflacionado a preços constantes/2004) – em R\$ 1999 – 2004.....	74
<b>Tabela 18:</b> PIB per capita da Microrregião de Chapecó e Santa Catarina (deflacionado a preços constantes/2004) – em R\$ 1999 – 2004.....	75
<b>Tabela 19:</b> PIB per capita da Microrregião de Florianópolis e Santa Catarina (deflacionado a preços constantes/2004) – em R\$ 1999 – 2004.....	76
<b>Tabela 20:</b> PIB per capita da Microrregião de Tijucas e Santa Catarina (deflacionado a preços constantes/2004) – em R\$ 1999 – 2004.....	76
<b>Tabela 21:</b> Indicador da Distribuição da Renda da Microrregião de Araranguá 1991 e 2000.....	77
<b>Tabela 22:</b> Indicador da Distribuição da Renda da Microrregião de Chapecó 1991 e 2000.....	78
<b>Tabela 23:</b> Indicador da Distribuição da Renda da Microrregião de	

Florianópolis 1991 e 2000.....	78
<b>Tabela 24:</b> Indicador da Distribuição da Renda da Microrregião de Tijucas 1991 e 2000.....	79
<b>Tabela 25:</b> Relação entre População Ocupada, PEA e População Total – Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000.....	81
<b>Tabela 26:</b> Pessoal Desocupado e Taxa de Desemprego da Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000.....	81
<b>Tabela 27:</b> Relação entre População Ocupada, PEA e População Total – Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000.....	82
<b>Tabela 28:</b> Pessoal Desocupado e Taxa de Desemprego da Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000.....	83
<b>Tabela 29:</b> Relação entre População Ocupada, PEA e População Total – Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000.....	84
<b>Tabela 30:</b> Pessoal Desocupado e Taxa de Desemprego da Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000.....	84
<b>Tabela 31:</b> Relação entre População Ocupada, PEA e População Total – Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000.....	86
<b>Tabela 32:</b> Pessoal Desocupado e Taxa de Desemprego da Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000.....	86
<b>Tabela 33:</b> População Ocupada por Setor – Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	87
<b>Tabela 34:</b> População Ocupada por Setor – Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	89
<b>Tabela 35:</b> População Ocupada por Setor – Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	90
<b>Tabela 36:</b> População Ocupada por Setor – Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000 (%).....	91
<b>Tabela 37:</b> Indicadores da Educação na Microrregião de Araranguá 1991 e 2000 (%).....	92
<b>Tabela 38:</b> Indicadores da Educação na Microrregião de Chapecó 1991 e 2000 (%).....	93
<b>Tabela 39:</b> Indicadores da Educação na Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000 (%).....	94
<b>Tabela 40:</b> Indicadores da Educação na Microrregião de Tijucas 1991 e 2000 (%).....	94
<b>Tabela 41:</b> Indicadores da Saúde da Microrregião de Araranguá 1991 e 2000 (%).....	96
<b>Tabela 42:</b> Indicadores da Saúde da Microrregião de Chapecó 1991 e 2000 (%).....	97
<b>Tabela 43:</b> Indicadores da Saúde da Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000 (%).....	97
<b>Tabela 44:</b> Indicadores da Saúde da Microrregião de Tijucas 1991 e 2000 (%).....	98
<b>Tabela 45:</b> Indicadores de Moradia – Microrregião de Araranguá 1991 e 2000 (%).....	104
<b>Tabela 46:</b> Indicadores de Moradia – Microrregião de Chapecó 1991 e 2000 (%).....	105
<b>Tabela 47:</b> Indicadores de Moradia – Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000 (%).....	106

<b>Tabela 48:</b> Indicadores de Moradia – Microrregião de Tijucas 1991 e 2000 (%).	107
<b>Tabela 49:</b> Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e Sub-índices do IDH da Microrregião de Araranguá 1991 e 2000.	108
<b>Tabela 50:</b> Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e Sub-índices do IDH da Microrregião de Chapecó 1991 e 2000.	110
<b>Tabela 51:</b> Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e Sub-índices do IDH da Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000.	111
<b>Tabela 52:</b> Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e Sub-índices do IDH da Microrregião de Tijucas 1991 e 2000.	112

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – PROBLEMÁTICA DA PESQUISA .....</b>	<b>16</b>
1.1 INTRODUÇÃO .....	16
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.2.1 <i>Geral</i> .....	18
1.2.2 <i>Específicos</i> .....	18
1.3 METODOLOGIA.....	19
1.4 ASPECTOS CONCEITUAIS .....	22
1.4.1 <i>Desenvolvimento Econômico</i> .....	22
1.4.2 <i>Crescimento e Desenvolvimento Econômico</i> .....	23
1.4.3 <i>Educação</i> .....	24
1.4.4 <i>Pobreza</i> .....	25
1.4.5 <i>Saúde</i> .....	28
1.4.6 <i>Desenvolvimento Sustentável</i> .....	29
1.4.7 <i>Índice de Desenvolvimento Humano</i> .....	31
1.4.7.1 <i>IDH - Educação</i> .....	31
1.4.7.2 <i>IDH - Longevidade</i> .....	32
1.4.7.3 <i>IDH - Renda</i> .....	32
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>34</b>
2.1 DISCUSSÃO TEÓRICA .....	34
<b>CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>41</b>
3.1 A QUALIDADE DO CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA .....	41
3.1.1 <i>Visão Geral</i> .....	41
3.1.2 <i>Diretrizes do Desenvolvimento Econômico</i> .....	42
3.1.3 <i>Ações Negligenciadas no Processo de Crescimento Econômico</i> .....	43
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISE MICRORREGIONAL .....</b>	<b>46</b>
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS MICRORREGIÕES EM ESTUDO .....	46
4.2 População .....	50
4.2.1 <i>População Residente, Urbana, Rural e Total</i> .....	50
4.2.2 <i>População Economicamente Ativa - PEA</i> .....	60
4.3 Indicadores do Desenvolvimento Econômico .....	69

4.3.1 Produto Interno Bruto Por Setor.....	69
4.3.2 Produto Interno Bruto per capita.....	73
4.3.3 Estrutura da Renda.....	77
4.4 Indicadores do Desenvolvimento Social.....	80
4.4.1 Trabalho.....	80
4.4.1.1 Pessoal ocupado por setor.....	87
4.4.2 Educação.....	91
4.4.3 Saúde.....	95
4.4.4 Pobreza.....	99
4.5 Indicadores do Desenvolvimento Sustentável.....	103
4.5.1 Condição de Moradias.....	103
4.6 Índice do Desenvolvimento Humano.....	108
<b>CAPITULO 5 – PARALELO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS MICRORREGIÕES ANALISADAS .....</b>	<b>114</b>
5.1 Trabalho.....	115
5.2 Educação.....	116
5.3 Saúde.....	118
5.4 Índice do Desenvolvimento Humano.....	120
5.5 Pobreza.....	122
5.6 Condições de Moradia.....	124
5.7 Distribuição da Renda.....	125
5.8 Produto Interno Bruto.....	127
<b>CAPÍTULO 6 – SUGESTÕES E CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>129</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	132

## CAPÍTULO 1 – PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

### 1.1 INTRODUÇÃO

No Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, existem acadêmicos que seguem uma linha de pesquisa, onde o foco principal é a análise socioeconômica das microrregiões do Estado de Santa Catarina com base na Visão da Qualidade do crescimento de Thomas *et al* (2000) e da Redução da pobreza de Bourguignon, (2004).

Atualmente, muito se têm discutido sobre a sustentabilidade do crescimento econômico, principalmente em países em desenvolvimento. O que se observa é que além do crescimento do PIB é necessário levar em consideração a qualidade do tal indicador, como por exemplo, se a distribuição de oportunidades, especialmente a educação está sendo feitas de maneira equitativa; se a sustentabilidade do meio ambiente e as políticas do governo sobre combate a corrupção estão sendo praticadas de maneira efetiva para a inclusão de toda a população; se as liberdades civis e políticas, assim como o acesso a cultura, estão sendo feitos de forma integral e universal,

Através de uma análise geral podemos verificar se determinada nação está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sua população, através dos níveis de investimentos em saneamento básico, melhorias nas condições de saúde, e educação em todos os níveis, focando principalmente nos níveis básicos, bem como na maior fiscalização ambiental, reduzindo a poluição da água potável, rios e atmosfera.

No Brasil de hoje, ouve-se muito falar na necessidade de maciços investimentos em educação, infra-estrutura sanitária, sanções mais severas para atuações que prejudicam o meio ambiente, em resumo, investimentos diretos no capital humano, físico e natural que possibilitarão ao país criar condições para a melhoria na qualidade do crescimento econômico em todas as esferas sociais, principalmente àquelas mais pobres, pois possibilitará o ingresso dos mais carentes ao mercado de trabalho, tirando-os da



marginalização, projetando a médio e a longo prazo um maior crescimento com qualidade para todo o país.

O Estado de Santa Catarina vem sendo muito bem conceituado no que diz respeito à qualidade de vida, pois apresenta uns dos melhores índices de desenvolvimento humano do país, menores taxas de analfabetismo, e o PIB per capita fica bem acima da média nacional.

Essa pesquisa trata da análise da qualidade do crescimento socioeconômico de quatro microrregiões catarinenses: Araranguá, Chapecó, Florianópolis e Tijucas, microrregiões estas que se diferenciam basicamente pela particularidade das estruturas produtivas e da localização.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo verificar as principais problemáticas e lacunas do desenvolvimento socioeconômico dessas microrregiões através de dados estatísticos, como: educação, saúde, condições de moradia, desigualdade de renda e produto interno bruto *per capita*. Após a análise dos indicadores, será possível verificar, de modo geral, a real situação de cada microrregião e buscar alternativas cabíveis a cada microrregião.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Geral**

Analisar a qualidade do desenvolvimento sócio-econômico das microrregiões de Araranguá, Chapecó, Florianópolis e Tijucas.

### **1.2.2 Específicos**

1. Reunir, apresentar e definir as categorias teóricas da qualidade do crescimento;
2. Focalizar as microrregiões do Estado de Santa Catarina – Araranguá, Chapecó, Florianópolis e Tijucas sob a ótica das visões da qualidade do crescimento e redução da pobreza;
3. Elaborar um paralelo da qualidade do crescimento e redução da pobreza das microrregiões selecionadas.

### 1.3 METODOLOGIA

Após estudar e avaliar a idéia de crescimento e desenvolvimento sócio-econômico e suas variáveis que compõem o processo, através de análises estruturais, leituras, seminários e resumos sistemáticos, realizou-se a coleta de dados essenciais para fazer à análise comparativa de desenvolvimento das quatro microrregiões, segundo a Visão da qualidade do crescimento de Thomas *et al* (2002) e Redução da Pobreza de Bourguignon *et al* (2004).

No primeiro capítulo foram apresentados os aspectos conceituais dos principais indicadores que caracterizam a existência de qualidade de vida e bem-estar social, segundo a teoria exposta, como: educação, pobreza, saúde, sustentabilidade e indicadores do desenvolvimento humano.

Em seguida, fez-se a comparação entre crescimento e desenvolvimento sócio-econômico segundo a visão de diversos autores e teóricos, para então entrar na apresentação da Visão da qualidade do crescimento e Redução da pobreza, que são a base teórica desta pesquisa.

O capítulo quatro reúne todas as variáveis pesquisadas. Primeiramente com as características gerais de cada microrregião e os aspectos populacionais, separando-os entre população urbana, rural e economicamente ativa; em seguida vieram os indicadores que representam o desenvolvimento econômico, com a análise do PIB por setor, PIB *per capita* e a estrutura da renda, através da apresentação com o Índice de Gini; as seções seguintes mostram os indicadores de desenvolvimento social, como a educação, saúde, pobreza e trabalho, para então entrar no quesito desenvolvimento sustentável, com o estudo das condições de moradia de cada microrregião.

Os dados foram obtidos através de sítios eletrônicos de instituições estatísticas, como: IBGE, PNUD, IPEA-DATA e da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina. As informações referentes aos municípios são limitadas, visto que, muitos deles são de pequeno porte e não possuem dados estatísticos completos.

Após a análise minuciosa das variáveis, pode-se elaborar o paralelo da qualidade do crescimento e redução da pobreza das microrregiões selecionadas, conforme determina o objetivo número três desta pesquisa.

O último capítulo exibiu as respostas para cada objetivo lançado e pode-se verificar o comportamento sócio-econômico de cada microrregião, para então servir de base para elaboração de planos de desenvolvimento com foco em cada indicador, seja este, na saúde, educação ou distribuição da renda.

Abaixo, seguem os quadros com os indicadores que foram utilizados, o modelo de como foi montado o ranking de melhor desempenho entre as quatro microrregiões, o cálculo da taxa de desemprego e a variação de alguns indicadores que compõem o desenvolvimento.

**INDICADORES:**

<b>Indicadores do Desenvolvimento Econômico</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>
Nível da Atividade Econômica	PIB por Setor PIB <i>per capita</i>
Distribuição da Renda	Índice de Gini

<b>Indicadores do Desenvolvimento Social</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>
Educação	Alfabetismo – 15 anos ou mais Analfabetismo – 7 a 14 anos Evasão Escolar
Saúde	Expectativa de Vida Mortalidade Infantil Médicos Residentes
Emprego	População Desocupada Total, Urbana e Rural Taxa de Desemprego População Ocupada por Setor
Pobreza	População Pobre e Indigente

<b>Indicadores do Desenvolvimento Sustentável</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>
Condições de Moradia	Domicílios com Instalação adequada de esgoto Domicílios com Energia Elétrica Domicílios com Água Encanada

<b>Indicadores do Desenvolvimento Humano</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>
Qualidade de Vida	IDH – M - IDH- Educação - IDH – Longevidade - IDH - Renda

**Quadro que apresenta o ranking de melhor desempenho entre as microrregiões:**

O ranking de melhor desempenho foi criado com o objetivo de classificar, por colocação, as microrregiões para cada indicador que determina a qualidade do crescimento. Segue abaixo um exemplo para ilustrar o modelo:

<i>Período</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Evolução Índice Gini</i>
	1		
	2		
	3		
	4		

Após essa comparação, foi feita uma análise da evolução desses indicadores que possibilitou verificar quais microrregiões vem apresentando os melhores resultados.

*Cálculo da Taxa de Desemprego*

$$(PEA - \text{Pessoal Ocupado})/PEA$$

Onde: PEA = População Economicamente Ativa

Pop. Ocupada = Total de pessoas que exercem atividade econômica em uma período de referencia.

*Cálculo da taxa de crescimento dos Indicadores*

$$(X_t - X_{t-1})/ X_{t-1}$$

*Cálculo Deflação do PIB*

$$(\text{PIB a preços de mercado} - 100) / \text{Deflator implícito}$$

## 1.4 ASPECTOS CONCEITUAIS

Neste capítulo serão abordados os aspectos conceituais das principais variáveis que compõem a visão da qualidade do crescimento e redução da pobreza.

### 1.4..1 *Desenvolvimento Econômico*

Os últimos anos presenciaram grandes mudanças no mercado de idéias de desenvolvimento. As lições dos programas de ajuste dos anos 80 impulsionaram o pensamento do desenvolvimento no sentido de um paradigma caracterizado por uma compreensão mais ampla e mais bem integrada do desenvolvimento envolvendo um maior leque de indicadores (BOURGUIGNON, 2004).

Souza (1995) define o desenvolvimento pelo crescimento econômico contínuo e acima do crescimento demográfico, empenhando mudança nas estruturas sociais e indicadores econômicos. É um acontecimento de longo prazo, envolvendo o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade.

Sendo, portanto, o crescimento econômico maior que o crescimento demográfico, o nível de postos de trabalho e arrecadação por parte do Estado deverão crescer, no intuito de permitir ao Governo aumentar os investimentos em serviços sociais e atender primeiramente as classes mais necessitadas (SOUZA, 1995).

Nessa sistematização, com a redução do crescimento populacional, a renda *per capita* tende a crescer no longo prazo, os investimentos em educação, saúde e saneamento básico tendem a se elevar devido ao aumento da arrecadação de impostos, promovendo mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e das estruturas produtivas, o que para Souza (1995) seria a primeira definição de desenvolvimento. Porém, deve-se levar em consideração a real distribuição da renda entre a população, como ela se distribui entre as pessoas, se as razões do crescimento da renda estão relacionadas ao aumento de casas populares, serviços de saúde e educação, ou se estão relacionadas ao aumento das horas trabalhadas ou à maior produtividade, provocado pela inclusão de novas tecnologias.

Uma definição mais ampla de desenvolvimento exige, no entanto, outros indicadores que apontam o comportamento da economia no tempo, tanto do produto como da população, em termos de produtividade e melhorias de níveis de bem-estar social, qualidade de vida e redução da pobreza.

Paulo Sandroni (1994) concorda com Souza (1995), quando afirma que o desenvolvimento econômico é o crescimento do Produto Nacional Bruto *per capita* condicionado a melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais nas estruturas de sua economia. O desenvolvimento econômico depende de características próprias, seja estas, geográfica, passado histórico, populacional ou cultural, e até mesmo relacionado aos recursos naturais. De modo geral, as mudanças nas estruturas dependem de investimentos nos setores industriais, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos agrícolas, reduzindo a dependência internacional. Deve-se investir em pesquisa, tecnologia e desenvolvimento de produtos para exportação, agregando maior valor e aumentando as divisas internas do país.

A ONU (Organização das Nações Unidas) utiliza os seguintes indicadores para classificar um país em desenvolvido ou em desenvolvimento, são eles: índice de mortalidade infantil, esperança de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização e instrução e condições sanitárias.

#### **1.4.2 Crescimento e Desenvolvimento Econômico**

Não existe um conceito unânime que caracterize desenvolvimento econômico. Souza (1995) põe em jogo duas correntes, uma mais teórica, que considera o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, onde o aumento do PIB é ponto-chave para determinar as condições sociais e econômicas de uma economia, e que a distribuição da renda entre os proprietários dos fatores de produção, gera automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Para os economistas que consideram crescimento igual a desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresentem recursos ociosos, como terra e mão-de-obra.

A outra corrente, que tem seu foco na realidade atual das economias subdesenvolvidas, encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve alterações qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, caracterizando-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria da qualidade de vida da população (SOUZA, 1995 p.5).

Souza (1995) afirma que a experiência tem demonstrado que o conceito desenvolvimento econômico não pode ser misturado ao de desenvolvimento, pois o resultado dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população.

### **1.4.3 Educação**

A formação de um cidadão, através da educação básica, que é composta pela educação infantil, ensino fundamental e médio, tem por objetivo promover o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e cálculo; a compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, visando à formação de atitudes e valores; fortalecimento dos vínculos de família e laços de solidariedade humana (Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDBEN. Art. 32, 2006)<sup>1</sup>.

A melhoria na educação possibilita aos indivíduos maior inclusão social, melhores condições de emprego, autonomia e igualdade nas oportunidades.

Enquanto ainda se luta contra o analfabetismo básico (saber ler e escrever) e não for resolvido bem o problema do analfabetismo sociocultural (saber em que tipo de sociedade se vive preparando a pessoas para interagir com ela), já somos enfrentados pelo analfabetismo tecnológico (saber interagir com máquinas mais complexas). Toda escola incompetente em algum desses aspectos é socialmente retrógrada. Para que a escola proporcione uma efetiva formação para a emancipação humana, não basta simplesmente

---

<sup>1</sup> Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> . Acesso em 28 jan. 2008.



alfabetizar e instruir, é necessário inseri-la na realidade e no contexto atual (CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA – CECCA/SC, 200 p. 137).

A qualidade de vida, o bem-estar social e a redução da pobreza estão intimamente relacionados à educação da população, e para fazer valer seu papel na sociedade é necessário investimentos em reformas pedagógicas, melhorando o grau de formação dos professores, formulação de programas de alfabetização de jovens e adultos, e melhoria na qualidade das bibliotecas e equipamentos das escolas.

#### **1.4.4 Pobreza**

A pobreza é um indicador de fundamental importância para medir o nível de desenvolvimento de um país.

Simon Schwartzman (2004) afirma que, tradicionalmente, a condição de pobreza era compreendida como algo intrínseco, natural e inevitável para uma determinada parcela da população. Porém só tornava elemento de discussão política, quando os pobres, de alguma forma saíam ou eram excluídos da situação de conformismo tradicional, e se transformavam em uma ameaça à ordem constituída. A principal discussão até o final do século XIX, era se a pobreza era uma questão moral, consequência de falta de ética de trabalho e sentido de responsabilidade dos pobres, ou o efeito inevitável do desenvolvimento da economia industrial e de mercado. Malthus<sup>2</sup>, explicava a pobreza pelo crescimento geométrico da população, onde a mesma deveria ser acompanhada pelo crescimento dos setores agrícolas e produção de alimentos e transferia responsabilidade do crescente número de pobres para os próprios pobres, que insistiam em se procriar sem pensar nas consequências.

João Paulo dos Reis Velloso (1991) define a rigor o conceito de pobreza como sendo a maneira a incluir não apenas em sua magnitude econômica, mas também aos aspectos sociais, culturais e biológicos. Em sua definição mais ampla, Velloso (1991) afirma que:

---

<sup>2</sup> Thomas Robert Malthus, economista britânico que tem em seu principal ensaio a hipótese de que as populações humanas crescem em progressão geométrica e os alimentos em progressão aritmética.

“A cultura da pobreza refere-se a uma atitude de vida adquirida em ambiente social e histórico caracterizado pela ausência da participação e integração nas principais instituições da sociedade e na sua definição mais restrita, aqui utilizada, a idéia de pobreza é associada restrições severas impostas aos indivíduos (ou famílias) na sua escolha e acessos aos serviços. Admite-se, ainda, que a renda ou, mais precisamente, a insuficiência da renda seja capaz de representar adequadamente deficiências nutricionais e de acesso aos serviços da infra-estrutura social”.

Velloso (1991) apresenta dois conceitos de pobreza, sendo eles: pobreza relativa e pobreza absoluta. No primeiro caso, é utilizado o coeficiente de Gini, que é o indicador de desigualdade relativo na distribuição de renda que, quanto mais próximo da unidade 1, mais desigual é a distribuição de renda. O índice de Gini mede desvios em relação a uma distribuição perfeitamente equitativa. Essa avaliação da pobreza relativa leva em consideração as desigualdades na distribuição da renda e são medidas pela diferenças entre as participações relativas dos vários grupos na população total e na renda agregada. Já a pobreza em termos absolutos tem em sua essência a idéia de medir os desvios da renda dos indivíduos, famílias ou grupos em relação a uma linha de pobreza geralmente determinada por critérios nutricionais ou antropométricos.

Velloso (1991) ainda faz uma grande crítica aos conceitos de pobreza até então existentes. O autor afirma que o conceito de pobreza, enquanto insuficiência de renda refere-se ao fato de esta não refletir adequadamente diferenças na acessibilidade dos indivíduos e famílias aos serviços básicos de saúde e educação, condições mínimas de saneamento básico, habitação, transporte e lazer.

Um estudo feito pelo IPEA (2005) mostra que é difícil mensurar universalmente a pobreza, pois o conceito pode variar em função do momento histórico, das condições da economia, de fatores culturais e das diversidades regionais. Na prática, o conceito de pobreza está associado à insuficiência de renda. Afirma-se, portanto, que um indivíduo ou família é pobre quando a soma de seus rendimentos não lhe permite satisfazer as necessidades básicas de alimentação, transporte, saúde, lazer. Já se mostrou aqui que a base para o conceito da pobreza está diretamente relacionada à falta da renda, mas afinal, como medi-la? Segundo IPEA (2005), a maneira mais utilizada para tal medição é a parte de uma cesta básica de alimentos considerada adequada para a nutrição de um indivíduo ou família. Por seguinte, considerando que a alimentação deve representar metade do orçamento necessário para o atendimento de todas as necessidades básicas, estima-se a

renda mínima necessária para suprir a condição de pobreza. Essa renda passa a ser a *linha da pobreza*.

No entanto, esse procedimento é um tanto objetivo, e como já foi apresentada, a composição, assim como o custo da cesta básica varia de região para região e até de hábitos alimentares regionais. Porém essa foi uma maneira simplificada que se convencionou para medir a renda necessária para cada indivíduo ou família em relação às necessidades mínimas nutricionais exigidas.

O crescimento da pobreza e do grau de desigualdade social agrava-se com as crises econômicas, em 1997 a crise financeira aumentou a população miserável em 20 milhões de pessoas na Indonésia, Tailândia e Coréia do Sul. A exceção seria a China, onde essa população caiu 280 milhões, em 1990, para 125 milhões em 1997<sup>3</sup> (SOUZA, 1995).

Souza (1995) distingue a população pobre da população miserável. Caracteriza como pobre as famílias que possuem renda familiar apenas para atender as necessidades básicas diárias (alimentação, vestuário, moradia, educação, transporte, saúde, lazer); enquanto as famílias que pertencem à faixa considerada de miseráveis ou indigentes são aquelas cuja renda familiar cobre apenas a alimentação.

Outro fator que é influenciado na qualidade do crescimento e na conseqüente redução da pobreza é o nível de educação da população, quanto mais escolarizada a população maior tende a ser a renda *per capita*, melhor tende a ser as oportunidades de trabalho, inclusão social, redução da criminalidade.

A pobreza, por sua vez, também influencia na vida cultural e intelectual das pessoas, tem impacto na educação das crianças e em sua trajetória escolar, que estimula a evasão escolar e só tende a gerar mais pobreza, pois a falta de informação e capacitação faz com que os indivíduos fiquem à margem da sociedade, reduzindo as oportunidades de emprego e melhoria de renda familiar.

---

<sup>3</sup> Banco Mundial, 2003, Distribuição de renda.

### 1.4.5 Saúde

Há muito se sabe que saúde e doença, longe de serem fatalidade ou destino, são processos históricos e sociais determinados pelo modo de como as sociedades vivem, se organizam e se reproduzem.

A sociedade brasileira vem atravessando profundas mudanças históricas e sociais no decorrer das décadas no que diz respeito também à saúde. Deste modo, os problemas da saúde, sua valorização social e sua gravidade também se distribuem desigualmente, entre homens e mulheres, brancos, negros, amarelos e indígenas, pobres e ricos, jovens e velhos, seja pela diferença de origem social, pela desigualdade de acesso às ações e serviços da saúde e demais políticas sociais, em meio a processos muitas vezes contraditórios, em permanente mudança.

Ao considerar que os problemas são de dimensões coletivas, seu enfrentamento necessita de ações coletivas, com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças e do trabalho interdisciplinar em equipe, que apenas serão possíveis com a participação da sociedade e Estados (Painel de indicadores do SUS, 2006)<sup>4</sup>.

A melhoria nos indicadores de mortalidade infantil e expectativa de vida, por exemplo, podem estar relacionadas à melhoria dos serviços de abastecimento de água tratada e saneamento básico, mas é sabido também, que esses serviços são distribuídos muito desigualmente. As populações mais ricas se concentram em áreas com atendimento privilegiado, e as mais pobres permanecem com muito mais carências, sujeitando-se as más condições de saúde.

Segundo pesquisa feita pelo CECCA (2001), mais de 90% dos casos de desnutrição são provocados por problemas sociais: miséria, abandono e falta de informação a afirma ainda que programas emergenciais, como alimentação, não eliminarão os problemas, o que resolve educação dos pais e melhorias na qualidade de vida.

E continua, é a qualidade de vida que determina a saúde. Assim se explica por que as doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, embora tenham diminuído sua importância como causa de mortalidade, o que poderia indicar um melhor desempenho do sistema de atenção à saúde, permanece como expressiva presença nos

---

<sup>4</sup> Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Painel de Indicadores do SUS, 2006. Disponível em <http://portal.saude.gov.br>. Acesso em 30 jan. 2008.

índices de morbidade hospitalar, constituindo-se em importante causa de internações. São doenças que mais diretamente decorrem da precariedade das condições de vida.

Em regiões pobres, destaca-se um perfil epidemiológico com grande incidência de bronquite e doenças respiratórias, infecções intestinais e outras doenças relacionadas com baixa renda, a falta de saneamento, insalubridade, deficiência alimentar e outras carências das populações pobres exigem um plano de saúde para minimizar os efeitos da pobreza na saúde da população. As doenças podem ser facilmente controladas se houver intervenção no local da moradia, alterando a realidade existente, com investimentos em saneamento básico e infra-estrutura, criação de programas de geração de renda, desenvolvimento de ações coletivas de caráter informativo e educativo (CECCA, 2001).

#### **1.4.6 Desenvolvimento Sustentável**

O conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo muito discutido nos últimos anos e reconhecer a importância do meio ambiente para a qualidade de vida da população chega a ser redundante no contexto atual, no entanto muitas vezes os próprios indicadores deixam de lado os aspectos ambientais como referência para o desenvolvimento sócio-econômico.

Em quase todos os lugares, afirma CECCA (2001), quando se fala de qualidade de vida ou da sua ausência, associam-se a elementos ambientais como: áreas verdes, poluição do ar e das águas, ruído, tratamento de lixo e esgoto. É certo afirmar que todos esses aspectos são fundamentais para qualquer avaliação da situação atual ou futura do nosso município, entretanto, deveríamos levar em consideração outras variáveis como a ampliação ou redução das áreas protegidas, recuperação dos ecossistemas degradados e situação dos locais e a preservação do visual paisagístico.

Em suas palavras, CECCA (2001) continua:

Também as mudanças dos serviços sócio-ambientais básicos, como coleta e tratamento dos resíduos sólidos, são determinantes para a avaliação da evolução da qualidade de vida urbana. Por outro lado a avaliação das políticas institucionais de meio ambiente, seja do órgão responsável, seja de outros órgãos ou

secretarias do município, principalmente no que se refere a políticas urbanas de planejamento e infra-estrutura, permitem avaliar como a questão ambiental é tratada institucionalmente. Outro fator fundamental é o grau de comprometimento e participação direta dos moradores na resolução dos problemas urbanos e ambientais do bairro e da cidade.

Para Souza (1995), uma definição mais ampla do desenvolvimento engloba, além da melhoria dos indicadores socioeconômicos, a questão da preservação ambiental. No médio e longo prazo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos naturais através da sua utilização indiscriminada e exemplifica:

O crescimento econômico acelerado pode provocar o desmatamento das florestas, a exaustão de reservas minerais e a extinção de certas espécies de peixes. A atividade agrícola tende a ocupar vastas áreas de terras onde se encontram florestas. A urbanização explosiva resultante tem provocado o esgotamento das fontes de água potável. A atividade produtiva pode também poluir os mananciais de água, infestar o ar atmosférico, interferindo no próprio clima e no regime das chuvas, o que afeta a saúde da população. Em outras palavras, *desenvolvimento sustentável* é o que preserva o meio ambiente, sobretudo os recursos naturais não renováveis.

A deterioração do meio ambiente piorou intensamente nas últimas décadas, em decorrência, principalmente do crescimento populacional, das pressões domésticas e globais sobre os recursos escassos, das políticas econômicas, como por exemplo, os subsídios que ignoram as consequências ambientais, e da negligência das propriedades públicas globais e locais. Os custos com a poluição e degradação do meio ambiente são enormes, e em muitos casos são irreversíveis. E são os pobres devido à sua relação com o capital natural, como florestas, minerais e biodiversidade que mais sofrem com a poluição do meio ambiente.

### **1.4.7 Índice de Desenvolvimento Humano**

Conforme apresentado na seção 2.1.1, o desenvolvimento econômico, além de ser caracterizado pelo crescimento econômico, carrega em seu bojo outros indicadores que possibilitam mensurá-lo de maneira mais ampla sua complexidade.

O índice de desenvolvimento humano foi publicado pela primeira vez em 1990 e foi criado com o objetivo de medir o nível do desenvolvimento humano dos países a partir de três indicadores: educação, longevidade e renda. Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH igual ou menor que 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio e países com IDH acima de 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto (PNUD, 2008).

Embora o IDH seja primeiramente um indicador para medir o grau de desenvolvimento humano em países, utiliza-se o indicador para medir também o desenvolvimento nas esferas municipais, denomina-se IDH-M.

#### **1.4.7.1 IDH - Educação**

Segundo Sespa (2008), um dos critérios para medir a categoria do IDH relacionada à educação é definido por:

Para medir o acesso à educação em grandes sociedades, como num país, a taxa de matrícula, nos diversos níveis do sistema educacional é um indicador suficientemente preciso. Todavia, quando o foco está em núcleos sociais menores, como municípios, esse indicador é menos eficaz. Pois os estudantes podem morar em uma cidade e estudar em outra, distorcendo as taxas de matrículas. Daí a opção pelo indicador de frequência à sala de aula, que é baseado em dados censitários. O que se pretende aferir é a parcela da população daquela cidade que vai a escola em comparação à população municipal em idade escolar.

Outro critério de avaliação corresponde ao percentual de alfabetizados de maiores de 15 anos. Esse indicador se baseia no direito de todos os brasileiros terem acesso as salas de aula por um período mínimo de 8 anos de ensino fundamental<sup>5</sup>. Ao final desse período espera-se que o cidadão seja capaz de redigir um bilhete simples para ser considerado alfabetizado. A taxa de alfabetização é obtida através da divisão do total de alfabetizados maiores de 15 anos pela população total de mais de 15 anos do município pesquisado (SESPA, 2008).

#### **1.4.7.2 IDH - Longevidade**

Na área de longevidade é considerada a expectativa de vida ao nascer da população, como critério para definir o nível de desenvolvimento humano.

Esse indicador mostra qual a média de anos que a população nascida em uma determinada localidade no ano de referência deve viver desde que as condições de mortalidade existentes se mantenham constantes. Quanto menor for a mortalidade registrada em um país ou município maior será a esperança de vida ao nascer. O aumento da longevidade é um indicador de melhora nos acesso a alimentação, saúde e saneamento.

Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto as ocorridas em condições de doenças tanto as provocadas por causas externas (violência e acidentes) (SESPA 2008).

#### **1.4.7.3 IDH - Renda**

Por fim, a renda também influencia no cálculo do desenvolvimento humano. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos em um país em um determinado período de referência. O PIB *per capita* é a divisão desse valor pela população total do

---

<sup>5</sup> A LDB – Lei de Diretrizes e Bases, em 2006 alterou o número de anos do ensino fundamental de 8 para 9 anos. LDB, Art. 32.



país. O IDH – renda trata-se de um indicador eficaz para a avaliação da renda de um universo amplo, como países e unidades da Federação. Esse é o critério utilizado pelo PNUD para o cálculo do IDH – renda dos países e do Estado (SESPA, 2008).

Na avaliação da renda dos habitantes de um município, o uso do PIB *per capita* se torna inadequado. Por exemplo, nem toda a renda produzida dentro da área de um município é apropriada pela população residente. A alternativa utilizada é o cálculo da renda municipal *per capita*. A partir dessa alternativa adotada é possível permitir uma desagregação por cor ou gênero da população, o que seria inviável a outra maneira (SESPA, 2008).

## CAPÍTULO 2

### 2.1 DISCUSSÃO TEÓRICA

O desenvolvimento econômico tem sido discutido há várias décadas por economistas e especialistas da área como base para promover maior acumulação e prosperidade para um determinado povo, país ou nação. Porém os conceitos de desenvolvimento têm se transformado no decorrer dos anos à medida que se incorporam outras variáveis para determiná-lo e promover o bem-estar social da população.

Segundo Bourguignon (2004), a partir da década de 1990 o conceito de desenvolvimento que estava associado ao crescimento agregado, um processo de acumulação de capital físico ou humano com o objetivo de aumentar a renda nacional, passou a agregar outras importantes variáveis não só relacionadas ao acesso a consumo e renda, mas também como maior participação política, acesso à saúde e educação, segurança particular e social, sustentabilidade ambiental e assim por diante.

Durante a década de 1970 o assunto desenvolvimento com redução da pobreza já estava em pauta nas discussões das metas de desenvolvimento mundial, porém os argumentos levantados eram analisados a luz de teorias empíricas precárias e, com a crise econômica dos anos 70 (século XX) o assunto de erradicação da pobreza foi deixado de lado. Já durante a década de 1980, com a onda neoliberal, os investimentos para restabelecimento do mercado mais uma vez subestimaram a importância de estabelecer metas para o desenvolvimento mundial com foco na redução da pobreza e na distribuição da renda.

No entanto, o enfoque na redução da pobreza e na distribuição da renda durante a década de 1990, não era assunto inédito, contudo o fator novo era de tratar o assunto conjuntamente com o crescimento econômico, e a partir de então iniciou-se uma discussão mais profunda da necessidade de se promover também o bem-estar social e não só o crescimento numérico do PIB ou dos capitais físicos.

A concepção de pobreza também vem se transformando no decorrer do tempo, passando de carência de renda e consumo para uma visão mais ampla. Segundo Amartya Kumar Sen, pobreza engloba a carência de abrigo, educação e cuidados da saúde

adequados; os pobres também são mais vulneráveis a doenças, violência, deslocamento econômico e desastres naturais; recebem atendimento precário do Estado, instituições privadas e sociedade e, frequentemente se sentem impotentes para enfrentar decisões que afetam diretamente suas vidas.

Segundo uma pesquisa feita pelo Banco Mundial em 2000 intitulada como *Vozes dos Pobres*<sup>6</sup>, onde foi entrevistada a população de baixa renda, concluiu-se que os pobres ainda incluem como valores para redução da pobreza e melhoria na qualidade de vida os seguintes anseios: acesso a oportunidades, seguro social, sustentabilidade do meio ambiente, libertar-se da violência doméstica e social, participação na tomada de decisões políticas e sociais e poder para responsabilizar outras pessoas ou instituições pelas próprias ações.

Para Nali de Jesus de Souza (1995), universalmente não existe uma definição aceita por todos os teóricos de desenvolvimento econômico que englobe todas as variáveis determinantes. Existem correntes teóricas que determinam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e outras correntes mais atuais, que entendem que crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, porém não é condição suficiente para gerar qualidade de vida e bem-estar social para a população.

No grupo dos teóricos que entendem que crescimento é igual ao desenvolvimento econômico, enquadram-se os modelos neoclássicos, como os de Meade e Solow e os de inspiração mais keynesiana como os de Harrod, Domar e Kaldor. Para aqueles que caracterizam crescimento com condição indispensável ao desenvolvimento estão enquadrados os modelos de Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurske (1957) que elaboram modelos associados à realidade de países em desenvolvimento (SOUZA, 1995).

Souza (1995), afirma ainda que existam modelos econômicos que enfatizam apenas a acumulação de capital como fator chave para a promoção do desenvolvimento, com a idéia de que a distribuição da renda entre os proprietários dos meios de produção, promove automaticamente a melhoria dos padrões de vida da população. Contudo, experiências atuais comprovam que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, uma vez que, nem sempre os frutos dessa expansão

---

<sup>6</sup> Em 14 de março de 2000, na cidade de Washington – EUA, o Banco Mundial publicou um novo estudo que revela as causas e efeitos da pobreza global. *Vozes dos Pobres* apresenta relatos pessoais de mais de 60.000 homens e mulheres de mais de 60 países sobre as realidades da vida na pobreza e do que os pobres precisam para melhorar suas vidas.

beneficiam toda a economia e o conjunto da sua população. Mesmo que a renda do país esteja se elevando, o nível de emprego pode estar indo na contramão, tendo seu índice rebaixado devido à robótica e as novas tecnologias utilizadas, reduzindo a necessidade de mão-de-obra, provocando concentração de renda e disparidade social.

As correntes atuais, que associam seus modelos aos países em desenvolvimento, encaram o crescimento econômico como uma variação quantitativa do produto interno, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse modo, Souza (2005) afirma que o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica para uma economia moderna, eficiente, onde é associado o fato da melhoria do nível de vida da população em seu conjunto.

Também fazem parte desta corrente atual, economistas críticos como Prebisch (1949), Furtado (1961), Singer (1977) e os chamados economistas do desenvolvimento. Para essa corrente, o desenvolvimento econômico emerge através de mudanças estruturais, políticas, sociais e institucionais com foco na melhoria da qualidade de vida, produtividade e renda média da população.

Segundo Chenery (1981), desenvolvimento estrutural é caracterizado como:

“Um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição de demanda, da produção e dos empregos, assim como a estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais como o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno”.

Entretanto, esse processo de transformação não ocorre ao piscar dos olhos, é necessário tempo e investimento para modificar uma economia subdesenvolvida e arcaica em uma economia integrada, desenvolvida e eficiente capaz de trazer melhorias para toda a população.

Portanto, Souza (1995), define o desenvolvimento econômico como:

“Existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças nas estruturas e melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. Com

desenvolvimento a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país, embora a integração internacional constitua um processo gradativo e irreversível”.

O crescimento demográfico precisa ser inferior ao crescimento econômico a fim de proporcionar aumento nos níveis de emprego e arrecadação de impostos, possibilitando ao governo realizar maiores investimentos em ações sociais e assistir primeiramente a população mais carente. Através dessa sistemática, poderá haver melhorias nos indicadores sociais, melhorando os níveis de educação e de consciência ambiental. Com a melhoria na educação, os níveis de renda, no longo prazo, tendem a ser cada vez maiores, promovendo melhoria de bem estar e qualidade de vida da população, constituindo assim o desenvolvimento econômico.

Para Filho (1999) a idéia de desenvolvimento econômico pressupõe mudanças na estrutura da economia que viabilizem o crescimento da produtividade de forma persistente e a taxas elevadas. Filho (1999) também afirma que o desenvolvimento econômico está numa concepção tríade entre os capitais físico, humano e natural e enfoca na sustentabilidade do desenvolvimento. Uma sociedade evolui na direção do desenvolvimento sustentado se seu desempenho econômico, social e ambiental estiver ocorrendo de forma a garantir a toda a população qualidade de vida sem comprometer as possibilidades das gerações futuras o fazerem. Filho (1999) afirma que:

“Para haver Desenvolvimento Sustentável ou Eco desenvolvimento – isto é, o desenvolvimento na concepção mais ampla como atualmente é percebido – é necessário que as condições de vida da população melhorem, sem comprometer o meio ambiente. Isto, numa sociedade subdesenvolvida, somente se verificará quando concomitantemente forem observados os seguintes requisitos: A) aumento persistente da renda média; B) desconcentração na estrutura da distribuição da renda; C) melhoria significativa dos índices sociais; D) a condição ambiental for aprimorada ou preservada”.

Para a visão da Qualidade do crescimento e redução da pobreza, o desenvolvimento também está associado à melhoria do meio ambiente. Criar um ambiente mais limpo e sustentável é característica complementar para a redução da pobreza, uma vez que são os mais pobres os mais dependentes de florestas, reservas minerais, mares, entre outros. A urbanização explosiva tem provocado esgotamento das fontes de água potável,

poluição de esgotos e mares, ocasionando desastres naturais como enchentes e alagamentos.

O crescimento acelerado pode provocar inúmeros estragos ambientais como o desmatamento de florestas, a exaustão de reservas minerais e extinção de certas espécies de animais. A atividade agrícola tende a se expandir por vastas áreas de terras ocupadas por florestas, a atividade produtiva, tende a poluir os mananciais de águas, infestar o ar atmosférico com gases poluentes, interferindo no clima e no regime das chuvas, o que afeta a saúde da população e especialmente os mais pobres, pois não possuem recursos para enfrentar as conseqüências provocadas pela aceleração insustentável do crescimento econômico.

A melhoria nos indicadores sócio-econômicos como: redução do número de indigentes e a redução da população pobre podem provocar uma melhoria na qualidade de vida da população, porém quando esses índices não são melhorados, o país pode entrar para a faixa do subdesenvolvimento. Segundo Souza (1995), o subdesenvolvimento é caracterizado pelo crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico, por sua irregularidade e pela concentração de renda e da riqueza, implicando um número considerável de pessoas pobres e miseráveis em relação à população total. A economia subdesenvolvida caracteriza-se ainda pela instabilidade e pela dependência econômica, tecnológica e financeira dos países desenvolvidos.

Portanto, segundo Thomas (2002), a qualidade do crescimento sócio-econômico requer ações diretas no capital humano, ou seja, diretamente na população, investimentos como educação fundamental, maior equidade de gêneros, melhores condições básicas de saneamento, meio ambiente mais limpo e mais sustentável, vida social mais rica e maior liberdade civil.

A qualidade do crescimento está diretamente relacionada com o investimento equilibrado nos capitais humano, físico e natural. O capital humano abrange a população total de uma nação. É preciso melhorar e intensificar a distribuição das oportunidades, não basta esgotar os recursos somente em educação e saúde, é necessário também, maior atenção com amplitude e profundidade no capital humano, sua qualidade e sua equidade, medida pela educação feminina, acesso aos pobres e grau de escolaridade. O principal bem dos pobres é seu capital humano, sendo este sua força física e intelectual. É indiscutível que o governo deva investir em educação básica, políticas de mercado subsidiadas de proteção

social e distribuição de terra aos pobres, para promover maior participação dessa parte da população no sistema econômico e social.

O capital físico está relacionado com toda a infra-estrutura produtiva como máquinas e insumos. São fatores que provêm maior produtividade e divisas para um país ou nação. Políticas governamentais de investimento em fatores físicos, não são suficientes se o capital humano não estiver interligado ao capital físico e, muitas vezes, excesso de investimento nesse capital provoca deterioração no capital humano, desemprego, concentração de renda e marginalização dos mais pobres.

Já o capital natural, passou a ser levado em consideração há pouco tempo quanto fator direto ao aumento da qualidade do crescimento econômico. Sustentar o capital natural através de melhorias do meio-ambiente poderá promover melhorias na qualidade de vida dos mais pobres, uma vez que esses são mais diretamente dependentes da terra, florestas e biodiversidade. Atualmente muito se fala em promoção de políticas para sustentar o capital natural, aumentar os preços para utilização de recursos naturais, desestimular a produção daqueles que poluem águas e ar e reduzir subsídios de empresas que degradam o meio ambiente, podem gerar recursos que poderão ser alocados no capital humano, físico ou natural fazendo com que o crescimento se torne ambientalmente mais sustentável.

Aplicação de políticas econômicas que tornam as economias mais fortes e seguras é essencial para os mais pobres, uma vez que esses são desprovidos de reservas financeiras suficientes para atravessar tempestades econômicas, como inflação e juros altos, volatilidade cambial e incerteza econômica.

Os investimentos equilibrados nos três capitais: físico, humano e natural, podem melhorar a qualidade do crescimento econômico e social de uma nação através da distribuição de melhores oportunidades de trabalho, maior equidade de gêneros, participação da voz do povo nas decisões políticas, melhores condições de educação e uma economia ambientalmente mais sustentável além da redução da corrupção e da redução das distorções que favorecem o capital físico poderão agora apresentar maior promessa para os ganhos de bem-estar para a sociedade. Com a sustentabilidade do meio ambiente, o crescimento econômico poderá contribuir para reduzir o número de pobres e os efeitos da globalização, que a princípio degradam a situação da população de baixa renda, colaborando para a inserção dessa população ao meio tecnológico, podendo gerar renda e redução da pobreza.

Enfim, é necessário que o crescimento econômico esteja com seu foco também na qualidade de vida da população e não só no que diz a acumulação do capital. É crucial aos países agarrarem as oportunidades de uma vida melhor para suas gerações presentes e futuras.



## CAPITULO 3 – APRESENTAÇÃO TEÓRICA

### 3.1 A QUALIDADE DO CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA

#### 3.1.1 Visão Geral

Nos últimos anos, o desenvolvimento econômico, através do aumento da renda *per capita*, vem apresentando melhorias na qualidade de vida da população. No entanto, melhores condições de vida requerem mais do que somente o aumento da renda *per capita*, requer educação mais equitativa, oportunidade de emprego, maior igualdade de gênero, melhor saúde e nutrição, um meio ambiente mais limpo e sustentável, um sistema judicial e legal imparcial, liberdades civis e políticas mais amplas e uma vida cultural mais rica (THOMAS, *et al.* 2002).

A comunidade de desenvolvimento econômico vem ampliando o conceito tradicional de pobreza e bem-estar. Thomas *et al* (2002), concluem:

Além de uma renda contada de forma individual ou familiar, o bem-estar inclui oportunidade, enquanto taxada pelo funcionamento do mercado e dos investimentos e melhorias na saúde e educação. Inclui segurança, como refletida por reduzida vulnerabilidade econômica e choques físicos. E inclui sustentabilidade, como avaliada pela inclusão social e a voz dos indivíduos. Inclui permissão, como avaliada pela inclusão social e a voz dos indivíduos. E inclui sustentabilidade, como representada pela proteção do meio ambiente, recursos naturais e biodiversidade.

O crescimento econômico relacionado ao desenvolvimento e redução da pobreza tem variado bastante com o progresso social e as melhorias do bem-estar, tanto nas condições de saúde e educação como na voz e participação da população. A medida que os indicadores sociais não acompanham o crescimento econômico, as dimensões sociais e de bem-estar se deterioram, provocando o aumento da pobreza.

Para Thomas *et al* (2002):

A medida amplamente diferenciadora na qual o crescimento contribui para as melhorias no bem-estar significa que deve haver uma relação direta para avanços sustentáveis no bem-estar. Significa, também, que o modo pelo qual o crescimento é gerado é muito importante. A qualidade no processo de crescimento, não apenas seu andamento afeta os resultados do desenvolvimento – tanto quanto a qualidade da dieta do povo, não apenas a quantidade de comida, influencia a saúde e a expectativa de vida; por isso é essencial explorar as complexas interações dos fatores que delineiam o crescimento.

Nos países em desenvolvimento e industrializados, a trajetória do crescimento econômico tem sido mais sustentável, pois se preocupam com as características qualitativas do processo de crescimento, o que reforça o fato de que há uma via de mão-dupla entre o crescimento econômico e a redução da pobreza e melhoria das condições sociais e ambientais.

No crescimento econômico não sustentado pode haver distorções entre qualidade e quantidade. O crescimento efêmero, apoiado em políticas desviadas como subsídios ao capital, desprezo às externalidades ambientais e aos gastos públicos oblíquos, pode realmente diminuir os prospectos para um crescimento mais sustentável. Gerenciar os aspectos qualitativos torna-se essencial para atingir as melhorias sustentáveis do bem-estar social (THOMAS *et al*, 2002).

### **3.1.2 Diretrizes do Desenvolvimento Econômico**

Os princípios do desenvolvimento colocam em foco os pontos-chaves, que em conjunto analisam os lados qualitativo e quantitativo do processo de crescimento. São três:

#### **1. foco sobre os valores: capital físico, humano e natural;**

Para a qualidade do crescimento, os valores que importam para reduzir a pobreza e geração de bem-estar são os capitais físico, humano e natural. Esses valores são igualmente importantes para os pobres e sua acumulação, progresso tecnológico e produtividade, juntamente com o capital físico, determinam o impacto sobre a pobreza. O equilíbrio na acumulação dos três capitais se faz necessário para que haja crescimento com

sustentabilidade. Investimentos em educação, enquanto contribuem para gerar crescimento, também colaboram para a acumulação do capital humano e bem-estar. Investir no capital natural é essencial para a saúde humana e, para a grande quantidade de pessoas pobres, que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e para a segurança econômica.

## **2. aspectos distributivos;**

Na visão da qualidade do crescimento;

Uma distribuição mais equitativa do capital humano, da terra e de outros bens produtivos implica uma distribuição mais equitativa da remuneração, acentuando a capacidade de pessoas tirarem proveito das tecnologias e gerarem resultados. É por isso que uma determinada taxa de crescimento está provavelmente para ser associada com melhores resultados da pobreza, nos cenários onde as oportunidades educacionais são distribuídas mais equitativamente.

## **3. enfatizar a estrutura organizacional para o bom governo.**

Para haver crescimento e desenvolvimento econômico é fundamental que o bom funcionamento da máquina pública, sua burocracia, estrutura reguladora, liberdades civis e instituições transparentes sejam efetivos. Os efeitos do governo pobre, com os entraves burocráticos e a corrupção são agressivos e agravantes para o crescimento sustentado. Uma sociedade civil ativa com seus direitos civis garantidos e participação maior da voz dos diferentes grupos são indispensáveis na luta contra a corrupção e outros entraves do mau governo (THOMAS *et al*, 2002).

### **3.1.3 Ações Negligenciadas no Processo de Crescimento Econômico**

Até o momento foram apresentadas as condições e diretrizes para promover o crescimento e desenvolvimento econômico com sustentabilidade, no entanto, neste processo existem ações que são tratadas com menos importância, e que por sua vez retardam e enfraquecem o processo de desenvolvimento.

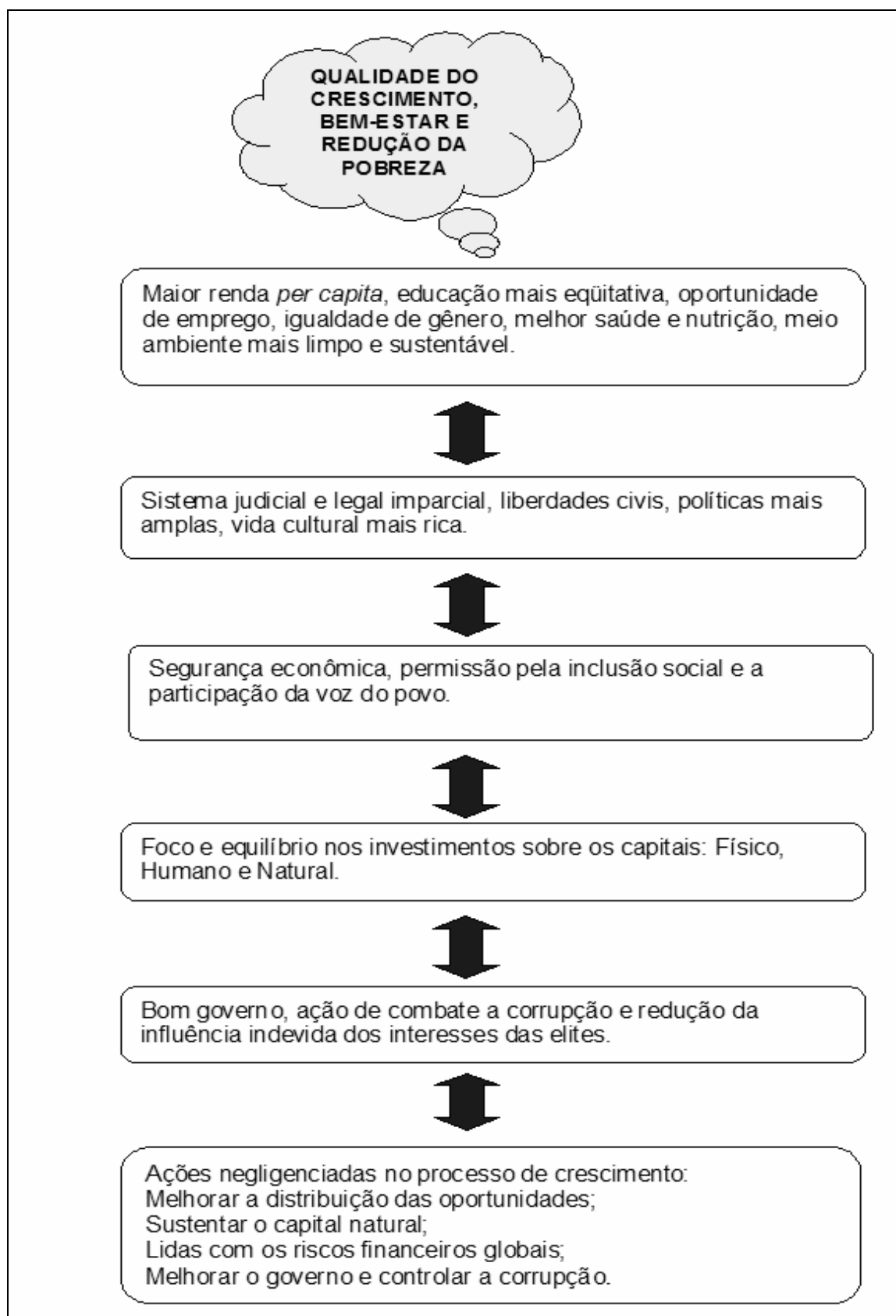
Essas ações exigem melhorar a distribuição de oportunidades, pois sendo o capital humano o principal bem dos pobres, a educação equitativa pode gerar impacto para baixar a incidência de pobreza. No entanto, gastar em serviços como educação e saúde não é o bastante, é preciso atenção com a amplitude e profundidade do capital humano, sua

qualidade e sua equidade, medida pela educação feminina, acesso aos pobres e grau de escolaridade.

Outra questão relacionada à distribuição de oportunidades, diz respeito a políticas de mercado de trabalho patrocinadas e políticas de proteção social. Nesse contexto, o capital dos pobres pode ser otimizado com a distribuição da terra e perseguido estratégias de trabalho intensivo num meio ambiente global aberto.

A sustentabilidade do capital natural piorou fortemente nos últimos anos, em decorrência do aumento da população, de pressões domésticas e também da negligência no processo de sustentabilidade. Crescimento e renda mais alta podem criar condições para promover a melhoria do ecossistema, aumentando a demanda por uma melhor qualidade ambiental, tornando disponíveis os recursos para preencher essa demanda. No entanto, somente uma forte combinação de investimentos e incentivos baseados no mercado doméstico e global, investimentos e instituições podem tornar o crescimento ambientalmente sustentado.

Por último, podem-se destacar como ações negligenciadas os riscos globais e a melhoria do governo com controle da corrupção. A primeira refere-se aos fluxos voláteis do capital privado que ao estar associado com taxas de crescimento voláteis, atingem especialmente o pobre, a quem faltam os bens para suportar as tempestades econômicas. No que diz respeito à melhoria do governo e controle da corrupção, uma abordagem mais integrada, ligando elementos econômicos institucionais legais e participativos, edificar instituições transparentes e efetivas para orçar os programas de investimento público, como componentes para políticas macroeconômicas, estabelecer a administração pública baseada no mérito e em costumes honestos e eficientes, bem como promover as liberdades civis e a participação popular.



Fonte de dados primários: A Qualidade do Crescimento e Redução da Pobreza. Elaboração da Autora.

## **CAPÍTULO 4 – ANÁLISE MICRORREGIONAL**

Esse capítulo tem como objetivo apresentar e estudar o grau de desenvolvimento das microrregiões de Araranguá, Chapecó, Florianópolis e Tijucas à luz da Visão da qualidade do crescimento e redução da pobreza, já vistas no capítulo 3. Na primeira seção serão apresentadas as características gerais de cada microrregião, na seqüência, serão apresentados os indicadores populacionais, os indicadores do desenvolvimento econômico, indicadores do desenvolvimento social, e por fim serão apresentados os indicadores de sustentabilidade de cada microrregião

### **4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS MICRORREGIÕES EM ESTUDO**

#### ***Microrregião de Araranguá***

A microrregião de Araranguá está localizada no extremo sul de Santa Catarina e está constituída por 15 municípios, sendo eles: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

A base cultural da microrregião de Araranguá é influenciada pela colonização primeiramente de açorianos, e mais tarde, a partir da metade do século XIX com a vinda de imigrantes europeus para o Estado, de italianos, mas também de alemães e poloneses e em menor proporção de afro-negra.

A base econômica da região está na agricultura, com o cultivo de arroz, mandioca, feijão, fumo e milho; nas indústrias metalúrgicas, moveleira, cerâmica e de confecção. Também podem-se considerar os serviços e o turismo como fatores econômicos representativos para a microrregião de Araranguá.

**Ilustração 1: Microrregião de Araranguá**

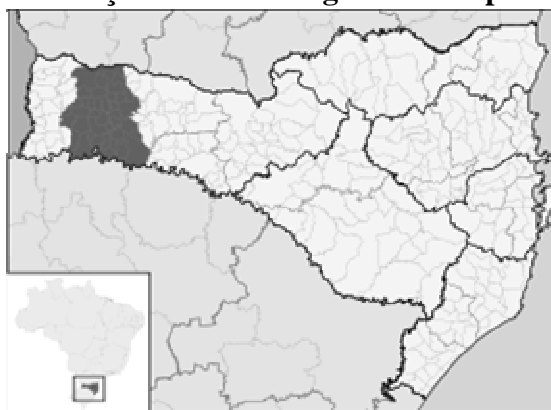
Fonte: IBGE

### ***Microrregião de Chapecó***

Localizada no oeste catarinense, a microrregião de Chapecó é composta por 38 municípios, são eles: Águas de Chapecó, Águas Frias, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Guatambu, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Nova Itabeiraba, Novo Horizonte, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Tiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, União do Oeste.

A colonização substancial da microrregião se deu quando os desbravadores se estabeleceram para explorar os recursos naturais, em especial a madeira para a comercialização na Argentina. Esse impulso fez com que colonos italianos, alemães e poloneses, oriundos do Rio Grande do Sul, migrassem para a região durante a metade do século XX, formando então a base cultural da microrregião de Chapecó.

Sua economia está basicamente atrelada às atividades agrícolas, sendo pólo de uma região onde se encontram as principais empresas processadoras e exportadoras de carne de suíno, aves e seus derivados da América Latina. Seu pólo industrial, atualmente encontra-se bastante diversificado, sendo os setores que mais se destacam o metal-mecânico, plástico e embalagens, bebidas, “softwares” e biotecnologia.

***Ilustração 2: Microrregião de Chapecó***

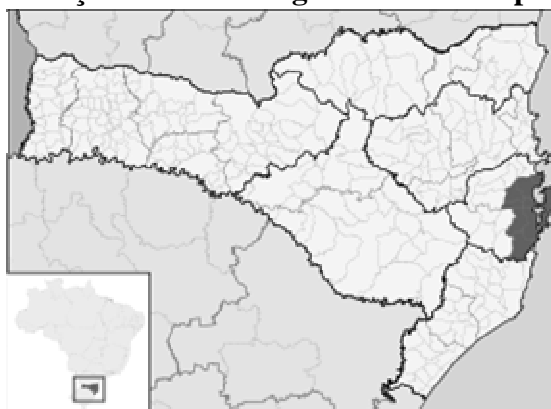
*Fonte: IBGE*

***Microrregião de Florianópolis***

A microrregião de Florianópolis está localizada no litoral de Santa Catarina e é composta por nove municípios, incluindo a capital do Estado Florianópolis, são eles: Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

Sua colonização é basicamente de origem açoriana, porém os municípios de Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara são povoados por imigrantes alemães.

A economia da microrregião está alicerçada basicamente na prestação de serviços públicos, comércio, indústria de transformação e agricultura.

***Ilustração 3: Microrregião de Florianópolis***

*Fonte: IBGE*



### ***Microrregião de Tijucas***

A microrregião de Tijucas compreende sete municípios, são eles: Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas.

A colonização da região se deu prioritariamente por colonos alemães vindos de regiões próximas, como São Pedro de Alcântara e Águas Mornas. Também se pode destacar a influência de imigrantes italianos e açorianos.

Sua economia é bastante diversificada, dando destaque para a agricultura de cebola, milho, feijão e fumo. Na indústria, destaca-se a cerâmica e o setor calçadista e, mais recentemente no turismo, tornando-se o segundo pólo de turismo religiosos do Brasil através do município de Nova Trento.

***Ilustração 4: Microrregião de Tijucas***



*Fonte: IBGE*

## 4.2 População

Nessa seção serão apresentadas as características populacionais das microrregiões em estudo, levando em consideração os seguintes indicadores: população total, destacando-se a população urbana e rural, como também a população economicamente ativa (PEA).

### ***4.2.1 População Residente, Urbana, Rural e Total***

Entende-se por população residente como um conjunto de indivíduos que, independente de no momento da observação, estarem presentes ou não numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com sua família ou detêm a totalidade ou maior parte dos seus haveres.

No Brasil, a Lei nº 5.172, art. 32, § 1º declara que a população urbana é definida em lei municipal, e deve-se observar requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos e mantidos pelo poder público:

1. meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
2. abastecimento de água;
3. sistema de esgotos sanitários;
4. rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
5. escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Em oposição às áreas urbanas, as áreas rurais são definidas como regiões não urbanizáveis ou destinadas a limitação do crescimento urbano, utilizadas em atividades agropecuárias, agroindústria, extrativismo, silvicultura e conservação ambiental.

### *Microrregião de Araranguá*

Nas últimas três décadas, a microrregião de Araranguá apresentou grandes variações no número de habitantes. A maior parte da população se concentrava em área rural, porém em 1991 essa característica se converteu. Em 2000 residiam em zonas urbanas 101.390 habitantes, ou seja, 63,3% da população total (tabela 1).

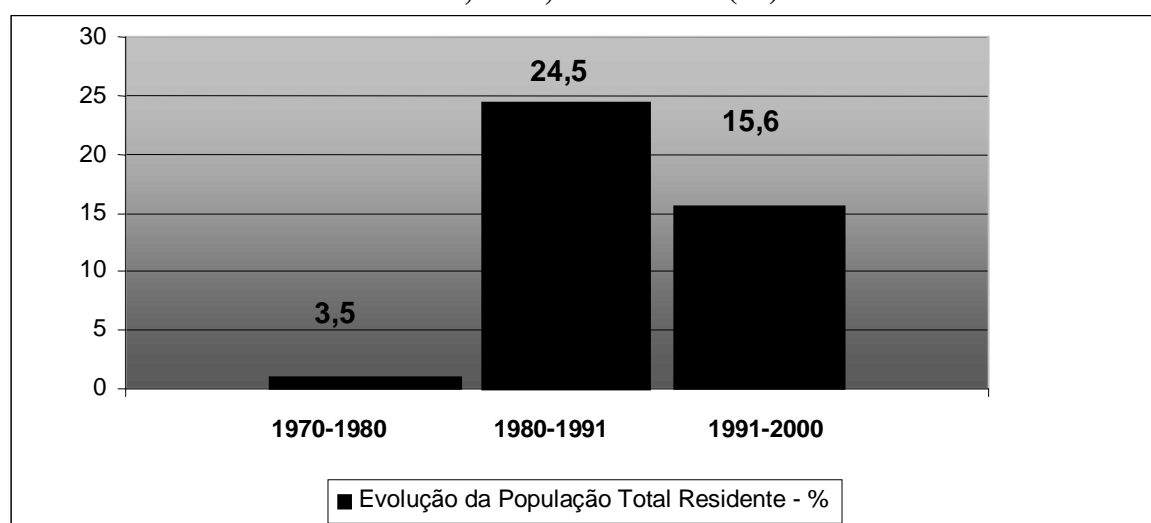
**TABELA 1: População Residente Total, Urbana e Rural da Microrregião de Araranguá: 1970, 1980, 1991 e 2000**

Área	1970	1980	1991	2000
Urbana	25.882	45.785	77.470	101.390
Rural	81.628	65.482	61.099	58.779
<b>Total</b>	<b>107.510</b>	<b>111.267</b>	<b>138.569</b>	<b>160.169</b>

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A figura 1 apresenta a evolução da população. Enquanto, no período de 1970 a 1980 o número de habitantes da microrregião cresceu apenas 3,5%, no período de 1980 a 1991 esse percentual aumentou para 24,5%. Fato que pode ser explicado pela forte expansão da produção no setor cerâmico, que foi possível graças ao acelerado crescimento na construção civil a partir de 1970 e pela ampliação da indústria de confecção e vestuário provocado pela ampliação do mercado externo (FILHO, 2007).

**Figura 1: Evolução da População Total Residente da Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**

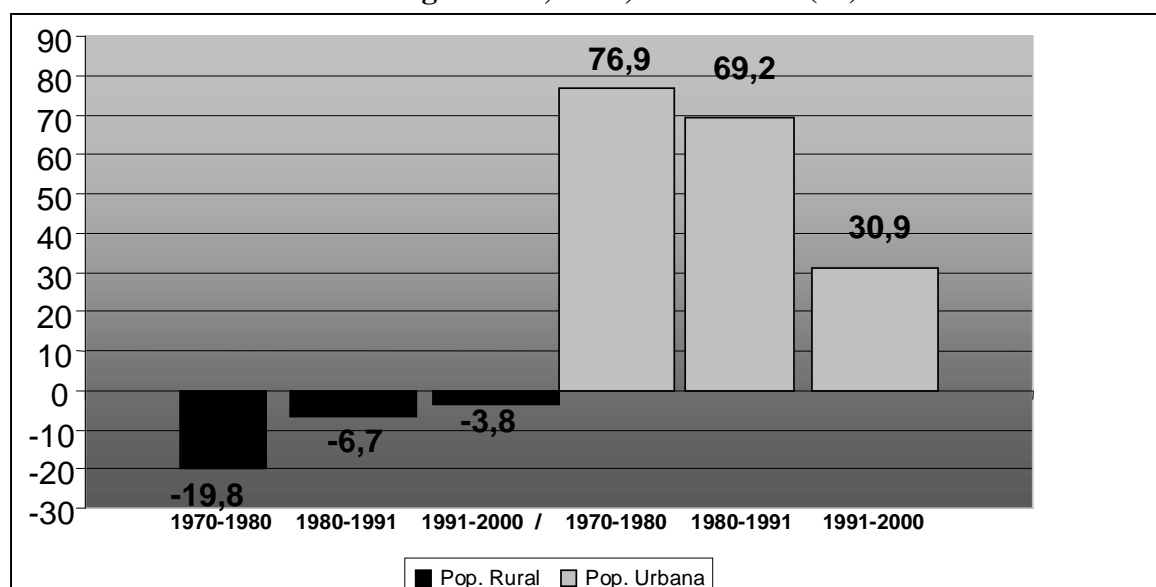


Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Ao separar a evolução entre área urbana e rural, conforme é apresentado na figura 2, verifica-se que, enquanto na zona urbana a população cresceu, na área rural ocorreu o contrário.

Em todos os anos, a população rural vinha diminuindo abaixo do aumento da população urbana. Estima-se, porém que houve um processo expressivo de emigração para as áreas urbanizadas devido à intensa industrialização nos setores têxtil e cerâmico no sul de Santa Catarina, abrangendo grande parte dos municípios da microrregião de Araranguá.

**Figura 2: Evolução da População Residente Urbana e Rural da Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

É evidente que, com o crescimento da indústria em detrimento as atividades do setor primário, a população da microrregião de Araranguá migrou para as áreas urbanas, pois a oferta de trabalho eram maiores e as oportunidades nessas regiões poderiam ser mais atrativas.

### *Microrregião de Chapecó*

Na Microrregião de Chapecó, percebe-se, através da tabela 2 que, nas últimas décadas a população total aumentou intensamente. Enquanto em 1970 o número total de residentes era de 223.484 em 2000 passou para 361.349. Até 1991 a maioria da população vivia em áreas rurais e somente no último ano analisado que houve a inversão.

Chapecó é a microrregião onde se encontram os principais pólos agroindustriais na produção de carne suínas, de aves e derivados, onde os pequenos produtores produzem os insumos para os grandes frigoríficos.

**TABELA 2: População Residente Total, Urbana e Rural da Microrregião de Chapecó: 1970, 1980, 1991 e 2000**

<i>Área</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Urbana	42.454	107.025	172.239	233.053
Rural	181.030	193.526	168.256	128.296
Total	223.484	300.551	340.495	361.349

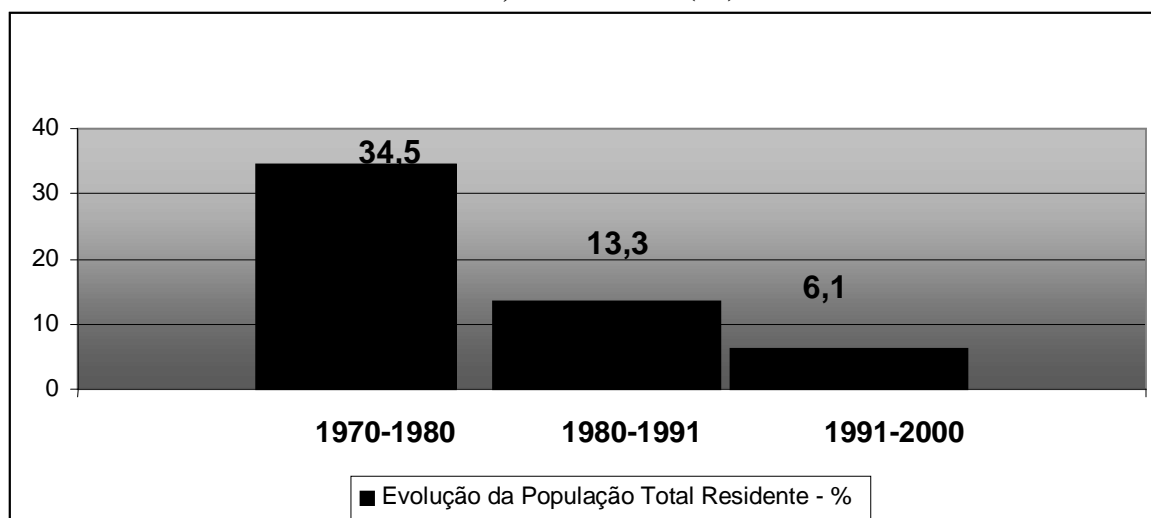
*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A figura 3 mostra que o aumento da população veio desacelerando intensamente já a partir de 1991. Enquanto, do ano de 1970 para 1980 a população residente evoluiu 34,5%, no período de 1980 a 1991 ela cresceu em apenas 13,3% e evoluiu menos ainda no período seguinte: 6,1%.

A redução na evolução da população pode estar atrelada a diversos fatores, como a inserção da mulher no mercado de trabalho e a queda da fecundidade, isto é, as famílias estão reduzindo o número de filhos. O que faz aumentar o número de idosos e reduzir o número de jovens e crianças.

Se persistir a redução na evolução no número de pessoas vivendo na microrregião, como aconteceu nas últimas décadas, é provável que nas próximas décadas Chapecó e seus municípios assistam a um crescimento negativo de sua população.

**Figura 3: Evolução da População Total Residente da Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**

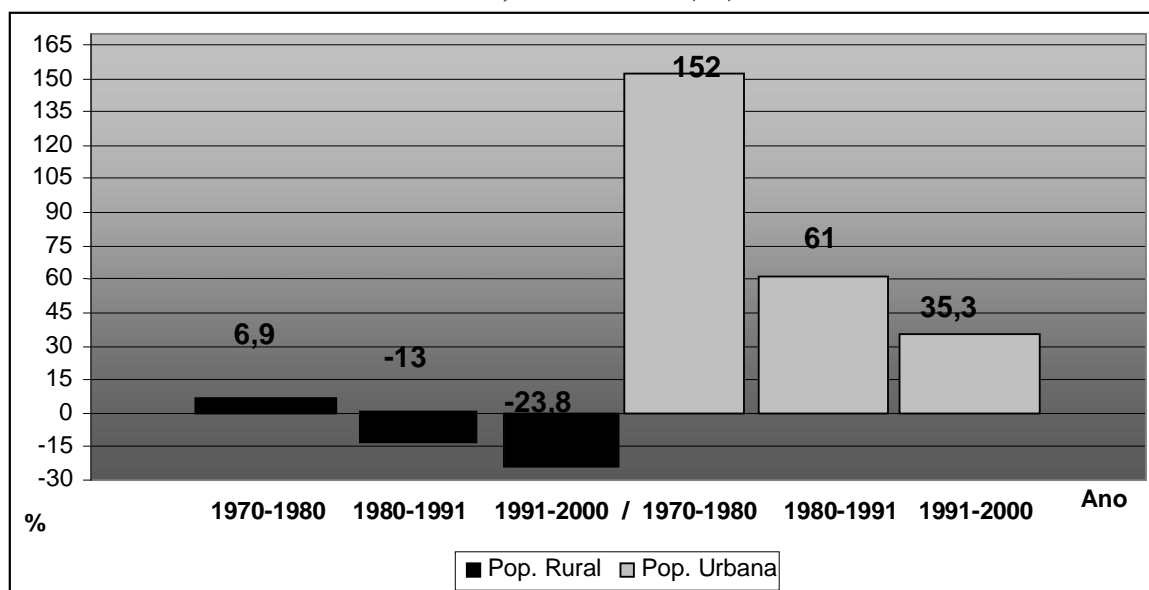


Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

O crescimento da população residente, mais acentuado, se deu, sobretudo em áreas urbanas, devido ao crescimento dos complexos agroindustriais. Em 1962, começou um novo período em Santa Catarina quando o capital industrial passa a ser o elo da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agrocomercial, para os complexos agroindustriais de carne, reforça e consolida o novo padrão de crescimento em Santa Catarina das médias e grandes indústrias e agroindústrias (FILHO, 2007).

Os anos seguintes refletem as transformações vividas pelo setor agroindustrial a partir de 1980, momento que representa para a economia latino-americana um longo período de baixo crescimento econômico, ocasionado pela crise da dívida externa e pelo enfraquecimento dos Estados Nacionais em formular políticas de desenvolvimento voltadas para os interesses internos (FILHO, 2007). O que pode ter sido determinante para a redução da evolução da população nesta microrregião.

**Figura 4: Evolução da População Urbana e Rural da Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Assim como a microrregião de Araranguá, a microrregião de Chapecó apresenta crescimento da população residente total e urbana, porém esse crescimento vem desacelerando no decorrer das décadas, o que pode ter sido ocasionado pela baixa fecundidade, inserção da mulher no mercado de trabalho, emigração de jovens em busca de melhores oportunidades de emprego e estudo, ou pela redução das atividades econômicas da região.

### ***Microrregião de Florianópolis***

A população da microrregião de Florianópolis, em três décadas evoluiu aproximadamente 300%, bem acima das outras já analisadas. Em 1970, sua população total era de 246.079 e em 2000 alcançou um total de 709.941, conforme mostra a tabela 3.

Em todos os períodos os habitantes estão basicamente concentrados em áreas urbanas, em 2000, apenas 4,9% da população residia em zonas rurais, devido ao fato de sua base econômica estar fundamentalmente nos serviços, comércio e na indústria.

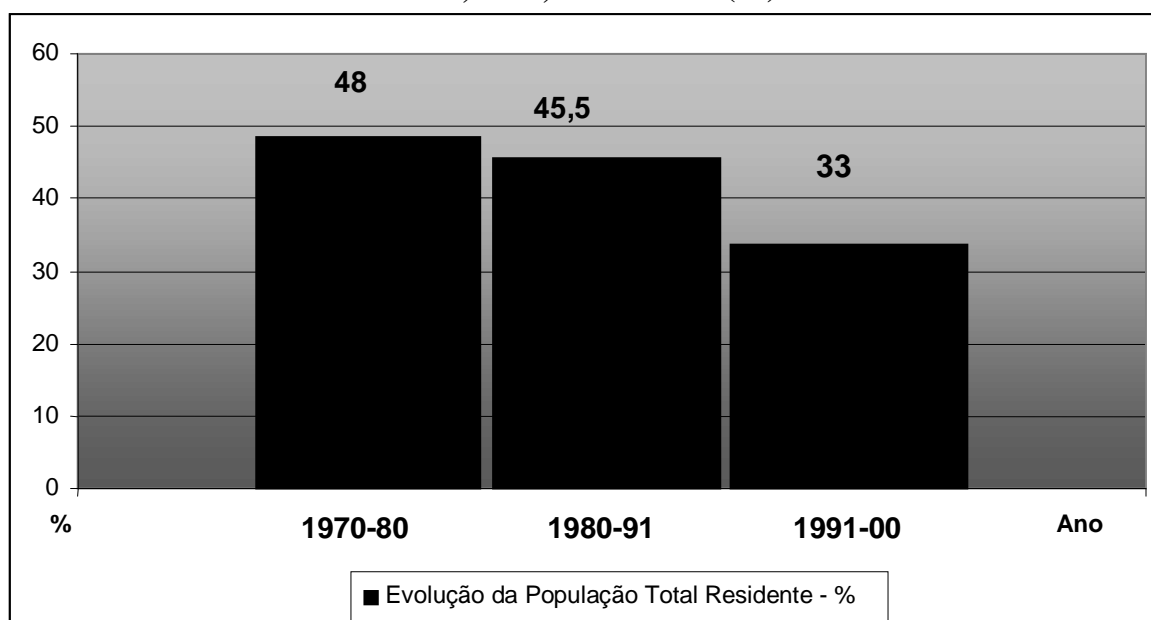
**TABELA 3: População Residente Total, Urbana e Rural da Microrregião de Florianópolis: 1970, 1980, 1991 e 2000**

Área	1970	1980	1991	2000
Urbana	170.500	305.196	481.337	675.024
Rural	75.579	60.002	50.203	34.917
Total	246.079	365.198	531.540	709.941

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A figura 5 mostra a evolução dos residentes na microrregião e através desta observa-se a explosão demográfica no período de 1970-80 e 1980 a 1991. Esse crescimento no número de habitantes é reflexo da industrialização, principalmente dos municípios de São José e Tijucas, onde se instalaram frigoríficos e indústria cerâmica. Vale destacar também o crescimento do setor de serviços, sobretudo da máquina pública com a introdução de empresas estatais de telefonia, energia elétrica e agências de fomento.

**Figura 5: Evolução da População Total Residente da Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

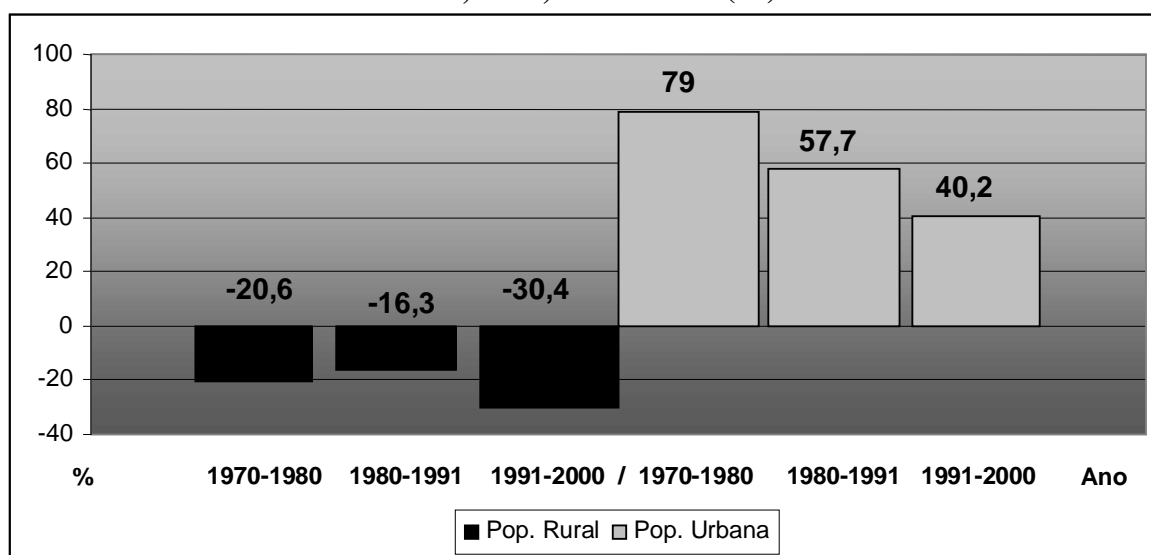
A microrregião de Florianópolis, por incorporar a capital do Estado, onde se encontra basicamente toda a administração de serviços públicos, recebeu muitos imigrantes



advindos de outras regiões, muitas vezes, jovens que buscam oportunidade de estudo na Universidade Federal de Santa Catarina, e outros que chegaram à procura de melhor qualidade de vida e melhor oportunidade de emprego.

A população em áreas rurais vem diminuindo a cada período. Muitas áreas que eram consideradas essencialmente rurais, como Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça, estão se tornando cada vez mais urbanizadas, fazendo reduzir ainda mais o número de pessoas vivendo em regiões rurais na microrregião.

**Figura 6: Evolução da População Urbana e Rural da Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Nos últimos anos, tem-se verificado o aumento da população em todos os municípios da microrregião, em especial na capital do Estado, que tem sido explorada pelos meios de comunicação como uma das cidades com melhor qualidade de vida do país.

Em especial, podem-se destacar os municípios de São José e Palhoça que vêm apresentando um crescimento demográfico ascendente, provocado, muitas vezes pela especulação imobiliária que tornou os preços dos imóveis de Florianópolis inviáveis para muitos, mas também pelo crescimento econômico desses municípios que vem atraindo novas empresas em seus parques industriais gerando emprego e renda para a população local.

### *Microrregião de Tijucas*

A microrregião de Tijucas apresentou, durante as três décadas, uma particularidade, durante o período de 1970 a 1980 teve redução na sua população total, porém o fato apresenta-se isolado uma vez que nas décadas seguintes o crescimento da passou a ser bem significativo.

É considerável destacar que, devido à proximidade com a microrregião de Florianópolis, a população de Tijucas pode sim ter migrado para as áreas vizinhas, uma vez que aquela apresentou uma explosão demográfica durante o mesmo período em que esta reduzia sua população total (Figura 6).

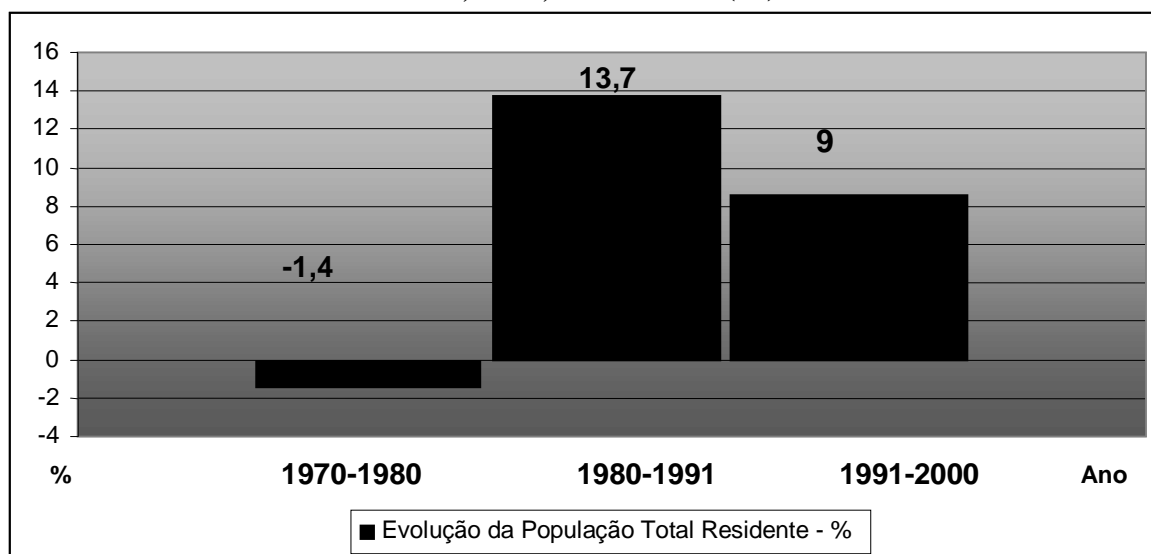
**TABELA 4: População Residente Total, Urbana e Rural da Microrregião de Tijucas: 1970, 1980, 1991 e 2000**

<i>Área</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Urbana	17.936	23.518	33.895	43.398
Rural	39.191	32.801	30.128	26.476
Total	57.127	56.319	64.023	69.874

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A figura 7 mostra a evolução da população total residente, que, conforme citado anteriormente, durante a década de 1970 teve um decréscimo de 1,4%. Mas voltou a crescer nos períodos seguintes, influenciado pelo crescimento do setor cerâmico ancorado ao BNH extinto em 1986 e pela indústria calçadista, fortemente encontrada no município de São João Batista (FILHO, 2006).

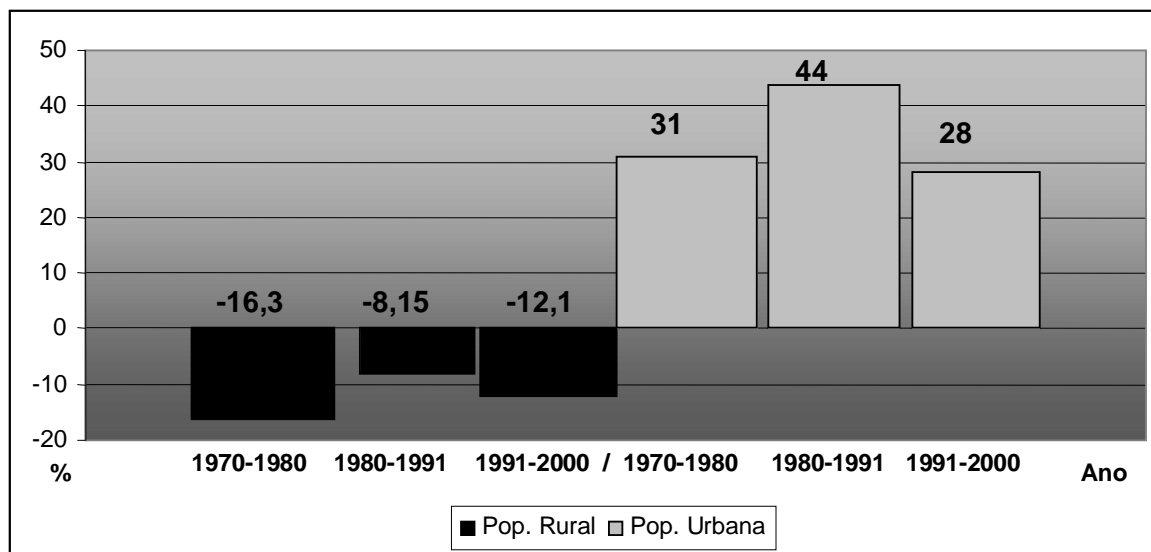
**Figura 7: Evolução da População Total Residente da Microrregião de Tijuca  
1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Ao separar a evolução da população entre área urbana e rural, conforme mostra a figura 8, mais uma vez percebe-se que, enquanto a população urbana crescia, devido aos diversos fatores de crescimento econômico, a rural reduzia-se a cada período. O que pode ser explicado pelos impactos profundos da modernização com a introdução de implementos, tratores, fertilizantes e defensivos, que fez aumentar a produtividade no setor e reduzir um número de pessoas necessárias para a mesma produção. O que por consequência transferiu essa massa para as áreas urbanas e industrializadas da microrregião.

**Figura 8: Evolução da População Urbana e Rural da Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Nesta análise, pode-se concluir que a microrregião de Tijucas teve comportamento semelhante às analisadas anteriormente: redução da população rural, crescimento da urbana, e médio crescimento da população total durante o período de 1970 a 2000.

Essa ocorrência se deve ao fato de que, o período passou por elevado crescimento econômico e intensos investimentos em infra-estrutura produtiva no Estado de Santa Catarina. Esses investimentos se deram em setores como energia, crédito industrial com os bancos de fomento, educação e cultura, malha viária e telefonia, o que influenciou o processo de urbanização, trazendo a população de áreas rurais para as áreas urbanas.

#### **4.2.2 População Economicamente Ativa - PEA**

Segundo o IBGE, população economicamente ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada mais a população desocupada, assim definida: população ocupada – aquelas pessoas que, num determinado período de referência trabalhou ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). As pessoas ocupadas são classificadas, segundo o IBGE, em:

- )} Empregados – aquelas pessoas que trabalharam para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (alimentação, moradia, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas aquelas que prestam serviço militar e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira assinada;
- )} Conta própria – aquelas pessoas que exercem atividades uma profissão ou ofício ou exploram uma atividade econômica sem empregados;
- )} Não remunerados – aquelas pessoas que exercem ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou cooperativismo, ou ainda, como aprendiz ou estagiário.

E por pessoas desocupadas são aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas que estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso tomaram alguma providencia efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.) <sup>7</sup>.

### ***Microrregião de Araranguá***

Na microrregião de Araranguá, essa população evoluiu constantemente nas três últimas décadas (mais de 150%). Em 1970, enquanto a PEA era de 31.992 pessoas, ou seja, 29,76% da população residente total, em 2000 ela passa para 80.464 pessoas, 50,24% da população residente total dessa microrregião (tabela 5).

---

<sup>7</sup> IBGE: Notas metodológicas , conceitos principais, população economicamente ativa.  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>  
Acesso em 17 fev 2008.

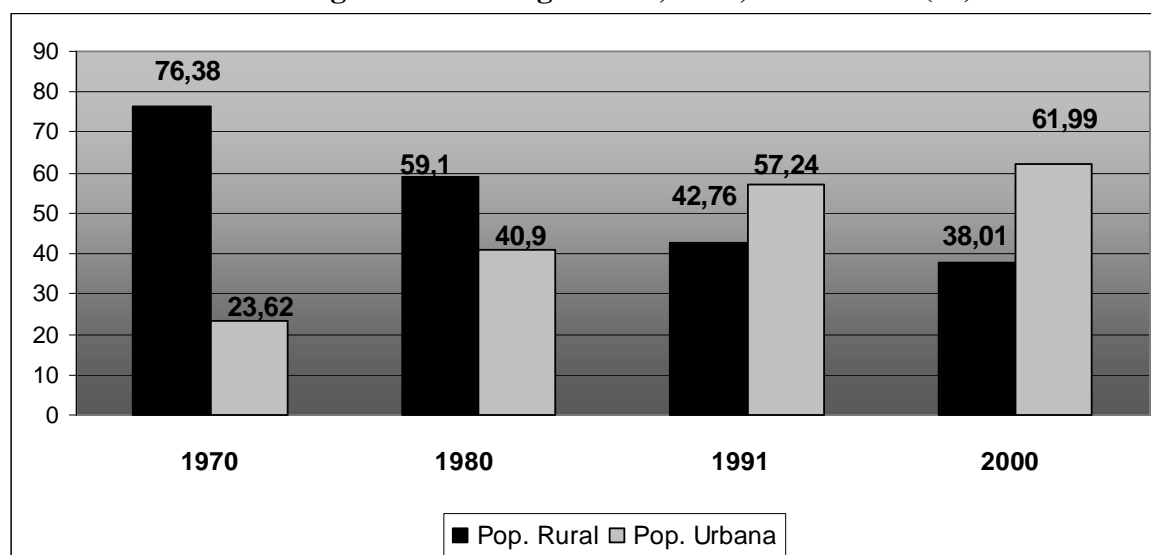
**TABELA 5: Microrregião de Araranguá - População Economicamente Ativa: Total, Porcentagem da PEA Rural e Urbana 1970, 1980, 1991 e 2000**

<i>Ano</i>	<i>PEA Total</i>	<i>%PEA em relação pop. total</i>	<i>% PEA Rural</i>	<i>% PEA Urbana</i>
<b>1970</b>	31.992	29,76	76,38	23,62
<b>1980</b>	40.737	36,61	59,10	40,90
<b>1991</b>	55.933	40,36	42,76	57,24
<b>2000</b>	80.464	50,24	38,01	61,99

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Até 1970, a maior parte da PEA se concentrava em áreas rurais (76,38%), devido as principais atividades econômicas do setor primário, como a plantação de arroz, fumo, milho e mandioca. Já, a partir dessa década a região passou a atrair e concentrar atividades industriais ligadas à cerâmica, confecção, vestuário, calçadista e moveleira, atraindo pessoas dispostas a trabalhar nestes setores. Em 2000 mais de 60% das pessoas consideradas aptas a atuar no mercado de trabalho estavam vivendo em áreas urbanas.

**Figura 9: Relação entre População Economicamente Ativa Rural e Urbana da Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Fazendo-se uma análise da evolução durante o período de 1970 a 2000, verifica-se através da tabela 6 que, a PEA vivendo em área urbana mais que duplicou no primeiro momento, em compensação a rural reduziu seu número em -1,47%. Resultado da expansão industrial ocorrida no período. Os momentos seguintes são de evolução decrescente em áreas urbanas e evolução crescente em áreas rurais. O que pode ser explicado pelo aumento da produção de fumo, arroz e milho na região. O Estado de Santa Catarina é o segundo maior produtor nacional de fumo, o terceiro em arroz e destaca-se como sexto na produção de milho e essas atividades encontram-se também na região de Araranguá (FILHO, 2007).

**TABELA 6: Evolução da PEA Total, Urbana e Rural – Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**

1970 – 1980			1980 – 1991			1991 – 2000		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
27,33	120,44	-1,47	37,30	92,16	0,66	43,86	55,79	27,88

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

O aumento da PEA deu-se, conforme já mencionado, pela expansão das atividades industriais e também pelo maior aumento da população de meia idade, em relação ao crescimento no número de jovens e crianças.

### ***Microrregião de Chapecó***

A microrregião de Chapecó apresentou as mesmas características da microrregião de Araranguá, crescimento constante da PEA total, acelerado em área urbana e redução em áreas rurais.

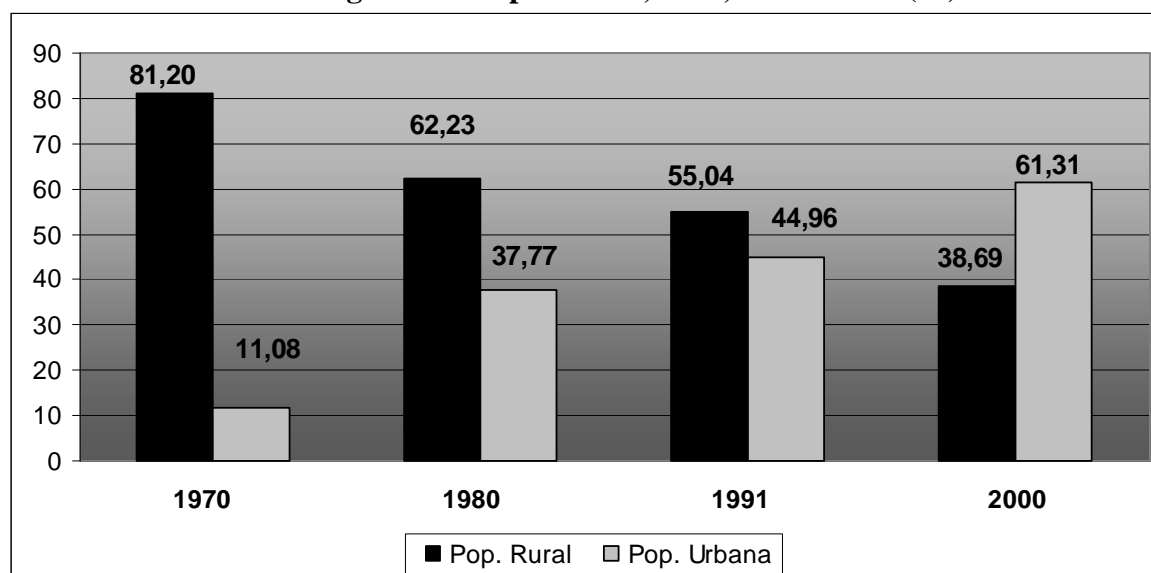
**TABELA 7: Microrregião de Chapecó - População Economicamente Ativa: Total, Porcentagem da PEA Rural e Urbana 1970, 1980, 1991 e 2000**

<i>Ano</i>	<i>PEA Total</i>	<i>% PEA em relação pop. total</i>	<i>% PEA Rural</i>	<i>% PEA Urbana</i>
<b>1970</b>	72.469	32,43	81,20	18,80
<b>1980</b>	108.856	36,22	62,23	37,77
<b>1991</b>	166.665	48,95	55,04	44,96
<b>2000</b>	198.759	55,0	38,69	61,31

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Ao distribuir a PEA entre a área urbana e rural, observa-se através da tabela 7 e graficamente pela figura 10 que até o ano de 1991 a maior parte desta população se concentrava em área rural. O processo só se inverteu em 2000, onde as pessoas aptas a trabalhar passaram a viver em áreas urbanizadas.

**Figura 10: Relação entre População Economicamente Ativa Rural e Urbana da Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Ao analisar seu crescimento, distribuindo-a entre urbana e rural, percebe-se a oposição entre crescimento acelerado e desacelerado, respectivamente. Enquanto os complexos agroindustriais emergiam, na mesma proporção a população se transferia para



áreas de maior oferta de emprego. Na contramão, com o aumento da produtividade exigido pelos complexos agroindustriais através da especialização, modernização e ganhos de escala, os produtores rurais foram reduzindo-se, tornando cada vez mais forte a emigração para as zonas urbanas.

**TABELA 8: Evolução da PEA Total, Urbana e Rural – Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**

1970 – 1980			1980 – 1991			1991 – 2000		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
50,21	201,79	15,11	53,11	82,24	35,42	19,26	62,62	-16,13

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Percebe-se, que até o início dos anos 1990, o número de integrado aumentava constantemente, por exemplo, a empresa Sadia que chegou a ter, em todo o país, 14.500 integrantes de suínos, reduzindo para 4.890 em 1999, e a Aurora reduziu de 8.910 para 5.947 integrantes no mesmo período. Em compensação, dado o aumento de escala, o ganho de produtividade dessas empresas passou de 6,5 matrizes por propriedade para 14,34. (FILHO, 2007).

### ***Microrregião de Florianópolis***

A microrregião de Florianópolis apresenta características distintas das microrregiões já apresentadas. Como já mencionado no item anterior, sua população se concentra basicamente nas áreas urbanas devido às atividades econômicas estarem relacionadas ao comércio, indústria, turismo e serviços.

**TABELA 9: Microrregião de Florianópolis - População Economicamente Ativa: Total, Porcentagem da PEA Rural e Urbana 1970, 1980, 1991 e 2000**

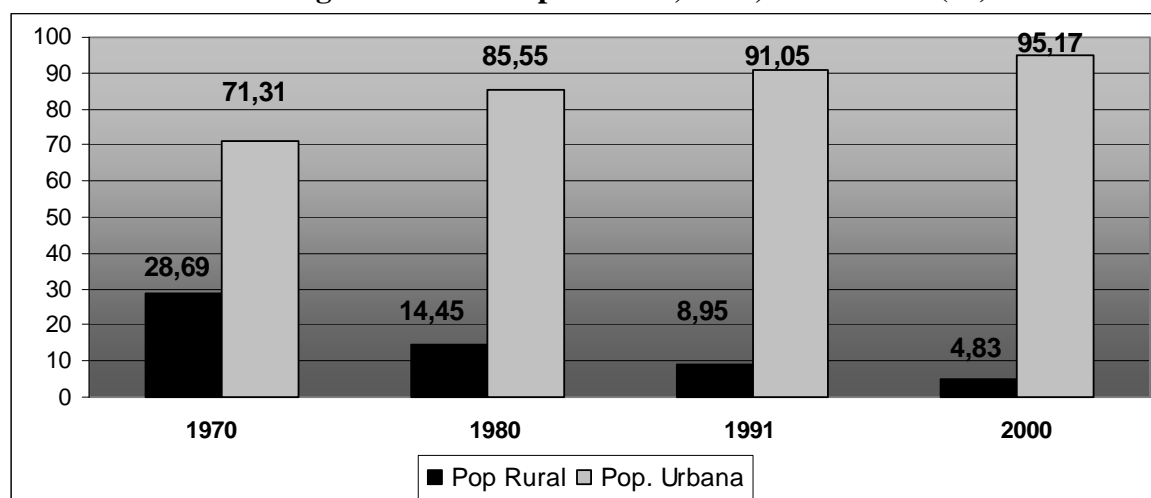
<i>Ano</i>	<i>PEA Total</i>	<i>% PEA em relação pop. total</i>	<i>% PEA Rural</i>	<i>% PEA Urbana</i>
<b>1970</b>	68.278	27,75	28,69	71,31
<b>1980</b>	132.932	36,4	14,45	85,55
<b>1991</b>	228.117	42,92	8,95	91,05
<b>2000</b>	351.387	49,5	4,83	95,17

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Durante a década de 1970, a PEA, embora em menor proporção, ainda era representativa em áreas rurais (28,69%). No entanto, devido ao processo de industrialização e inserção das atividades do setor terciário, a força de trabalho direcionou-se para as zonas urbanas, chegando a mais de 95% em 2000.

Em relação à população total, o crescimento da PEA também foi acelerado, de 27,75% em 1970 para quase 50% em 2000. Fenômeno que foi influenciado pelo movimento de migração do interior do Estado para a capital e municípios arredores e também de pessoas decorrentes de outros Estados, em especial do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

**Figura 11: Relação entre População Economicamente Ativa Rural e Urbana da Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A figura 11 mostra graficamente o crescimento, período a período da PEA em áreas urbanas e a redução da mesma em zonas rurais.

Em 2000, basicamente toda a força de trabalho se concentrava em áreas urbanas.

**TABELA 10: Evolução da PEA Total, Urbana e Rural – Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**

1970 – 1980			1980 – 1991			1991 – 2000		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
94,69	133,58	-1,94	71,60	82,63	6,32	54,04	61,02	-16,98

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A tabela 10 apresenta a evolução da PEA total, urbana e rural da microrregião, onde o principal crescimento se deu no período de 1970 a 1980 (94,69%), reflexo do aumento da população urbana no mesmo período, conforme seção anterior, figura 6.

Seu crescimento total foi desacelerado nos períodos seguintes, 71,60% entre as décadas de 1980 a 1991 e 54,04% entre 1991 a 2000.

### ***Microrregião de Tijucas***

A microrregião de Tijucas também apresentou crescimento constante da PEA. De 1970 a 2000 a evolução da força de trabalho na região passou de 18.716 pessoas para mais de 35 mil, conforme mostra a tabela 11.

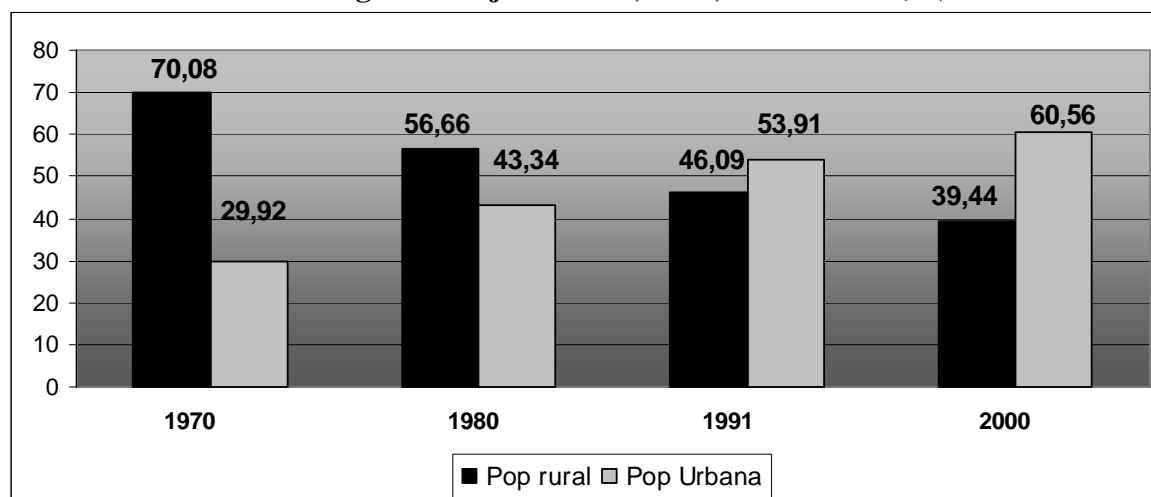
**TABELA 11: Microrregião de Tijucas - População Economicamente Ativa: Total, Porcentagem da PEA Rural e Urbana 1970, 1980, 1991 e 2000**

<i>Ano</i>	<i>PEA Total</i>	<i>% PEA em relação pop. total</i>	<i>% PEA Rural</i>	<i>% PEA Urbana</i>
<b>1970</b>	18.716	32,76	70,08	29,92
<b>1980</b>	21.485	38,27	56,66	43,43
<b>1991</b>	27.039	42,23	46,09	53,91
<b>2000</b>	35.278	50,49	39,44	60,56

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Até 1980, a maior parte da PEA se concentrava em área rural, pois sua base econômica estava sustentada na plantação diversificada de cebola, milho, feijão e fumo. A partir de 1991 ocorreu o inverso, agora a maior parte desta população se encontra nas áreas urbanas, atraídas pelas indústrias de calçados de Nova Trento e São João Batista e nas de cerâmicas, localizadas em Tijucas.

**Figura 12: Relação entre População Economicamente Ativa Rural e Urbana da Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Ao analisar sua evolução, a partir da tabela 12, verifica-se que, apesar da particularidade de a população total ter se reduzido no primeiro período, conforme mostrou

a figura 7 na seção anterior, a PEA total apresentou evolução (14,78%). O maior crescimento se deu entre 1991 e 2000 (46,56%).

**TABELA 12: Evolução da PEA Total, Urbana e Rural – Microrregião de Tijuca  
1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**

1970 – 1980			1980 – 1991			1991 – 2000		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
14,78	66,30	-7,19	25,85	56,55	2,37	30,47	46,56	11,65

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A PEA rural reduziu-se no primeiro momento, mas voltou a recuperar-se nos anos seguintes e a urbana obteve crescimento, porém desacelerado. Em 1970 evoluiu 66,30% contra 46,56% em 2000.

### 4.3 Indicadores do Desenvolvimento Econômico

Nessa seção será analisado PIB em sua totalidade e por setores: primário, secundário e terciário, das microrregiões em estudo.

#### 4.3.1 Produto Interno Bruto Por Setor

O produto interno bruto representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região em um período determinado. Na contagem do PIB, consideram-se apenas os bens e serviços finais, excluem-se dessa conta todos os bem intermediários, isto é, os insumos, com o objetivo de evitar dupla contagem. A produção da economia informal não é computada no cálculo do PIB <sup>8</sup>.

<sup>8</sup> IPIB: Internet Produto Interno Bruto. [www.iPIB.com.br](http://www.iPIB.com.br). Acesso em 17 de fev. 2008.

Para se obter o produto interno bruto por setor é feito a análise das somas dos valores monetários produzidos por cada setor da economia.

### ***Microrregião de Araranguá***

Na microrregião de Araranguá o setor que mais vem contribuindo para o desempenho do PIB, durante os últimos anos, é o terciário, conforme mostra a tabela 13. No entanto, a partir de 2003 o setor apresentou redução das taxas de crescimento, reduziu para 38,9% e 37,8% em 2004.

O crescimento do setor está atrelado à indústria de vestuário que criou na região uma integração produtiva e comercial com uma rede de prestadores de serviços de lavanderia, serigrafia, estamperia, bordadeiras, facção e de fornecedores de insumos, como revendas de aviamentos, máquinas, equipamentos, malhas e tecidos, além do comércio de roupas que coloca a região na rota das sacoleiras, onde formou-se no sul do Estado um eixo de compras, concentrado nos centros comerciais construídos ao longo da BR 101, com início em Sombrio seguindo até o município de Brusque (FILHO, 2007).

**TABELA 13: PIB por Setor a Preços Constantes (Primário, Secundário e Terciário) da Microrregião de Araranguá 1999 - 2004 em milhões R\$**

<b>SETOR</b>	<b>1999</b>	<b>%</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2001</b>	<b>%</b>	<b>2002</b>	<b>%</b>	<b>2003</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>
<b>Primário</b>	31,5	<b>30,6</b>	28,6	<b>26,8</b>	27,3	<b>25,7</b>	32,5	<b>28,5</b>	44,2	<b>31,1</b>	34,7	<b>26,4</b>
<b>Secundário</b>	23,7	<b>23,1</b>	30,1	<b>28,2</b>	31,0	<b>29,2</b>	32,6	<b>28,7</b>	43,5	<b>30,6</b>	47,1	<b>35,8</b>
<b>Terciário</b>	47,6	<b>46,3</b>	48,0	<b>45,0</b>	47,7	<b>45,1</b>	48,8	<b>42,8</b>	54,3	<b>38,9</b>	49,7	<b>37,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>102,8</b>	<b>100</b>	<b>106,7</b>	<b>100</b>	<b>106,0</b>	<b>100</b>	<b>113,9</b>	<b>100</b>	<b>142,0</b>	<b>100</b>	<b>131,5</b>	<b>100</b>

*Fonte de Dados Brutos:* IBGE. Preços correntes deflacionados através do Deflator Implícito do PIB – índice encadeado com base em 2004 (acumulado 2004 = 100) \*IBGE – SCN anual. Deflacionado pela autora.

O setor primário, por sua vez, veio perdendo participação, em 1999 representava 30,6%, e em 2000 baixou para 26,4%.

O setor secundário apresentou crescimento e somente em 2002 teve leve queda, passou de 23,1% em 1999 para 35,8% em 2004.

### *Microrregião de Chapecó*

Na microrregião de Chapecó o setor secundário, embora apresentando queda nos últimos anos, ainda é que mais contribui no somatório do PIB. Sua participação durante os anos de 1999 a 2004 foi em média de 47,6%.

O complexo agroindustrial sofreu grandes transformações a partir de 1990, principalmente patrimonial, em favor às grandes empresas multinacionais. A primeira grande mudança ocorreu na Perdigão, adquirida em 1994 para ser administrada pelos fundos de pensão do Bradesco, WEG e outras instituições. Em 1999 a empresa Chapecó foi adquirida por uma empresa Argentina a Alimbra S.A. Com essas mudanças estruturais, muitas unidades foram temporariamente desativadas, outras fechadas por definitivo e outras vendidas, o que provocou crise no setor no final da década de 1990 e início da década seguinte (FILHO, 2007).

**TABELA 14: PIB por Setor a preços constantes (Primário, Secundário e Terciário) da Microrregião de Chapecó 1999 - 2004 em milhões R\$**

<i>SETOR</i>	<b>1999</b>	<b>%</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2001</b>	<b>%</b>	<b>2002</b>	<b>%</b>	<b>2003</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>
<b>Primário</b>	88,2	<b>19,6</b>	97,0	<b>24,0</b>	94,3	<b>22,1</b>	104,5	<b>23,1</b>	133,1	<b>26,7</b>	112,6	<b>22,6</b>
<b>Secundário</b>	233,0	<b>51,7</b>	180,8	<b>44,7</b>	201,4	<b>47,3</b>	212,0	<b>46,9</b>	227,1	<b>45,5</b>	247,4	<b>49,7</b>
<b>Terciário</b>	129,1	<b>28,7</b>	127,0	<b>31,3</b>	130,2	<b>30,6</b>	136,3	<b>30,0</b>	139,1	<b>27,8</b>	134,7	<b>27,7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>450,3</b>	<b>100</b>	<b>404,8</b>	<b>100</b>	<b>425,9</b>	<b>100</b>	<b>452,8</b>	<b>100</b>	<b>499,3</b>	<b>100</b>	<b>497,7</b>	<b>100</b>

*Fonte de Dados Brutos:* IBGE. Preços correntes deflacionados através do Deflator Implícito do PIB – índice encadeado com base em 2004 (acumulado 2004 = 100) \*IBGE – SCN anual. Deflacionado pela autora.

O setor primário, enquanto relacionado com a agroindústria, também sofreu grandes transformações, o aumento da produtividade através da inserção de novas tecnologias com os novos sistemas de iluminação e ventilação, a redução no tempo de abate dos suínos e aves e as exigências postas pelos novos frigoríficos, trouxeram ao setor, ganhos de escala proporcionando o aumento na participação do PIB.

O setor terciário, na média geral ficou praticamente estável em 28%. Atualmente seu pólo industrial encontra-se bastante diversificado e com setores em forte expansão, como o desenvolvimento de “Softwares” e a biotecnologia. .

### *Microrregião de Florianópolis*

Na microrregião de Florianópolis, o setor primário basicamente não possui representação no PIB, sua média nos últimos anos é de apenas 1,9%, embora em 2003 tenha apresentado um sensível aumento, chegando a 3% no somatório do PIB.

**TABELA 15: PIB por Setor (Primário, Secundário e Terciário) da Microrregião de Florianópolis 1999 - 2004 em milhões R\$**

<i>SETOR</i>	<b>1999</b>	<b>%</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2001</b>	<b>%</b>	<b>2002</b>	<b>%</b>	<b>2003</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>
<b>Primário</b>	8,2	<b>1,7</b>	9,0	<b>1,6</b>	8,0	<b>1,5</b>	10,1	<b>1,8</b>	16,1	<b>3,0</b>	12,1	<b>2,2</b>
<b>Secundário</b>	147,0	<b>29,8</b>	182,4	<b>33,5</b>	173,5	<b>32,5</b>	176,4	<b>31,5</b>	180,1	<b>33,3</b>	183,2	<b>33,6</b>
<b>Terciário</b>	338,7	<b>68,5</b>	352,9	<b>64,9</b>	352,9	<b>66,0</b>	374,1	<b>66,7</b>	344,8	<b>63,7</b>	349,2	<b>64,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>493,9</b>	<b>100</b>	<b>544,3</b>	<b>100</b>	<b>534,4</b>	<b>100</b>	<b>560,6</b>	<b>100</b>	<b>541,0</b>	<b>100</b>	<b>544,5</b>	<b>100</b>

*Fonte de Dados Brutos:* IBGE. Preços correntes deflacionados através do Deflator Implícito do PIB – índice encadeado com base em 2004 (acumulado 2004 = 100) \*IBGE – SCN anual. Deflacionado pela autora.

Em compensação, a maior parte da composição do PIB esteve concentrada no setor terciário, mesmo que sua participação tenha decaído em 2000 e 2003, conforme se verifica na tabela 15. Em 2004 64,2% de todo o PIB decorria dos serviços.

O setor secundário, que em média compunha um terço da participação do PIB também apresentou oscilações, mas na média geral manteve-se praticamente estável em 32,4% durante 1999 a 2004.

### *Microrregião de Tijucas*

Na microrregião de Tijucas, a maior parte da composição do PIB esteve concentrada na indústria e, sua participação veio crescendo ao longo dos anos, conforme se verifica na tabela 16.



O setor terciário, também compõe boa parte do PIB total, em média 34,6%. Porém o setor vem apresentando queda nas suas participações. Em 1999, 36,9% do PIB procediam desta atividade, já em 2004 foi de 33,7%.

**TABELA 16: PIB por Setor (Primário, Secundário e Terciário) da Microrregião de Tijucas 1999 - 2004 em milhões R\$**

<i>SETOR</i>	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
<b>Primário</b>	6,3	<b>11,0</b>	7,1	<b>11,6</b>	6,6	<b>10,5</b>	7,1	<b>11,0</b>	8,6	<b>12,6</b>	8,1	<b>11,1</b>
<b>Secundário</b>	30,0	<b>52,1</b>	32,1	<b>52,5</b>	34,1	<b>54,3</b>	35,3	<b>54,6</b>	38,3	<b>56,0</b>	40,4	<b>55,2</b>
<b>Terciário</b>	21,2	<b>36,9</b>	22,0	<b>35,9</b>	22,0	<b>35,2</b>	22,3	<b>34,4</b>	21,6	<b>31,4</b>	24,7	<b>33,7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57,5</b>	<b>100</b>	<b>61,2</b>	<b>100</b>	<b>62,7</b>	<b>100</b>	<b>64,7</b>	<b>100</b>	<b>68,5</b>	<b>100</b>	<b>73,2</b>	<b>100</b>

*Fonte de Dados Brutos:* IBGE. Preços correntes deflacionados através do Deflator Implícito do PIB – índice encadeado com base em 2004 (acumulado 2004 = 100) \*IBGE – SCN anual. Deflacionado pela autora.

O setor primário é o que representa a menor porcentagem na composição do PIB total da microrregião de Tijucas. Sua contribuição em média foi de 11%, conforme mostra a tabela 16.

#### **4.3.2 Produto Interno Bruto per capita**

Nesta seção, o PIB *per capita* será o assunto em discussão e para obtê-lo, deve-se dividir seu valor total pelo número total de residentes.

#### ***Microrregião de Araranguá***

Ao analisar o PIB *per capita* da microrregião de Araranguá, observa-se, através da tabela 17 que, este esteve abaixo do de Santa Catarina em todos os períodos analisados. Sendo que no ano de 2001 e 2004, foram momentos de quedas. Enquanto esse indicador

em 2000 era de R\$ 6.797,00 em 2001 caiu para R\$ 5.589,00. E em 2003 era de R\$ 8.593,00, em 2004 reduziu para R\$ 7.889,00.

**TABELA 17: PIB *per capita* da Microrregião de Araranguá e Santa Catarina (deflacionado a preços constantes/2004) – em R\$ 1999 - 2004**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Araranguá</b>	6.365,00	6.797,00	6.589,00	6.892,00	8.593,00	7.889,00
<b>Santa Catarina</b>	10.703,00	11.550,00	11.596,00	11.534,00	11.845,00	12.159,00

*Fonte de Dados Brutos:* IBGE. Preços correntes deflacionados através do Deflator Implícito do PIB – índice encadeado com base em 2004 (acumulado 2004 = 100) \*IBGE – SCN anual. Deflacionado pela autora.

Em 2003, houve o maior aumento no PIB *per capita* da microrregião, 24,6%, enquanto em Santa Catarina o crescimento foi de apenas 2,7%. No ano seguinte, o indicador na microrregião teve queda de 8,2%, contra uma alta de 2,7% em Santa Catarina.

Em comparação com o PIB, o PIB *per capita* apresentou as mesmas características: evolução entre 1999 e 2000; desaceleração do crescimento entre 2000 e 2001; crescimento em 2002 e 2003 e queda novamente no ano de 2004.

### ***Microrregião de Chapecó***

A microrregião de Chapecó apresenta seu PIB *per capita* bem diferente do de Araranguá, pois manteve-se acima do de Santa Catarina em praticamente durante todos os períodos, com exceção para o ano de 2000, onde ficou abaixo em apenas 1,36%.

**TABELA 18: PIB *per capita* da Microrregião de Chapecó e Santa Catarina (deflacionado a preços constantes/2004) – em R\$ 1999 - 2004**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Chapecó</b>	12.155,00	11.393,00	11.795,00	12.339,00	13.598,00	13.387,00
<b>Santa Catarina</b>	10.703,00	11.550,00	11.596,00	11.534,00	11.845,00	12.159,00

*Fonte de Dados Brutos:* IBGE. Preços correntes deflacionados através do Deflator Implícito do PIB – índice encadeado com base em 2004 (acumulado 2004 = 100) \*IBGE – SCN anual. Deflacionado pela autora.

Em 1999 o PIB *per capita* da microrregião esteve 13,7% acima do de Santa Catarina, em valores referentes a 2004, cada residente vivia, em média, com R\$ 12.155,00/ano, enquanto em Santa Catarina, o valor era de R\$ 10.703,00 por residente/ano.

Em 2000 e 2001 o indicador apresentou pequena queda na microrregião, o que não ocorreu em Santa Catarina. Este fato pode ter sido provocado pela crise cambial ou exigências comerciais externas, uma vez que a economia da região está voltada também para o mercado internacional.

A partir de 2002 o indicador volta a dar sinais de evolução, seu maior crescimento foi em 2003, onde o PIB *per capita* atingiu R\$ 13.598,00, bem acima do de Santa Catarina, R\$ 11.845,00.

Em média, durante o período analisado, o indicador na microrregião se manteve 7,9% acima do de Santa Catarina.

### ***Microrregião de Florianópolis***

Ao analisar o PIB *per capita* da microrregião de Florianópolis, observa-se, através da tabela 19, que o mesmo esteve abaixo do de Santa Catarina durante todos os períodos analisados. Sendo que entre os anos de 1999 a 2003 houve crescimento negativo constante, R\$ 10.167,00 em 1999 para R\$ 8.984,00 em 2003, o que representa uma queda no indicador de 11,6%.

**TABELA 19: PIB *per capita* da Microrregião de Florianópolis e Santa Catarina  
(deflacionado a preços constantes/2004) – em R\$ 1991 - 2004**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Florianópolis</b>	10.167,00	9.876,00	9.285,00	9.259,00	8.984,00	9.145,00
<b>Santa Catarina</b>	10.703,00	11.550,00	11.596,00	11.534,00	11.845,00	12.159,00

*Fonte de Dados Brutos:* IBGE. Preços correntes deflacionados através do Deflator Implícito do PIB – índice encadeado com base em 2004 (acumulado 2004 = 100) \*IBGE – SCN anual. Deflacionado pela autora.

Em 2004 o indicador apresentou um ínfimo crescimento de 1,8% em relação a 2003, totalizando R\$ 9.145,00 em média para cada residente por ano. O PIB *per capita* não acompanhou a evolução do PIB total. O que pode ter sido provocado pelo acréscimo populacional da microrregião de Florianópolis, que nos últimos anos tem sido constante.

Em média, o PIB *per capita* da microrregião esteve 18,1% abaixo do PIB *per capita* de Santa Catarina.

### ***Microrregião de Tijucas***

Ao analisar o PIB *per capita* da microrregião de Tijucas, através da tabela 20, observa-se que durante todos os períodos analisados ele esteve abaixo do de Santa Catarina. Porém seu comportamento foi de crescimento pequeno e constante entre 1999 a 2004, com exceção em 2002, que apresentou queda de apenas 0,39%.

**TABELA 20: PIB *per capita* da Microrregião de Tijucas e Santa Catarina  
(deflacionado a preços constantes/2004) – em R\$ 1999 - 2004**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Tijucas</b>	8.855,00	9.236,00	9.282,00	9.246,00	9.696,00	10.208,00
<b>Santa Catarina</b>	10.703,00	11.550,00	11.596,00	11.534,00	11.845,00	12.159,00

*Fonte de Dados Brutos:* IBGE. Preços correntes deflacionados através do Deflator Implícito do PIB – índice encadeado com base em 2004 (acumulado 2004 = 100) \*IBGE – SCN anual. Deflacionado pela autora.

O maior crescimento foi entre 2003 e 2004, 5,28%. Apesar do crescimento em 2004 ser proporcionalmente maior que o do Estado, em valores reais o PIB *per capita* da microrregião ainda fica bem abaixo do de Santa Catarina que em 2004 foi de R\$ 12.159,00, uma diferença de 16,1%.

Em média, o PIB *per capita* da microrregião esteve 22,5% abaixo do de Santa Catarina.

### 4.3.3 Estrutura da Renda

Nesta seção será discutida a situação da distribuição da renda das microrregiões em estudo durante os anos de 1991 e 2000, segundo dados do IPEA DATA.

O indicador utilizado será o índice de Gini que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de zero, quando não há desigualdade, isto é, a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor, a um quando a desigualdade é máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula (IPEA DATA).

#### *Microrregião de Araranguá*

Na microrregião de Araranguá, como mostra a tabela abaixo, a distribuição da renda se concentrou do ano de 1991 para 2000.

**TABELA 21: Indicador da distribuição da renda da Microrregião de Araranguá 1991 e 2000**

ÍNDICE DE GINI	1991	2000
		0,5067

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

O indicador passou de 0,5067 para 0,5270, o que representa 4% na concentração da renda.

### *Microrregião de Chapecó*

Também na microrregião de Chapecó o índice de Gini apresentou concentração entre os anos de 1991 e 2000.

**TABELA 22: Indicador da distribuição da renda da Microrregião de Chapecó 1991 e 2000**

ÍNDICE DE GINI	1991	2000
		0,5315

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Em 1991 o índice era de 0,5315 e em 2000 aumentou para 0,550, o que representa uma concentração na renda de 3,48%.

### *Microrregião de Florianópolis*

A tabela 23 apresenta a evolução da distribuição da renda na microrregião de Florianópolis.

**TABELA 23: Indicador da distribuição da renda da Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000**

ÍNDICE DE GINI	1991	2000
		0,4638

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Durante os anos de 1991 e 2000 a microrregião também apresentou concentração na distribuição da renda, de 0,4638 em 1991 para 0,4698 em 2000, concentração de 1,29%.

### *Microrregião de Tijucas*

Na microrregião de Tijucas o índice de Gini também se comportou como nas outras microrregiões em estudo.

**TABELA 24: Indicador da distribuição da renda da Microrregião de Tijucas 1991 e 2000**

ÍNDICE DE GINI	1991	2000
		0,4781

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Em 1991 a distribuição da renda era representada pelo índice de 0,4781 e no ano de 2000 passou para 0,4917. Aumento na concentração da renda de 2,84%.

Em todas as microrregiões, observa-se o mesmo acontecimento: concentração de renda. Esse fato pode ter sido provocado por inúmeras causas como, mudanças na concepção de mão-de-obra; mais mulheres competindo no mercado de trabalho, pois, quanto maior a oferta de mão-de-obra menor tende a ser o preço dos salários; a eficiência no setor de transporte e comunicação facilita o processo de migração; mecanização agrícola, novas fronteiras, novos setores industriais e o setor de serviços crescendo intensamente.

Para a Visão da qualidade do crescimento, quanto menor a concentração da renda mais a economia tende a alcançar resultados positivos relativos à melhoria na qualidade de vida da população. Neste caso, sob a ótica da teoria, as microrregiões não apresentaram progressos referentes à redução da pobreza e aumento do bem-estar social, pois todas apresentaram concentração da renda.

## **4.4 Indicadores do Desenvolvimento Social**

Nessa seção serão apresentados alguns indicadores que permitem representar o grau de satisfação pessoal dos indivíduos. O IDH é o indicador que se caracteriza como sendo o mais apropriado para avaliar economicamente os países desenvolvidos.

Para a realidade dos países em desenvolvimento, nos quais os problemas materiais de sobrevivência da maioria da população colocam-se como o foco mais pertinente, o indicador do desenvolvimento social é o mais adequado, pois trata das condições sociais da população e em geral nos seus aspectos de necessidades mais elementares como saúde, educação, pobreza e trabalho.

### **4.4.1 Trabalho**

Nesta próxima seção serão apresentados os indicadores do desenvolvimento social relacionados ao trabalho. Os indicadores a serem analisados serão: relação da população ocupada e população economicamente ativa e taxa de desemprego.

#### ***Microrregião de Araranguá***

A partir da tabela 25, percebe-se que o nível de pessoas ocupadas na microrregião de Araranguá cresceu ao longo das últimas décadas. Contudo, esse foi inferior à evolução da PEA, ocasionando condição de desemprego e sua elevação.



**TABELA 25: Relação entre População Ocupada, PEA e População Total – Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000**

<b>Ano</b>	<b>População ocupada em relação à população total (%)</b>	<b>PEA em relação à população total (%)</b>
<b>1970</b>	29,41	29,76
<b>1980</b>	35,97	36,61
<b>1991</b>	39,11	40,36
<b>2000</b>	45,22	50,24

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Em 1970, o percentual de pessoas que estavam trabalhando era de 29,41% e aumentou gradativamente chegando a 45,22% em 2000. Mas, ao comparar a quantidade de pessoas trabalhando com as que estão aptas a trabalharem, isto é, a PEA, verifica-se que as taxas de desemprego elevaram-se a cada ano, principalmente em 2000.

Ao fazer uma comparação entre o número de pessoas ocupadas e a PEA, chega-se ao número de pessoas desocupadas e, por conseguinte, a taxa de desemprego. A partir da tabela 26, observa-se o crescimento desse pessoal durante as últimas décadas. Enquanto a taxa de desemprego total em 1970 era de 1,17% em 2000 chegou a 9,98%.

**TABELA 26: Pessoal Desocupado e Taxa de Desemprego da Microrregião de Araranguá 1970, 1980, 1991 e 2000**

<b>Ano</b>	<b>Número de pessoas desocupadas</b>			<b>Taxa de desemprego (%)</b>		
	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
<b>1970</b>	375	272	103	1,17	3,59	0,43
<b>1980</b>	711	171	540	1,75	1,02	2,24
<b>1991</b>	1.753	1.251	502	3,13	3,90	2,09
<b>2000</b>	8.028	6.663	1.365	9,98	13,35	4,46

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

O desemprego foi maior na área urbana, e as maiores taxas ocorreram após 1991, onde o percentual passou de 3,13% para 9,98% em 2000. Esse fato se deriva dos momentos vividos pelos três setores da economia. Com o crescimento do setor secundário e terciário, as pessoas migraram dos campos para as cidades para serem absorvidas pelas indústrias que ofereciam mais oportunidades de emprego, no entanto, a quantidade de pessoas que chegavam às cidades eram superiores aos números de empregos gerados pela

indústria, serviços e comércio, ocorrendo por consequência o aumento das taxas de desemprego nas cidades.

O grande crescimento da taxa de desemprego em 2000 foi causado pelo incremento de novas tecnologias, pela desverticalização das empresas, principalmente no setor têxtil, que passaram a terceirizar grande parte da produção e da queda nas exportações devido às invasões dos produtos chineses (FILHO, 2007).

### ***Microrregião de Chapecó***

O nível de pessoas ocupadas na microrregião de Chapecó, como se observa na tabela 27 aumentou bastante ao longo das últimas décadas, em especial a partir de 1991, onde o percentual de pessoas trabalhando era de 47,74% e na década anterior foi de 35,51%. Porém, como ocorreu com Araranguá, esse crescimento foi inferior à evolução da PEA, e com base nesses dados pode-se visualizar as taxas de desemprego.

**TABELA 27: Relação entre População Ocupada, PEA e População Total – Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000**

<b>Ano</b>	<b>População ocupada em relação à população total (%)</b>	<b>PEA em relação à população total (%)</b>
<b>1970</b>	32,38	32,43
<b>1980</b>	35,51	36,22
<b>1991</b>	47,74	48,95
<b>2000</b>	50,92	55,0

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A partir de 1980 houve um expressivo crescimento do número absoluto de pessoas desocupadas, ocasionando um rápido aceleramento na taxa de desemprego. A tabela 28 mostra que em 1970 essa taxa era de apenas 0,16% e, após três décadas alcançou um percentual de 11,28%, e o maior crescimento se deu nas áreas urbanas.

**TABELA 28: Pessoal Desocupado e Taxa de Desemprego da Microrregião de Chapecó 1970, 1980, 1991 e 2000**

Ano	Número de pessoas desocupadas			Taxa de desemprego (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>1970</b>	115	77	38	0,16	0,56	0,06
<b>1980</b>	2.136	1.045	1.091	1,96	2,54	1,60
<b>1991</b>	4.098	3.378	720	2,46	4,50	0,78
<b>2000</b>	14.748	13.749	999	7,45	11,28	1,29

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada do capital internacional para comprar ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense passou por uma reestruturação patrimonial em favor das multinacionais. Associado a esta desnacionalização, a década de 1990 assistiu a uma redução no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores. Em 1990, as empresas Aurora, Sadia, Perdigão e Chapecó tinham uma rede nacional com aproximadamente 36 mil integrados entre produtores de suínos e aves, passando para pouco mais de 22 mil em 1999. Uma redução geral de 38% na década (FILHO, 2007).

E, para completar, a microrregião não diversificou sua estrutura produtiva no intuito de absorver a mão-de-obra ociosa que surgiu das transformações da agroindústria. O setor metalúrgico que atende aos frigoríficos ainda é incapaz de promover uma diversificação produtiva mais autônoma. As fábricas de câmaras frigoríficas e de equipamentos para a criação de aves e suínos se reduzem a pequenas e médias unidades. Esse é um setor que vem expandindo rapidamente, porém ainda muito ligado aos frigoríficos. A alternativa para reter os desocupados, seria atender outros setores mais dinâmicos da região Chapecó e reduzir a dependência em relação aos frigoríficos locais (FILHO, 2007).

### ***Microrregião de Florianópolis***

Na microrregião de Florianópolis, como nas outras microrregiões já analisadas, a situação do desemprego não foi muito diferente do que já foi apresentado. Em 1970,

27,1% da população tinham um trabalho, contra os 27,75% da PEA. Em 2000, enquanto 49,8% dos residentes pertenciam a esta classificação, apenas 43,26% estavam trabalhando.

**TABELA 29: Relação entre População Ocupada, PEA e População Total – Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000**

<b>Ano</b>	<b>População ocupada em relação à população total (%)</b>	<b>PEA em relação à população total (%)</b>
<b>1970</b>	27,10	27,75
<b>1980</b>	35,32	36,40
<b>1991</b>	40,99	42,92
<b>2000</b>	43,26	49,80

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A partir de 1991 houve expressivo aumento no número de pessoas desocupadas na microrregião, ocasionando um rápido aceleramento na taxa de desemprego. A tabela 30 mostra que, em 1970 essa taxa era de 2,32% e em 2000 aumentou para 12,59%.

**TABELA 30: Pessoal Desocupado e Taxa de Desemprego da Microrregião de Florianópolis 1970, 1980, 1991 e 2000**

<b>Ano</b>	<b>Número de pessoas desocupadas</b>			<b>Taxa de desemprego (%)</b>		
	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
<b>1970</b>	1.586	1.232	354	2,32	2,53	1,80
<b>1980</b>	3.957	3.485	472	2,45	3,06	1,51
<b>1991</b>	10.218	9.372	846	4,48	4,51	4,14
<b>2000</b>	44.239	42.726	1.513	12,59	12,77	8,91

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Para uma economia ser sustentável é preciso haver certo equilíbrio entre os setores primário, secundário e terciário. Nesse sentido, falar em economia da microrregião de Florianópolis é refletir a uma situação de extremo desequilíbrio, em prol ao setor terciário. É flagrante a regionalização do trabalho ao longo do aglomerado urbano, principalmente na capital, onde se desenvolvem as atividades mais ligadas a prestação de serviços e ao comércio, tendo que destacar as prestações associadas ao turismo. Aos municípios de São José, cambem as atividades industriais e a Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz o abastecimento primário, sendo que, nos

dois primeiros a indústria também vem apresentando crescente dinamismo (CECCA, 2001).

Essa divisão tem se acentuando ainda mais com a adoção de políticas de desenvolvimento voltadas ao turismo. Porém as características próprias dessa atividade econômica praticadas na cidade tem resultado em empregos sazonais e precários, e geralmente a uma renda na maior parte das vezes fugaz, concentrada e facilmente sonegada. As razões do aumento do desemprego estão relacionadas tanto à evolução do desemprego conjuntural como do estrutural em função dos modelos de produção nacional e internacional inseridos na economia, inflamando o setor informal de trabalho como forma de sobrevivência do trabalhador desempregado pelo setor formal (CECCA, 2001).

Desta forma, os prejuízos para o bem-estar das pessoas são evidentes: baixa remuneração, ausência de direitos trabalhistas e a instabilidade que a informalidade gera, além da redução da arrecadação tributária e previdenciária.

### ***Microrregião de Tijucas***

Na microrregião de Tijucas as características são semelhantes as já analisadas, crescimento da população ocupada em relação à PEA e aumento das taxas de desemprego. Em 1970, 32,57% da população encontrava-se trabalhando, contra 32,76% da PEA, neste ano, a taxa de desemprego foi de apenas 0,59%.

Em 2000, o setor produtivo dispunha de 50,49% de toda população habilitada para ingressar no mercado de trabalho, nos diversos setores da economia, no entanto, só conseguiu absorver 47,17%, o que gerou uma taxa de desemprego de 6,58%, conforme mostra a tabela 31.

**TABELA 31: Relação entre População Ocupada, PEA e População Total – Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000**

<b>Ano</b>	<b>População ocupada em relação à população total (%)</b>	<b>PEA em relação à população total (%)</b>
<b>1970</b>	32,57	32,76
<b>1980</b>	37,73	38,27
<b>1991</b>	40,56	42,23
<b>2000</b>	47,17	50,49

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

O ano de 1991 é marcado pelo crescimento acentuado no número absoluto de pessoas desocupadas. Entre 1980 e 1991, triplicou a quantidade de pessoas nesta situação, e por conseqüência, a taxa de desemprego cresceu e alcançou 3,95% em 1991.

**TABELA 32: Pessoal Desocupado e Taxa de Desemprego da Microrregião de Tijucas 1970, 1980, 1991 e 2000**

<b>Ano</b>	<b>Número de pessoas desocupadas</b>			<b>Taxa de desemprego (%)</b>		
	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
<b>1970</b>	110	81	29	0,59	1,42	0,22
<b>1980</b>	237	133	104	1,10	1,42	0,85
<b>1991</b>	1.068	635	433	3,95	4,35	3,47
<b>2000</b>	2.321	1.942	379	6,58	9,09	2,72

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Novamente, como nas outras microrregiões, a maior parte das pessoas sem trabalho encontra-se em regiões urbanas, provocado pelo aumento da população que migrou de áreas rurais em busca de oportunidades de emprego nos setores secundário e terciário, mas também pela crise econômica no setor calçadista e cerâmico que atingiram o Estado a partir da década de 1990.

Com a abertura comercial e a sobrevalorização cambial, a indústria de calçados de São João Batista e Nova Trento também foram atingidas. Em 1995, havia aproximadamente 130 fábricas de calçados em São João Batista e em 2000 o número caiu para quase 90 e a capacidade ocupada em 1998 era de 60%.

No setor cerâmico, em termo de mão-de-obra, houve crescimento acelerado até final dos anos 80. Com a recessão do início da década de 1990, o setor foi duramente

castigado, com pedidos de concordata, redução na produção e fechamento de empresas. Com a modernização do parque fabril cerâmico e o curto crescimento industrial nos anos de 1993 e 1994, houve uma melhora na produção e na produtividade, porém não foi acompanhada na mesma proporção no número de emprego. Para se ter uma idéia, em 1980, com oito mil trabalhadores as cerâmicas catarinenses produziam 24.551 mil m<sup>2</sup> de revestimentos cerâmicos; em 1998, com 7.827 trabalhadores, a produção saltou para 116.262 mil m<sup>2</sup>, quase cinco vezes a mais que em 1980 (FILHO, 2007).

#### 4.4.1.1 Pessoal ocupado por setor

A análise do percentual de pessoas ocupadas por setor de uma microrregião, possibilita verificar qual atividade econômica vem contribuindo para o crescimento do trabalho e conseqüentemente o desenvolvimento sócio-econômico.

##### *Microrregião de Araranguá*

O pessoal ocupado da microrregião de Araranguá esteve mais concentrado no setor primário, embora o percentual tenha diminuído em todos os anos analisados. Em 1970, 85,4% da população trabalhavam neste setor, já em 1995 caiu para 69,7%. No entanto, mesmo com a redução do número de trabalhadores, o setor primário ainda detém mais da metade das pessoas ocupadas da microrregião.

**TABELA 33: População Ocupada por Setor - Microrregião de Araranguá 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (%)**

Setor	População Ocupada				
	1970	1975	1980	1985	1995
Primário	85,4	80,6	76,2	70,0	69,7

Secundário	4,9	7,5	10,2	16,3	11,2
Terciário	9,7	11,9	13,6	13,7	19,10

*Fonte:* Elaborado pela autora. Dados primários IPEA-DATA

Bem menos participativo, mas em constante crescimento, está o setor de serviços. Em 1970 apenas 9,7% dos trabalhadores encontravam-se nesta atividade e em 1995, subiu para 19,10%.

A indústria, que em 1970 possuía apenas 4,9% de toda a população ocupada acompanhou um crescimento constante até 1985 e chegou a absorver 16,3% de todos os trabalhadores. Mas com a crise no setor de vestuário, calçadista e cerâmico, que ocorreu no início da década de 1990, a redução no número de postos de trabalho foi imediata e transferiu essas pessoas para o setor terciário.

As atividades do setor primário, conforme dito anteriormente, ainda absorvem a maior parte da mão-de-obra, ainda que tenha apresentando queda no nível de emprego em todos os períodos. Em 1995 praticamente 70% do pessoal ocupado continuavam trabalhando nesse setor.

Em compensação, o setor de serviços é que mais vem aumentando a oferta de emprego. Após apresentar leve desaceleração entre 1975 e 1980, o percentual de pessoas ocupadas no setor cresceu 47,8%.

A indústria foi o setor que mais apresentou oscilações no nível de emprego. Apesar do elevado crescimento das contratações entre o período de 1980 a 1985, o setor fechou o ano de 1995 com redução na capacidade de geração de empregos.

### ***Microrregião de Chapecó***

A população ocupada da microrregião de Chapecó esteve, basicamente, durante o período de 1970 a 1995, concentrada no setor primário, embora o percentual tenha recuado em todos os anos. Em 1970, o percentual de mão-de-obra ocupada no setor era de 90%, conforme se observa na tabela 34.



**TABELA 34: População Ocupada por Setor - Microrregião de Chapecó 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (%)**

Setor	População Ocupada				
	1970	1975	1980	1985	1995
Primário	90,0	84,5	82,6	77,7	65,10
Secundário	3,8	6,6	8,1	9,3	15,9
Terciário	6,2	8,9	9,3	13,0	19,0

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Os setores secundário e terciário agregaram a os trabalhadores do setor primário, pois apresentaram crescimento acelerado em todos os períodos. Em 1970 a indústria possuía apenas 3,8% de todos os postos de trabalho. Com os investimentos nos complexos agroindustriais criados a partir da década de 1960, comandado pelo Estado e pelas grande e médias indústrias e agroindústrias, o setor passa a exigir maior número de trabalhadores, surge daí o crescimento acelerado da população ocupada a partir de 1975, conforme mostra a tabela 34.

### ***Microrregião de Florianópolis***

Na microrregião de Florianópolis, semelhante às outras microrregiões já analisadas, em 1970, o setor primário era o que mais concentrava a população ocupada. Entretanto, a forma de trabalho neste setor vem reduzindo-se a cada ano de forma acelerada. Em 1970 o setor empregava 60,8% de todos os postos de trabalho disponíveis e em 1995, esse percentual reduziu-se a 15,8%, conforme mostra a tabela 35.

**TABELA 35: População Ocupada por Setor - Microrregião de Florianópolis 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (%)**

Setor	População Ocupada				
	1970	1975	1980	1985	1995
Primário	60,8	47,6	34,5	25,6	15,8
Secundário	12,8	16,0	16,6	14,7	15,5
Terciário	26,4	36,4	48,9	59,7	68,7

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Ao fazer um paralelo entre o PIB e a população ocupada, verifica-se que o setor emprega menos de 15% dos trabalhadores, mas na composição do PIB o setor praticamente não possui representatividade. Em 2000 apenas 3% do PIB vinha do setor primário, sendo então, grande quantidade de mão-de-obra para pouco valor agregado.

O setor terciário, representado pelos serviços e o comércio, foi o que mais apresentou crescimento no número de pessoas ocupadas, passou de 26,4% em 1970 para 68,7% em 1995.

A indústria aumentou o nível de empregos entre 1970 a 1980. Mas, os anos seguintes foram de redução das atividades econômicas.

### ***Microrregião de Tijucas***

O pessoal ocupado na microrregião de Tijucas, conforme mostra a tabela 36, esteve mais concentrado durante esses períodos de análise, no setor primário, mesmo que em todos os anos essa participação tenha venha reduzindo. Em 1970 82,7% das pessoas ocupadas estavam nesse setor, sendo que em 1995 esse percentual caiu para 63,5%.

**TABELA 36: População Ocupada por Setor - Microrregião de Tijuca 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (%)**

Setor	População Ocupada				
	1970	1975	1980	1985	1995
Primário	82,7	81,2	73,7	72,4	63,5
Secundário	10,0	12,1	20,0	20,9	24,0
Terciário	7,3	6,7	6,3	6,7	12,5

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

O setor secundário foi veio dando maior contribuição para o aumento do trabalho. Enquanto em 1970, apenas 10% do pessoal ocupado dessa microrregião trabalhavam nesta atividade, em 1995, passou para 24%.

Os serviços e comércio, por sua vez mantiveram-se estável entre o período de 1970 a 1985, ficando em média com 6,7% da população empregada, mas em 1995 o percentual aumentou para 12,5%.

A evolução do nível de emprego pode ser analisada através da figura 19. Entre o período de 1970 a 1975 os setores, primário e em especial o terciário apresentarem redução no número de pessoas ocupadas, 7,77% e 20,33% respectivamente. No entanto, o setor industrial contribuiu para o crescimento do nível de trabalho no período e foi responsável pela evolução de 19,3%.

#### **4.4.2 Educação**

A melhoria na educação possibilita aos indivíduos maior inclusão social, melhores condições de emprego, autonomia e igualdade nas oportunidades. Sob a luz da Visão da qualidade do crescimento a educação é fator determinante para afastar a população da situação de marginalização, reduzir a pobreza e consequentemente melhorar suas condições de vida e bem-estar social.

Nesta seção serão apresentados alguns indicadores relacionados à educação, sendo eles: alfabetismo, analfabetismo e evasão escolar.

### ***Microrregião de Araranguá***

A microrregião de Araranguá apresentou grandes melhorias nos indicadores da educação entre os anos de 1991 e 2000, como mostra a tabela a seguir.

**TABELA 37: Indicadores da Educação na Microrregião de Araranguá 1991 e 2000 (%)**

INDICADOR	1991	2000
Alfabetismo – 15 anos ou mais	85,06	90,61
Analfabetismo – 7 a 14 anos	10,68	3,08
Evasão escolar – 10 a 14 anos trabalhando	13,59	14,35

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Em 1991, 85,06% das pessoas com 15 anos ou mais estavam alfabetizadas e em 2000 esse percentual aumentou para 90,61%, o que mostra um progresso na escolaridade e qualificação da população.

Já a taxa de analfabetismo entre as crianças de 7 a 14 anos apresentou melhoras ainda mais significativas, reduziu de 10,68% em 1991 para 3,08% em 2000.

Por outro lado, a taxa de evasão escolar entre crianças 10 e 14 anos que estão trabalhando, apresentou um acréscimo considerado, passou de 13,59% para 14,35%, o que faz concluir que, atualmente um número maior de crianças está deixando as escolas para trabalhar e ajudar na renda familiar.

### ***Microrregião de Chapecó***

Na microrregião de Chapecó os indicadores apresentaram consideráveis mudanças no que diz respeito à educação, no entanto ficaram abaixo dos indicadores da microrregião de Araranguá.

**TABELA 38: Indicadores da Educação na Microrregião de Chapecó 1991 e 2000 (%)**

INDICADOR	1991	2000
Alfabetismo – 15 anos ou mais	85,04	88,60
Analfabetismo – 7 a 14 anos	10,87	3,32
Evasão escolar – 10 a 14 anos trabalhando	18,77	18,78

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

O número de pessoas alfabetizadas com 15 anos ou mais também cresceu, embora tenha ficado abaixo dos 90%. Em 1991, o percentual era de 85,04% e em 2000 aumentou para 88,60%.

Ao comparar a taxa de analfabetismo entre os anos de 1991 e 2000, observa-se uma redução acentuada, de 10,87% em 1991 para 3,32% em 2000, onde se conclui que há maior frequência e maior facilidade no acesso à escola, o que fez contribuir para a redução do índice.

No entanto, o indicador que representa a evasão escolar não apresentou redução, ficou estável em 18,78%, o que representa um número considerável de crianças entre 10 e 14 anos que deixam as escolas para trabalhar. Por ser uma região onde o setor primário contrata grande parte da mão-de-obra existente, se torna mais fácil para essas crianças entrarem no mercado de trabalho informal e contribuir no aumento renda familiar.

### ***Microrregião de Florianópolis***

Por compor a capital do Estado, onde a diversificação econômica e cultura se tornam mais evidente, a microrregião de Florianópolis apresenta bons índices relacionados à educação. Em comparação com os 1991 e 2000 houve melhora em todos os indicadores, conforme mostra a tabela a seguir.

**TABELA 39: Indicadores da Educação na Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000 (%)**

INDICADOR	1991	2000
Alfabetismo – 15 anos ou mais	87,54	91,96
Analfabetismo – 7 a 14 anos	7,97	3,37
Evasão escolar – 10 a 14 anos trabalhando	3,88	2,50

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Em 1991, 87,54% das pessoas com 15 anos ou mais estavam alfabetizadas, já em 2000 esse percentual aumentou para 91,96%. O que possibilitou esse aumento foi a maior frequência escolar desta faixa etária, com programas de alfabetização de jovens e adultos promovidos pelo Estado e pelos municípios.

Já, a taxa de analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos, baixou de 7,97% para 3,37% em 2000 o que faz concluir que as crianças passaram a frequentar mais as escolas, reduzindo o índice de analfabetismo na microrregião.

A microrregião apresenta melhores taxas de evasão escolar, se comparadas às outras microrregiões. O indicador baixou de 3,88% em 1991 para 2,50% em 2000.

### ***Microrregião de Tijucas***

Por último, a microrregião de Tijucas também apresenta índices positivos: redução na taxa de analfabetismo, aumento no número de pessoas alfabetizadas entre 7 e 14 anos e redução na taxa de evasão escolar.

**TABELA 40: Indicadores da Educação na Microrregião de Tijucas 1991 e 2000 (%)**

INDICADOR	1991	2000
Alfabetismo – 15 anos ou mais	85,24	90,23
Analfabetismo – 7 a 14 anos	7,66	2,71
Evasão escolar – 10 a 14 anos trabalhando	14,22	12,41

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Entre 1991 e 2000, a microrregião aumentou o número de pessoas alfabetizadas na faixa etária a partir de 15 anos, de 85,24% para 90,23%. Programas de inclusão de jovens e adultos nas escolas favoreceram a melhoria deste indicador.

Já a taxa de analfabetismo de crianças de 7 a 14 anos que era de 7,66% reduziu-se a 2,71% no período em análise, o que representa um maior número de crianças freqüentando a escola, reduzindo o índice de analfabetismo na região.

Ao analisar a taxa de evasão escolar, verifica-se uma redução de 14,22% para 12,41% no período de 1991 a 2000, o que representa um menor número de crianças que deixam as escolas para trabalhar.

No que diz respeito à educação, todas as microrregiões apresentaram indicativos de melhorias. Melhor qualificação possibilita inclusão social, o que permite melhores oportunidades de emprego, renda e qualidade de vida.

#### **4.4.3 Saúde**

Nesta seção serão apresentados indicadores sociais relacionados à saúde que influenciam de alguma maneira na redução da pobreza e melhoria na qualidade do crescimento econômico e social das microrregiões em análise. Por mortalidade infantil, define-se como o número de pessoas de cada mil nascidas vivas no período de referência que não deverão completar um ano de vida (PNUD, 2000).

#### ***Microrregião de Araranguá***

Na microrregião de Araranguá o aumento na expectativa de vida foi de 4 anos. Em 1991 as pessoas viviam em média 65,2 anos e no ano de 2000 a média aumentou para 69,2.

Este aumento se deve a vários fatores, como: aumento da renda *per capita*, melhora nas condições básicas de saúde, melhoria na alimentação, maior acesso aos

sistemas de saúde e medicamentos, atividades físicas, prevenção e descoberta de cura de doenças, melhoria na educação e acesso a informação.

**TABELA 41: Indicadores da Saúde da Microrregião de Araranguá 1991 e 2000**

INDICADOR	1991	2000
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	43,4	30,3
Expectativa de vida	65,2	69,2
Médicos residentes (por mil habitantes)	0,07	0,37

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Em 1991 para cada mil nascidos vivos, 43,4 crianças morriam por algum motivo, seja este por problemas no parto, desnutrição, ineficiência no pré-natal ou outras circunstâncias. Já no ano de 2000, esse número baixou para 30,3, em menos de 10 anos a microrregião de Araranguá conseguiu reduzir a mortalidade infantil em mais de 30%.

Muito relacionado à redução da taxa de mortalidade infantil está à relação do número de médicos por habitantes. Em 1991 havia 0,07 médicos para cada grupo de mil habitantes e em 2000, esse número aumentou de forma acentuada para 0,37, o que proporcionará melhores condições de saúde para a população da microrregião.

### ***Microrregião de Chapecó***

Na microrregião de Chapecó a taxa de mortalidade infantil teve redução de 32,8%, sendo que no ano de 1991 para cada mil crianças nascidas vivas, 39,1 morriam por causas diversas, e no ano de 2000 esse índice baixou para 26,3 mortes para cada mil nascidos vivos.



**TABELA 42: Indicadores da Saúde da Microrregião de Chapecó – 1991 e 2000**

<b>INDICADOR</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	39,1	26,3
Expectativa de vida	66,3	70,5
Médicos residentes (por mil habitantes)	0,30	0,39

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A expectativa de vida dos residentes da microrregião também apresentou melhoria, aumentou em 4,2 anos. Em 1991 a média de anos de vida da população era de 66,3 anos e no ano de 2000, passou para 70,5 anos, esse aumento se deve a fatores diversos, conforme já citado anteriormente.

Já o número de médicos por grupo de mil habitantes, também teve um grande aumento, passou de 0,30 médicos para cada mil habitantes em 1991 para 0,39 em 2000, o que representa um acréscimo de 30% em dez anos.

### ***Microrregião de Florianópolis***

Os indicadores da saúde na microrregião de Florianópolis apresentam-se semelhantes aos indicadores das microrregiões já analisadas. Redução na taxa de mortalidade infantil, aumento na expectativa de vida da população e aumento do número de médicos durante o período de 1991 a 2000.

**TABELA 43: Indicadores da Saúde da Microrregião de Florianópolis – 1991 e 2000**

<b>INDICADOR</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	36,7	24,4
Expectativa de vida	67,2	71,1
Médicos residentes (por mil habitantes)	0,55	0,57

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A taxa de mortalidade infantil baixou de 36,7 mortes para cada mil nascidos vivos em 1991 para 24,4 em 2000.

O indicador expectativa de vida também teve melhoria durante o período, aumentou 3,9 anos de vida, em média. O que representa que a população da microrregião de Florianópolis está vivendo mais, aumentando o número de idosos na região.

O número de médicos, como já informado anteriormente, é também uma relação direta para a melhoria desses indicadores, quanto maior o número desses profissionais, maior a expectativa de vida e menores deverão ser as taxas de mortalidade infantil. Na microrregião de Florianópolis, entre os anos de 1991 e 2000 houve um aumento de 14%, na quantidade de médicos para cada grupo de mil habitantes.

### ***Microrregião de Tijucas***

A microrregião de Tijucas também apresenta melhoria nos indicadores da saúde. Teve redução da taxa de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida, porém o número de médicos na região estabilizou-se, isto é, não teve alteração entre o período de 1991 e 2000.

**TABELA 44: Indicadores da Saúde da Microrregião de Tijucas – 1991 e 2000**

<b>INDICADOR</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	39,9	30,0
Expectativa de vida	66,3	69,4
Médicos residentes (por mil habitantes)	0,35	0,35

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A taxa de mortalidade infantil apresentou queda entre o período de 1991 a 2000, passou de 39,9 mortes para cada mil nascidos vivos para 30 mortes, uma redução de 24,8%.

O indicador de expectativa de vida, como em todas as outras microrregiões, também apresentou melhora, a população da microrregião de Tijucas passou a viver mais,

em média 3,1 anos. Em 1991 a população vivia cerca de 66,3 anos e em 2000 passou a viver 69,4 anos, refletindo o aumento no número de idosos na região

Para todas as microrregiões estudadas, houve melhorias nas condições de saúde. Pode-se fazer um paralelo com os indicadores da educação, estudados na seção anterior, onde os mesmos também apresentaram evolução, pois, quanto mais esclarecida for a população, melhores deverão ser as condições de saúde e higiene, reduzindo a mortalidade infantil e aumentando a longevidade da população.

É importante salientar que grande parte do número total de residentes idosos são analfabetos e chefes de família recebendo até um salário mínimo, ou seja, a maior parte desta população é pobre. De fato, a velhice é particularmente desassistida em todas as regiões, não existindo instituições de asilos sob a responsabilidade das prefeituras. Também faltam centros de atividades ou qualquer infra-estrutura parecida capaz de mantê-los ativos na vida social. Faz-se necessário a criação de programas de inclusão no mercado de trabalho para esta parte da população que ainda é produtiva, pois idosos podem se tornar um problema para o Estado, caso não sejam feitas as reformas necessárias, como a previdenciária, por exemplo.

#### **4.4.4 Pobreza**

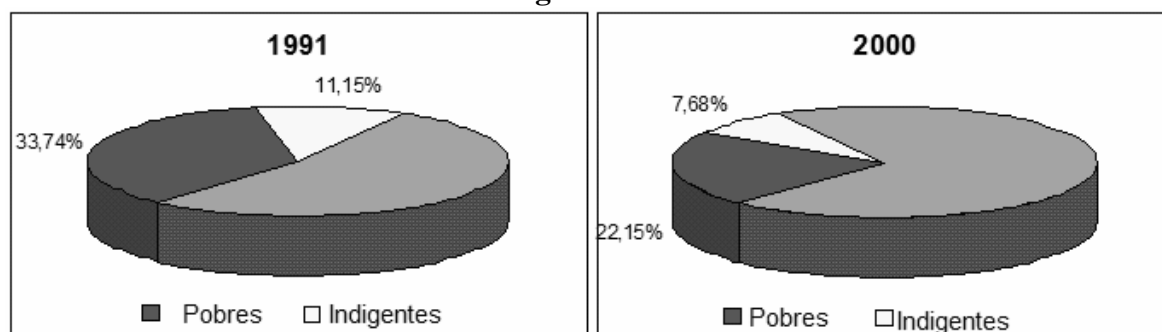
Nesta seção serão apresentados os indicadores sociais relacionados à pobreza. Serão consideradas pobres as famílias com renda familiar *per capita* inferior a 50% do salário mínimo vigente no dia 1 de setembro de 1991, R\$ 75,50 e indigentes o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 37,75, equivalente a ¼ do salário mínimo vigente em agosto de 2000 (IPEA).

### ***Microrregião de Araranguá***

Na microrregião de Araranguá, a relação entre população pobre e indigente teve melhorias entre o período de 1991 e 2000. No ano de 1991 o percentual de pobres era de 33,74% da população total enquanto o de indigentes era de 11,15%.

Em 2000 houve severa melhoria nos indicadores, o percentual de pobre baixou para 22,15% e de indigentes para 7,68%, conforme mostra a figura a seguir.

**Figura 13: Relação entre População Total, Pobre e Indigente da Microrregião de Araranguá 1991 e 2000**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

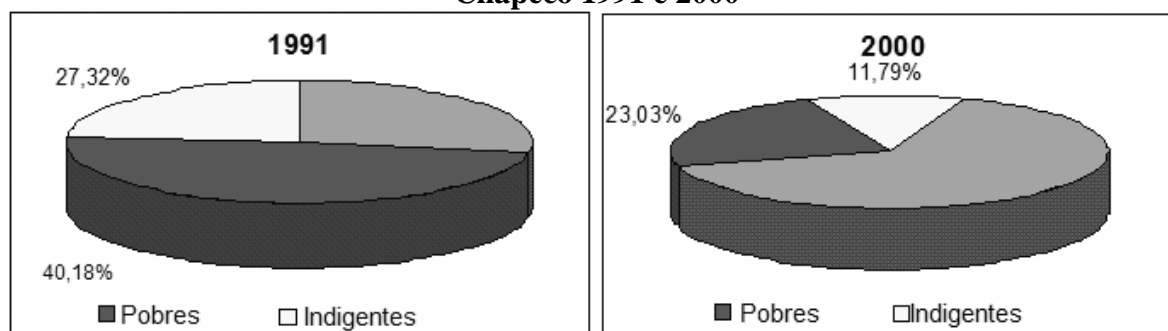
A redução no número de pobres e indigentes está diretamente relacionada à melhoria na educação e saúde da população da microrregião de Araranguá, estudadas na seção anterior. Como houve redução na taxa de analfabetismo (tabela 37), aumento da expectativa de vida (tabela 41), e considerável aumento no PIB *per capita* da região (tabela 17), a redução no número de pobres e indigentes é reflexo direto das melhorias desses indicadores.

### ***Microrregião de Chapecó***

A relação entre população pobre e indigente, na microrregião de Chapecó, também apresentou melhoria nos indicadores.

Em 1991, como mostra a figura 14, o percentual de pobres representava quase metade da população, 40,18% e os indigentes 27,32%, enquanto somente 32,50% das famílias viviam com renda *per capita* superior a 50% do salário mínimo vigente em 1º de setembro de 1991. Reflexo da pouca escolaridade da população, conforme visto na seção 4.4.2, tabela 38.

**Figura 14: Relação entre População Total, Pobre e Indigente da Microrregião de Chapecó 1991 e 2000**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Ao comparar esses indicadores com os do ano de 2000, concluí-se que a microrregião obteve grandes melhorias e aumento considerável na renda *per capita* das famílias. O percentual de pobres reduziu-se quase a metade, baixou para 23,03% do total da população em menos de 10 anos. E o de pessoas indigentes baixou para 11,79% enquanto o percentual da população vivendo com mais de 50% do salário mínimo aumentou para 65,18%.

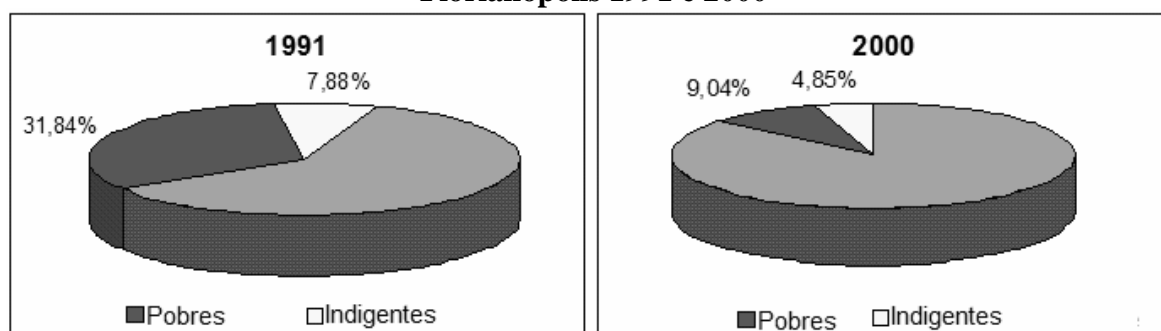
### ***Microrregião de Florianópolis***

Na microrregião de Florianópolis, os indicadores apresentam-se bem melhores se comparados aos das microrregiões já apresentadas.

Em 1991, 31,84% da população viviam na linha da pobreza, isto é, com menos de 50% do salário mínimo, R\$ 75,50. Já, o percentual de pessoas indigentes, no mesmo período era de 7,88% da população.

Os indicadores melhoraram em 2000, o percentual de pessoas pobres baixou para 9,04% e indigentes para 4,85%, enquanto as pessoas vivendo em condições econômicas melhores, acima da linha da pobreza, aumentaram para 86,11% , conforme mostra a figura 15.

**Figura 15: Relação entre População Total, Pobre e Indigente da Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

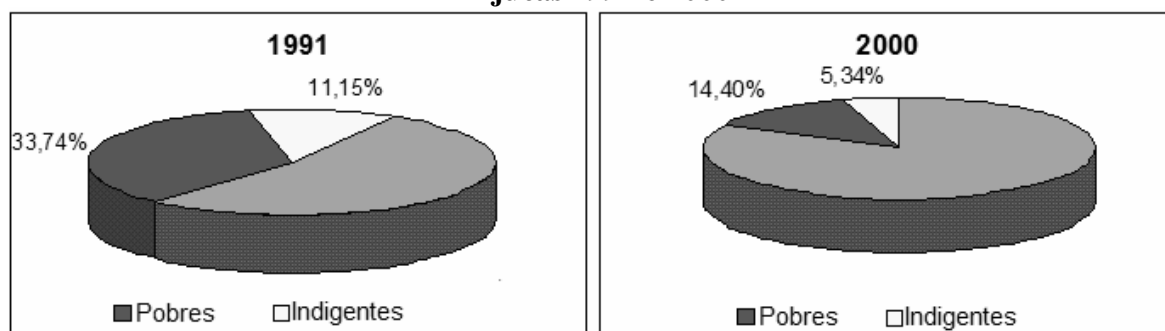
A redução dos pobres e indigentes na microrregião de Florianópolis pode ter sido acompanhada pelas melhores condições de educação da população, conforme estudado anteriormente.

### ***Microrregião de Tijucas***

A microrregião de Tijucas apresenta os indicadores próximos aos de Florianópolis. Em 1991, 33,74% das pessoas eram consideradas pobres e 11,15% indigentes, enquanto o percentual da população que vivia acima da linha da pobreza era de 55,11%.

Em 2000, como nas outras microrregiões já analisadas, os indicadores melhoraram, o percentual de pobres baixou para 14,40% e o de indigentes para 5,34%.

**Figura 16: Relação entre População Total, Pobre e Indigente da Microrregião de Tijucas 1991 e 2000**



Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

A microrregião de Tijucas também melhorou seus indicadores de educação, saúde e renda *per capita*, o que diretamente influenciou na redução, nos últimos anos, no número de pobres e indigentes e proporcionou aumento no bem-estar social da população.

No que se refere ao crescimento com qualidade, todas as microrregiões estudadas apresentaram progresso nos indicadores relacionados à pobreza. O que a luz da Visão da qualidade do crescimento, contribuiu para avançar e melhorar a vida da população.

## 4.5 Indicadores do Desenvolvimento Sustentável

### 4.5.1 Condição de Moradias

Os indicadores de condições de moradia podem ser efetivos para observar se o desenvolvimento está ocorrendo de forma sustentável. Serão analisados: relação de domicílios com água encanada, domicílios com energia elétrica e domicílios com instalação adequada de esgoto. A partir desses indicadores será possível avaliar se o desenvolvimento das microrregiões tende a ser sustentável, já que as questões ambientais estão interligadas com as condições de vida da população.

### *Microrregião de Araranguá*

Na microrregião de Araranguá, conforme mostra a tabela 45, os indicadores relacionados às condições de moradia se encontram favoráveis, com exceção dos domicílios com instalação de esgoto adequado, que ainda apresentam índices relativamente baixos.

Os domicílios com água encanada, que em 1991 eram representados por 90,97% do total, no ano de 2000 já representavam quase a totalidade de todos os domicílios, 98,89%.

**TABELA 45: Indicadores de Moradia – Microrregião de Araranguá 1991 e 2000 (%)**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Domicílios com água encanada	90,97	98,89
Domicílios com energia elétrica	98,45	99,81
Domicílios com instalação de esgoto adequado	57,17	77,33

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Um melhora ainda mais acentuada está no indicador relacionado à energia elétrica. Em 1991, este era encontrado em 98,45% de todas as residências, e em 2000 passou para 99,81%. Onde se pode apontar que houve investimentos no setor de infraestrutura da microrregião.

Não tão representativo, mas com uma evolução de melhoria ainda maior que os outros indicadores já mencionados, estão as instalações de esgoto adequado na microrregião. Em 1991 apenas 57,17% dos domicílios possuíam esse benefício e em 2000 alcançou 77,33% do total.



### *Microrregião de Chapecó*

A microrregião de Chapecó não apresenta os indicadores tão favoráveis quanto os da microrregião de Araranguá, porém a evolução de melhoria durante o período de 1991 a 2000 foi bem mais expressiva.

Em 1991, pouco mais de 70% dos domicílios possuíam água encanada, em 2000 esse indicador já era encontrado em quase 90% de todas as casas, uma evolução de 23,9% em menos de 10 anos. O que representa maior qualidade de vida para os residentes e redução de doenças provocadas pelo consumo de água inadequada.

**TABELA 46: Indicadores de Moradia – Microrregião de Chapecó 1991 e 2000 (%)**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Domicílios com água encanada	72,17	89,38
Domicílios com energia elétrica	81,34	94,35
Domicílios com instalação de esgoto adequado	46,42	40,94

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Em 1991 a proporção de domicílios que possuíam energia elétrica era de 81,34%. Em 2000 aumentou para 94,35%.

Do outro lado está o indicador que apresenta as instalações adequadas de esgoto, que na microrregião de Chapecó, menos da metade da população está provida desse benefício, o que se faz perceber que fortes investimentos devem ser feitos uma vez que, más condições sanitárias estão diretamente ligadas com as condições de saúde da população.

E para agravar a situação, a microrregião de Chapecó teve redução no indicador, em 1991, 46,42% das residências possuíam instalações adequadas de esgoto e no ano de 2000 baixou para 40,94%, o que representa um sinal de alerta para as instituições públicas.

### *Microrregião de Florianópolis*

A microrregião de Florianópolis, conforme mostra a tabela a seguir, apresenta excelentes índices para os indicadores de domicílios com água encanada e energia elétrica. No ano de 2000 praticamente toda a população da microrregião era beneficiada com esses serviços.

No entanto, os problemas atuais estão relacionados à escassez da água. Devido ao crescimento da população nos meses de verão, diversas áreas da região costumam sofrer com problemas de abastecimento.

**TABELA 47: Indicadores de Moradia – Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000 (%)**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Domicílios com água encanada	97,61	99,14
Domicílios com energia elétrica	98,74	99,70
Domicílios com instalação de esgoto adequado	38,78	46,85

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

Em contrapartida, o indicador que se refere aos domicílios com instalação de esgoto adequado, os índices são alarmantes. Em 1991, apenas 38,78% dos domicílios possuíam instalações sanitárias adequadas. Em 2000 o índice apresentou relativa melhora, porém ainda assim, menos da metade da população não possui esse benefício. Por ser uma região litorânea, grande parte da rede de esgoto é despejada em mares, aumentando a poluição das águas, praias e lençóis freáticos.

A microrregião de Florianópolis enfrenta outro grave problema no que se refere às condições de moradias que é a questão da sazonalidade. No período do verão, quando a população quase triplica, o excesso de dejetos sanitários é lançado nos rios da região que desembocam no mar, comprometendo a balneabilidade das praias e a saúde os moradores e dos turistas que freqüentam a região.

Para CECCA (2001), algumas propostas poderiam amenizar essa situação:

Fossas e sumidouros domiciliares para esgotos domésticos devem ser evitados. Na maioria dos casos, devido à proximidade com o nível do mar e o tipo de solo que predomina na região de Florianópolis, estas soluções acabam contaminando as praias e o lençol freático. Universalizar os serviços de captação e tratamento de esgotos que hoje atinge menos da metade dos moradores do município, e também fiscalizar, localizar e lacrar as ligações clandestinas. Criar um setor de análise e fiscalização dos projetos hidrossanitários para orientar e fiscalizar os novos loteamentos e construções garantindo instalações adequadas. Desenvolver sistemas de tratamento descentralizado, comunitários. Implantar sistemas biológicos automatizados com desinfecção e eliminando a necessidade de grandes áreas. Controlar mais rigorosamente as empresas “Limpa-Fossas” quanto a volumes coletados pontos de lançamento e tratamento utilizado.

Dessa maneira, com o crescimento demográfico na microrregião e o aumento dos dejetos líquidos poluentes, o crescimento sustentável estaria menos vulnerável e o bem-estar da população em relação às condições de moradia estaria garantido.

### *Microrregião de Tijucas*

A tabela 48 mostra que os indicadores na microrregião de Tijucas vieram contribuindo para uma melhora expressiva. Em 1991, mais de 90% dos domicílios possuíam água encanada e rede de energia elétrica adequada. Em 2000 esses benefícios chegaram a mais de 95% de todas as residências.

**TABELA 48: Indicadores de Moradia – Microrregião de Tijucas 1991 e 2000 (%)**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Domicílios com água encanada	91,23	96,92
Domicílios com energia elétrica	97,66	99,50
Domicílios com instalação de esgoto adequado	42,16	70,5

*Fonte:* Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração da autora.

As instalações de esgoto adequado também tiveram acentuada melhoria no ano de 2000, onde se deduz que houve um aumento no número de habitações ligadas à rede de coleta e tratamento de esgotos adequado, combate às ligações clandestinas na rede pluvial,

a recuperação e o saneamento de rios e lagoas, reduzindo significativamente as doenças infecto-contagiosas, melhorando a qualidade de vida da população da região.

#### **4.6 Índice do Desenvolvimento Humano**

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética do desenvolvimento humano. Além de computar o PIB *per capita* e depois corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta outros dois componentes: a educação e a longevidade, medidos pelo índice de analfabetismo e pela expectativa de vida ao nascer. O IDH é um índice-chave para os objetivos de desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 1999).

##### ***Microrregião de Araranguá***

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da microrregião de Araranguá é considerado médio. Conforme é apresentado na tabela 49. Em 1991 seu índice era de 0,762 e em 2000 foi igual a 0,785, uma evolução de 3,0%.

**TABELA 49: Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e Sub-índices do IDH da Microrregião de Araranguá 1991 e 2000**

Município	IDH-M		IDH - Educação		IDH Longevidade		IDH - renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Araranguá	0,725	0,814	0,798	0,894	0,734	0,829	0,644	0,719
Balneário Arroio do Silva	0,701	0,794	0,764	0,908	0,734	0,767	0,604	0,706
Balneário Gaivota	0,713	0,786	0,763	0,877	0,767	0,806	0,609	0,676
Ermo	0,689	0,769	0,725	0,854	0,704	0,767	0,637	0,687
Jacinto Machado	0,688	0,757	0,736	0,854	0,729	0,767	0,600	0,649
Maracajá	0,707	0,813	0,776	0,868	0,737	0,828	0,607	0,742
Meleiro	0,723	0,793	0,754	0,872	0,716	0,748	0,700	0,759
Morro Grande	0,738	0,790	0,749	0,849	0,792	0,856	0,674	0,665
Passo de Torres	0,696	0,789	0,739	0,877	0,734	0,816	0,616	0,673
Praia Grande	0,687	0,763	0,724	0,850	0,700	0,767	0,638	0,673
Santa Rosa do Sul	0,686	0,762	0,715	0,859	0,704	0,767	0,639	0,661
São João do Sul	0,688	0,762	0,733	0,849	0,729	0,767	0,601	0,658
Sombrio	0,721	0,804	0,776	0,876	0,767	0,829	0,620	0,707
Timbé do Sul	0,682	0,773	0,718	0,844	0,729	0,767	0,598	0,708
Turvo	0,750	0,821	0,782	0,889	0,749	0,821	0,718	0,753
<b>Microrregião de Araranguá</b>	<b>0,762</b>	<b>0,785</b>	<b>0,750</b>	<b>0,868</b>	<b>0,735</b>	<b>0,793</b>	<b>0,633</b>	<b>0,695</b>

Fonte: Dados primários: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD. Elaboração da autora

A educação é a maior responsável pelo aumento da média do IDH. Entre 1991 e 2000, a evolução nesse sub-índice foi de 15,7%. Conforme já apresentado na tabela 37, no ano de 2000 mais de 90% da população com 15 anos ou mais eram alfabetizadas e apenas 3,08% das crianças entre 7 e 14 anos eram analfabetas.

Na seqüência vem a longevidade, com índices de 0,735 em 1991 e 0,793 em 2000, o que representa uma evolução de 7,9% e mostra uma melhora nas condições de saúde, moradia, alimentação e acesso a informação.

Entretanto, viver mais não é sinônimo de qualidade de vida, e para isso, é necessário privilegiar as seguintes situações: inclusão no mercado de trabalho e estimativa de vida econômica e social ativa, níveis salariais, aposentadoria e cidadania e serviços oferecidos à terceira idade (CECCA, 2001).

A renda, embora com menor representação, teve evolução no período de 9,8%, o que contribuiu para melhorar as condições de vida da população através do consumo e acesso aos serviços básicos. Porém é necessário avaliar a forma de como a renda se distribui, pois o acesso à qualidade de vida está diretamente relacionado a distribuição da

renda. Altos graus de concentração dificultam todas as esferas do desenvolvimento da vida, quer seja social, econômica ou política.

### *Microrregião de Chapecó*

O IDH – M da microrregião de Chapecó é considerado médio, embora no período de 1991 e 2000 sua evolução tenha sido de 14,1%, conforme se observa na tabela 50.

**TABELA 50: Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e Sub-índices do IDH da Microrregião de Chapecó 1991 e 2000 (continuação)**

<b>Município</b>	<b>IDH-M</b>		<b>IDH - Educação</b>		<b>IDH Longevidade</b>		<b>IDH - renda</b>	
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Águas de Chapecó	0,672	0,781	0,747	0,845	0,718	0,796	0,550	0,702
Águas Frias	0,688	0,799	0,746	0,903	0,756	0,785	0,563	0,708
Bom Jesus do Oeste	0,678	0,785	0,765	0,902	0,724	0,830	0,545	0,623
Caibi	0,730	0,821	0,776	0,893	0,765	0,855	0,649	0,715
Campo Erê	0,649	0,728	0,733	0,832	0,685	0,718	0,528	0,633
Caxambu do Sul	0,649	0,738	0,741	0,851	0,675	0,718	0,532	0,645
Chapecó	0,761	0,848	0,807	0,943	0,799	0,855	0,676	0,747
Cordilheira Alta	0,814	0,826	0,762	0,888	0,791	0,855	0,589	0,734
Coronel Freitas	0,710	0,811	0,742	0,887	0,791	0,855	0,597	0,690
Cunha Porã	0,737	0,824	0,804	0,897	0,791	0,862	0,616	0,713
Cunhataí	0,723	0,831	0,811	0,907	0,791	0,879	0,567	0,706
Flor do Sertão	0,606	0,724	0,675	0,818	0,645	0,718	0,498	0,635
Formosa do Sul	0,680	0,795	0,732	0,870	0,791	0,830	0,518	0,686
Guatambu	0,649	0,737	0,720	0,851	0,675	0,757	0,551	0,604
Iraceminha	0,710	0,777	0,776	0,877	0,756	0,793	0,598	0,662
Irati	0,666	0,773	0,692	0,836	0,791	0,775	0,515	0,628
Jardinópolis	0,684	0,763	0,731	0,890	0,731	0,775	0,590	0,623
Maravilha	0,722	0,817	0,792	0,933	0,715	0,796	0,659	0,722
Modelo	0,720	0,794	0,797	0,912	0,756	0,790	0,606	0,681
Nova Erechim	0,728	0,810	0,801	0,898	0,756	0,796	0,628	0,735
Nova Itaberaba	0,668	0,759	0,712	0,849	0,706	0,747	0,587	0,681
Novo Horizonte	0,656	0,752	0,712	0,849	0,675	0,718	0,565	0,675
Palmitos	0,713	0,799	0,801	0,867	0,756	0,803	0,582	0,727
Pinhalzinho	0,733	0,826	0,791	0,914	0,756	0,855	0,652	0,708
Planalto Alegre	0,691	0,817	0,695	0,872	0,791	0,880	0,587	0,700
Quilombo	0,698	0,802	0,743	0,874	0,766	0,830	0,586	0,702
Saltinho	0,634	0,745	0,691	0,810	0,706	0,785	0,505	0,639
Santa Terezinha do Progresso	0,625	0,745	0,696	0,826	0,706	0,775	0,474	0,633
Santiago do Sul	0,680	0,772	0,705	0,850	0,788	0,830	0,547	0,635

Saudades	0,724	0,831	0,795	0,930	0,791	0,878	0,585	0,685
São Bernardino	0,634	0,748	0,721	0,849	0,698	0,749	0,482	0,645
São Carlos	0,718	0,811	0,805	0,900	0,731	0,765	0,619	0,769
São Lourenço d'Oeste	0,703	0,796	0,759	0,882	0,756	0,795	0,595	0,710
São Miguel da Boa Vista	0,664	0,754	0,759	0,855	0,710	0,785	0,524	0,621
Serra Alta	0,704	0,810	0,764	0,895	0,791	0,855	0,558	0,679
Sul Brasil	0,672	0,771	0,710	0,856	0,788	0,830	0,519	0,627
Tigrinhos	0,638	0,741	0,712	0,849	0,706	0,775	0,495	0,600
União do Oeste	0,717	0,806	0,758	0,861	0,791	0,855	0,601	0,703
<b>Microrregião de</b>								
<b>Chapecó</b>	<b>0,688</b>	<b>0,785</b>	<b>0,749</b>	<b>0,874</b>	<b>0,745</b>	<b>0,806</b>	<b>0,569</b>	<b>0,677</b>

Fonte: Dados primários: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD. Elaboração da autora

A renda foi a categoria que mais beneficiou a melhora do IDH dessa microrregião. O sub-índice elevou-se 18,9% no período. No entanto, é necessário avaliar a distribuição da renda, pois como já visto na seção 4.3.3, tabela 22, o índice de Gini mostra que houve concentração da renda, onde se percebe o aumento da disparidade social.

Na seqüência vem a educação, que evoluiu 16,8%, representado, conforme já mencionado, pela redução do analfabetismo. E por último fica a categoria longevidade que no período elevou-se 8,2%.

### ***Microrregião de Florianópolis***

O IDH da microrregião de Florianópolis após apresentar um aumento de 9,9%, no ano de 2000 em relação a 2001, passou a ser considerado alto, conforme mostra a tabela 51.

**TABELA 51: Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e Sub-índices do IDH da Microrregião de Florianópolis 1991 e 2000**

Município	IDH-M		IDH - Educação		IDH Longevidade		IDH - renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Carlos	0,731	0,827	0,773	0,879	0,793	0,882	0,628	0,720
Biguaçu	0,755	0,818	0,793	0,890	0,816	0,839	0,657	0,725
Florianópolis	0,824	0,875	0,898	0,960	0,771	0,797	0,803	0,867
Governador Celso Ramos	0,717	0,790	0,734	0,860	0,786	0,830	0,632	0,681
Palhoça	0,742	0,816	0,804	0,894	0,774	0,830	0,648	0,725
Paulo Lopes	0,683	0,759	0,696	0,803	0,774	0,830	0,578	0,644
Santo Amaro da Imperatriz	0,740	0,843	0,791	0,978	0,798	0,834	0,632	0,718
São José	0,798	0,849	0,863	0,925	0,801	0,839	0,729	0,784
São Pedro de Alcântara	0,720	0,795	0,757	0,88	0,801	0,839	0,602	0,666
<b>Microrregião de Florianópolis</b>	<b>0,745</b>	<b>0,819</b>	<b>0,789</b>	<b>0,896</b>	<b>0,790</b>	<b>0,835</b>	<b>0,656</b>	<b>0,725</b>

Fonte: Dados primários: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD. Elaboração da autora

A educação foi a categoria que mais representou na evolução do IDH da microrregião. Conforme visto na tabela 39, em 2000 das pessoas com 15 anos ou mais, mais de 90% estavam alfabetizadas e apenas 3,37% das crianças entre 7 e 14 anos ainda não eram alfabetizadas, o que representa que no longo prazo, o analfabetismo deverá estar praticamente erradicado dessa microrregião.

A renda também teve grande representação no aumento do IDH, no período de 1991 a 2000, evoluiu 10,5%, o que significa o aumento do consumo e acesso a melhores serviços pela população.

No entanto, o índice de Gini mostra que houve concentração da renda na microrregião, conforme seção 4.3.3, tabela 23.

Por último, ficou a categoria longevidade que no período evoluiu 5,7% e conforme a tabela 43, seção 4.3.3, a expectativa de vida dos residentes nessa microrregião passou de 67,2 anos em 1991 para 71,1 anos em 2000.



*Microrregião de Tijucas*

O IDH – M da microrregião de Tijucas é classificado como médio, embora em 2000 tenha quase sido classificado como alto, pois atingiu o índice de 0,798, conforme mostra a tabela 52.

**TABELA 52: Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e Sub-índices do IDH da Microrregião de Tijucas 1991 e 2000**

<b>Município</b>	<i>IDH-M</i>		<i>IDH - Educação</i>		<i>IDH Longevidade</i>		<i>IDH - renda</i>	
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Angelina	0,689	0,766	0,707	0,815	0,777	0,838	0,583	0,644
Canelinha	0,722	0,795	0,734	0,834	0,795	0,851	0,636	0,701
Leoberto Leal	0,673	0,748	0,689	0,811	0,740	0,773	0,590	0,661
Major Gercino	0,705	0,799	0,750	0,850	0,793	0,851	0,571	0,696
Nova Trento	0,744	0,815	0,775	0,877	0,793	0,851	0,663	0,716
São João Batista	0,739	0,819	0,779	0,887	0,785	0,845	0,654	0,725
Tijucas	0,747	0,835	0,770	0,892	0,77	0,845	0,700	0,769
<b>Microrregião de Tijucas</b>	<b>0,717</b>	<b>0,796</b>	<b>0,743</b>	<b>0,852</b>	<b>0,779</b>	<b>0,836</b>	<b>0,628</b>	<b>0,701</b>

*Fonte:* Dados primários: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD. Elaboração da autora

Novamente, a educação foi a categoria que mais representou o aumento do IDH da microrregião, com evolução de 14,7% no período. Conforme apresenta a tabela 40, no ano de 2000 mais de 90% das pessoas com 15 anos ou mais já sabiam ler e escrever e apenas 2,71% das crianças entre 7 e 14 anos ainda não estavam alfabetizadas, onde se conclui que no longo prazo o analfabetismo será praticamente extinto da microrregião de Tijucas.

Na seqüência ficou a categoria renda, que no período evoluiu 7,31% e a longevidade com evolução de 7,31% entre os anos de 1991 a 2000, embora também tenha apresentado concentração como nas outras microrregiões já analisadas.

## CAPITULO 5 – PARALELO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS MICRORREGIÕES ANALISADAS

Por fim, após apresentadas as características e os indicadores que possibilitam mensurar a qualidade do crescimento e redução da pobreza de cada microrregião, chega-se ao objetivo número 3: *Elaborar um paralelo da qualidade do crescimento e da redução da pobreza das microrregiões selecionadas.*

Neste capítulo serão apresentados os desempenhos de cada microrregião para os indicadores estudados. A metodologia seguida será a classificação através de um *ranking* com variação de 1 a 4, onde 1 será o primeiro lugar, ou seja, melhor classificado, 2 será o segundo melhor e assim sucessivamente, até a quarta colocação, que será o que teve o pior desempenho. Essa didática se limita a uma análise quantitativa dos indicadores.

Após ser apresentado o desempenho de cada microrregião, será feita uma análise onde poderá ser verificado se houve ou não desenvolvimento com melhoria na qualidade do crescimento e redução da pobreza.

Os indicadores a serem analisados e comparados são:

- } Trabalho – 1970, 1980, 1991 e 2000;
- } Educação – 1991 e 2000;
- } Saúde – 1991 e 2000;
- } IDH – M e Sub-índices – 1991 e 2000;
- } Pobreza – 1991 e 2000;
- } Condições de moradia – 1991 e 2000;
- } Distribuição da renda – 1991 e 2000;
- } PIB – 1991 e 2000.

Finalmente, será realizado um paralelo para verificar se o desenvolvimento das microrregiões está acompanhando o desenvolvimento estadual e nacional.

## 5.1 Trabalho

No quesito trabalho, foi analisado a taxa de desemprego das microrregiões no período de 1970 a 2000.

Em todos os anos, a microrregião de Florianópolis foi a que apresentou o pior desempenho na taxa de desemprego, ficando em último lugar no *ranking*.

O período de 1970 a 2000 foi o momento em que a população urbana cresceu acentuadamente. A região não conseguiu absorver toda a mão-de-obra e incorporar na estrutura produtiva, ocasionando o aumento das taxas de desemprego.

Além da redução do PIB *per capita* da microrregião, as razões para o aumento do desemprego estão relacionadas tanto à evolução do desemprego conjuntural como do estrutural. Outra consequência do aumento do desemprego tem sido uma maior precarização das condições gerais do emprego, devido ao aumento do recurso ao setor informal de trabalho como forma de sobrevivência do trabalhador desempregado pelo setor formal.

O quadro 1 mostra o *ranking* com a posição de cada microrregião e suas taxas de desemprego para o período de 1970 a 2000.

Intercaladas em primeiro lugar, ficaram as microrregiões de Chapecó e Tijucas com as menores taxas de desemprego. Em 1970, o desemprego praticamente não existia nas microrregiões de Chapecó e Tijucas, que tiveram índices de 0,16 e 0,59% respectivamente.

**Quadro 1: *Ranking* de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Taxa de desemprego 1970, 1980, 1991 e 2000 (%)**

<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1970	1	Chapecó	0,16	1980	1	Tijucas	1,10
	2	Tijucas	0,59		2	Araranguá	1,75
	3	Araranguá	1,17		3	Chapecó	1,96
	4	Florianópolis	2,32		4	Florianópolis	2,45
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Chapecó	2,46	2000	1	Tijucas	6,58
	2	Araranguá	3,13		2	Chapecó	7,45
	3	Tijucas	3,95		3	Araranguá	9,98
	4	Florianópolis	4,48		4	Florianópolis	12,59

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

A microrregião de Araranguá oscilou sua taxa de desemprego entre segundo e terceiro lugar. Em todos os anos, todas as microrregiões aumentaram suas taxas, o que faz concluir que em relação à oportunidade de trabalho, não houve melhoria na qualidade do crescimento econômico e redução da pobreza.

## 5.2 Educação

Em relação à educação foram analisados os indicadores: alfabetismo 15 anos ou mais, analfabetismo de 7 a 14 anos e evasão escolar de 10 a 14 anos trabalhando.

No *ranking* de melhor desempenho para o indicador alfabetismo 15 anos ou mais, a microrregião de Florianópolis apareceu em primeiro lugar em 1991 e 2000. Já a microrregião de Chapecó ficou em último lugar em ambos os anos. As microrregiões de Tijucas e Araranguá intercalaram-se, em 1991 Tijucas foi com a melhor posição, 2º lugar e em 2000 foi a vez de Araranguá.

Embora os indicadores tenham apresentado melhorias nos últimos anos, a microrregião de Chapecó é a que mais precisa de assistência para combater o analfabetismo. Acredita-se que por ser uma região predominantemente agrícola, onde o acesso à escola se torna precário, as taxas de alfabetismo não cresceram na mesma proporção que nas outras microrregiões. No ano de 2000, exceto a microrregião de Chapecó, todas as outras apresentaram índices acima de 90% da taxa de alfabetismo 15 anos ou mais.

**Quadro 2: *Ranking* de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Alfabetismo 15 anos ou mais - 1991 e 2000 (%)**

<i>Alfabetismo – 15 anos ou mais</i>				<i>Alfabetismo – 15 anos ou mais</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Florianópolis	87,54	2000	1	Florianópolis	91,96
	2	Tijucas	85,24		2	Araranguá	90,61
	3	Araranguá	85,06		3	Tijucas	90,23
	4	Chapecó	85,04		4	Chapecó	88,60

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

Já em comparação com as taxas de analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos, a microrregião de Tijucas é a que apresentou o melhor desempenho entre os anos de 1991 e 2000. Onde se conclui que a médio prazo o analfabetismo deverá erradicado na microrregião.

A microrregião de Florianópolis, que no indicador anterior obteve o melhor resultado, não apresentou melhorias que fizessem com que sua posição no *ranking* fosse melhor, caiu do 2º para o último lugar em 2000, perdendo até mesmo para Chapecó, que no indicador anterior teve o pior desempenho.

E pelo simples fato de a capital do Estado fazer parte da microrregião, é que se concentram os mais variados serviços educacionais, sendo que, dentre os mais de 130 estabelecimentos de ensino estadual que se encontram em Florianópolis, muitos abrigam simultaneamente escolas municipais, em turnos diferentes.

As microrregiões de Araranguá e Chapecó melhoraram seus desempenhos no último ano, ficando com o 2º e 3º lugar no *ranking* respectivamente. O que mostra a preocupação em melhorar as condições de educação das crianças da microrregião nos últimos anos.

**Quadro 3: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Analfabetismo 7 a 14 anos - 1991 e 2000 (%)**

<i>Analfabetismo – 7 a 14 anos</i>				<i>Analfabetismo – 7 a 14 anos</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Tijucas	7,66	2000	1	Tijucas	2,71
	2	Florianópolis	7,97		2	Araranguá	3,08
	3	Araranguá	10,68		3	Chapecó	3,32
	4	Chapecó	10,87		4	Florianópolis	3,37

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

Quando se trata de evasão escolar, a microrregião de Florianópolis é a que apresentou o melhor desempenho, baixou de 3,88% para 2,5% a taxa de crianças que deixam as escolas para trabalhar.

A microrregião de Tijucas também melhorou, ficando com o 2º lugar em 2000. No entanto, a microrregião de Araranguá piorou consideravelmente, em 1991, 13,59% das crianças deixavam a escola em busca de trabalho, e no ano de 2000, o índice aumentou para 14,35%, piorando sua posição no *ranking* de desempenho. Já a microrregião de

Chapecó foi a que apresentou os piores desempenhos em ambos os anos, afastando das escolas 18,78% das crianças entre 10 e 14 anos para inseri-las no mercado de trabalho informal.

Uma explicação para o abandono, seria a falta de melhores oportunidades de trabalho que justifiquem a necessidade de mais anos de estudo, a falta de lazer e recreação nas escolas, o estado deplorável das bibliotecas. CECCA (2001) afirma que permanece a realidade inquestionável do estado de desamparo do ensino público nos seus níveis fundamentais. Este, em geral, é um ensino destinado aos pobres, enquanto os ricos vão para as escolas particulares de qualidade, consolidando ainda mais a desigualdade social.

**Quadro 4: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evasão Escolar 10 a 14 anos trabalhando - 1991 e 2000 (%)**

<i>Evasão Escolar – 10 a 14 anos Trabalhando</i>				<i>Evasão Escolar – 10 a 14 anos Trabalhando</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Florianópolis	3,88	2000	1	Florianópolis	2,50
	2	Araranguá	13,59		2	Tijucas	12,41
	3	Tijucas	14,22		3	Araranguá	14,35
	4	Chapecó	18,77		4	Chapecó	18,78

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

### 5.3 Saúde

Em relação ao indicador da saúde, no que se refere à mortalidade infantil, a microrregião de Florianópolis é a que teve melhor desempenho em ambos os anos analisados. Baixou de 36,7% para 24,4% sua taxa de mortalidade infantil.

Neste quesito, as microrregiões se mantiveram na mesma posição para o ano de 1991 e 2000.

A microrregião de Araranguá ficou em 2º lugar, com grande redução da taxa de mortalidade infantil. Em seguida vem a microrregião de Tijucas, com taxa de 30,3% de mortalidade infantil em 2000. E por último, a microrregião de Chapecó, com índice bem parecido a microrregião de Tijucas, 30,3%.

**Quadro 5: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Mortalidade Infantil - para cada mil nascidos vivos 1991 e 2000 (%)**

<i>Mortalidade Infantil</i>				<i>Mortalidade Infantil</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Florianópolis	36,7	2000	1	Florianópolis	24,4
	2	Chapecó	39,1		2	Chapecó	26,3
	3	Tijucas	39,9		3	Tijucas	30,0
	4	Araranguá	43,4		4	Araranguá	30,3

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

A microrregião de Florianópolis também apresentou o desempenho no *ranking* em relação à expectativa de vida nos anos de 1991 e 2000. Em média, a população dessa microrregião viveu 71,1 anos em 2000, um aumento de quase 4 anos de vida.

Tijucas e Chapecó em 1991 apareceram empatadas em 2º lugar, porém, no ano de 2000, Chapecó passou a frente e sua população passou a viver em média 4,2 anos a mais. Evolução esta, maior que a de Florianópolis para o período.

A microrregião de Araranguá permaneceu em última colocação, embora sua evolução tenha sido melhor que a de Florianópolis. Em média, em 2000, a população de Araranguá passou a viver 4 anos a mais que em 1991.

**Quadro 6: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Expectativa de Vida - 1991 e 2000**

<i>Expectativa de vida – anos</i>				<i>Expectativa de vida – anos</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Anos</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Anos</i>
1991	1	Florianópolis	67,2	2000	1	Florianópolis	71,1
	2*	Tijucas	66,3		2	Chapecó	70,5
	2*	Chapecó	66,3		3	Tijucas	69,4
	4	Araranguá	65,2		4	Araranguá	69,2

\* Empate

No desempenho relacionado ao número de médicos por grupo de mil residentes, Florianópolis também ficou em 1º lugar em ambos os anos e terminou o ano de 2000 com 0,57 médicos por mil residentes.

A microrregião de Tijucas, por sua vez, foi a que teve o pior desempenho, caiu do 2º lugar em 1991 para o último em 2000.

As microrregiões de Chapecó e Araranguá melhoraram seus desempenhos e terminaram o ano de 2000 em 2º e 3º lugar respectivamente.

**Quadro 7: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Médicos por Mil Residentes - 1991 e 2000**

<i>Número de médicos residentes</i>				<i>Número de médicos residentes</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Qtde.</i>
1991	1	Florianópolis	0,55	2000	1	Florianópolis	0,57
	2	Tijucas	0,35		2	Chapecó	0,39
	3	Chapecó	0,30		3	Araranguá	0,37
	4	Araranguá	0,07		4	Tijucas	0,35

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

Pode-se concluir que, em relação aos indicadores da saúde, a microrregião de Florianópolis foi a que apresentou os melhores resultados, embora, a evolução das outras microrregiões tenha sido bem acentuada no período de 1991 a 2000.

A microrregião de Araranguá é a que apresentou os piores resultados, merecendo assim, maior atenção no que se refere à saúde da população da região, para que o crescimento com qualidade e redução da pobreza aconteça.

Tijucas também precisa ser melhor assistida por parte dos que promovem políticas para melhoria dos indicadores da saúde, apesar de não aparecer em último lugar, os indicadores não sofreram grandes alterações para garantir a melhoria da qualidade de vida.

Em contrapartida, a microrregião de Chapecó apresentou melhorias em todos os indicadores, o que mostra que o crescimento da região está sendo feito de maneira a possibilitar qualidade de vida e bem-estar para a população.

#### **5.4 Índice do Desenvolvimento Humano**

O índice de desenvolvimento humano municipal teve a microrregião de Chapecó no melhor desempenho da evolução entre os anos de 1991 e 2000. No período,



sua evolução foi de 14,09%. Na seqüência, vem Tijucas com 11,01%, Florianópolis com 9,93% e por último Araranguá, com evolução de apenas 3,01%.

Ao analisar o IDH em relação à renda, novamente a microrregião de Chapecó encontra-se em primeiro lugar. Sua evolução no período foi de 16,68%, refletido também pelo aumento da renda *per capita* da microrregião.

Em segundo lugar ficou a microrregião de Araranguá, com evolução no IDH – renda de 15,73%. Em seguida vem Tijucas com 14,67% sucedida da microrregião de Florianópolis.

**Quadro 8: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evolução IDH – M e IDH Renda 1991 e 2000 (%)**

<i>IDH – M</i>				<i>IDH - Renda</i>			
<i>Período</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Período</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991 e 2000	1	Chapecó	14,09	1991 e 2000	1	Chapecó	16,68
	2	Tijucas	11,01		2	Araranguá	15,73
	3	Florianópolis	9,93		3	Tijucas	14,67
	4	Araranguá	3,01		4	Florianópolis	13,56

Fonte: Dados primários: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil - PNUD. Elaboração da autora

No *ranking* de desempenho da evolução do IDH relativo à educação, novamente a microrregião de Chapecó aparece em primeiro lugar, com 8,18%. Araranguá e Tijucas apresentaram evolução bem parecida, 7,89 e 7,315 respectivamente. Já Florianópolis teve evolução de apenas 5,69% no IDH – educação.

Na última categoria, IDH – longevidade, onde é analisada a média de anos vividos pela população, em uma relação direta, quanto mais à população vive, melhores são as condições de saúde e alimentação, a microrregião de Chapecó aparece mais uma vez em primeiro lugar, com evolução de 18,98% no índice. Na seqüência vem a microrregião de Florianópolis, com evolução de 10,51%, Tijucas com 11,62 e Araranguá com 9,79%.

**Quadro 9: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evolução IDH – Educação e IDH Longevidade 1991 e 2000 (%)**

<i>IDH – Educação</i>				<i>IDH - Longevidade</i>			
<i>Período</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Período</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991-2000	1	Chapecó	8,18	1991-2000	1	Chapecó	18,98
	2	Araranguá	7,89		2	Florianópolis	10,51
	3	Tijucas	7,31		3	Tijucas	11,62
	4	Florianópolis	5,69		4	Araranguá	9,79

Fonte: Dados primários: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil - PNUD. Elaboração da autora

Ao analisar o indicador que representa o desenvolvimento humano das microrregiões e seus sub-índices, verifica-se que a microrregião de Chapecó foi a que apresentou as melhores taxas de evolução e permaneceu em primeiro lugar em todos os indicadores.

Florianópolis e Araranguá foram as microrregiões que mais apresentaram oscilações. Em relação à educação e renda, Florianópolis ficou em último lugar. Já para o índice municipal e sub-índice de longevidade, a microrregião de Araranguá apresentou-se em último lugar. Em geral, quando se analisa o crescimento com qualidade, verifica-se que para essas regiões o bem-estar da população não vem acontecendo uniformemente.

Já a microrregião de Tijucas, manteve-se praticamente em terceiro lugar, exceto no indicador municipal onde ficou em segundo lugar.

## 5.5 Pobreza

Ao analisar os indicadores de pobreza, como já foram mencionados em seções anteriores, todas as microrregiões apresentaram melhorias e grande parte da população afastou-se da linha da pobreza e hoje vive com renda que possibilita melhorar seu bem-estar.

Em relação ao *ranking* de melhor desempenho, todas as microrregiões permaneceram na mesma posição: Florianópolis em primeiro, seguindo da microrregião de Tijucas, Araranguá e por último a microrregião de Chapecó.

**Quadro 10: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Pessoas Pobres 1991 e 2000 (%)**

<i>Pessoas Pobres</i>				<i>Pessoas Pobres</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Florianópolis	31,84	2000	1	Florianópolis	9,04
	2*	Tijucas	33,74		2	Tijucas	14,4
	2*	Araranguá	33,74		3	Araranguá	22,15
	4	Chapecó	40,18		4	Chapecó	23,03

\* Empate

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

O grau de pobreza de uma população está diretamente relacionado com seu grau de escolaridade, e o que foi visto e já analisado, é que a microrregião de Florianópolis possui os melhores indicadores de educação, pois está localizada junto à capital do Estado que oferece maior universalidade de opções na área da educação.

Chapecó, por sua vez, foi a microrregião que apresentou os piores indicadores, o que reflete diretamente na situação de pobreza da microrregião. Com os dados apurados, verifica-se a real necessidade de investimentos em educação para que, já no curto prazo possa reduzir a pobreza e possibilitar à população uma vida mais confortável economicamente.

**Quadro 11: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Pessoas Indigentes 1991 e 2000 (%)**

<i>Pessoas Indigentes</i>				<i>Pessoas Indigentes</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Florianópolis	7,88	2000	1	Florianópolis	4,85
	2*	Tijucas	11,15		2	Tijucas	5,34
	2*	Araranguá	11,15		3	Araranguá	7,68
	4	Chapecó	27,32		4	Chapecó	11,79

\* Empate

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

A população indigente se comportou como a população pobre, teve Florianópolis como primeira colocada, seguida de Tijucas, Araranguá e Chapecó em ambos os anos, 1991 e 2000. A redução da pobreza é consequência de melhores condições de saúde e educação das microrregiões, conforme já vistos em seções anteriores. E aonde essa situação é mais acentuada, melhor é o desenvolvimento humano.

## 5.6 Condições de Moradia

As condições de moradias nas microrregiões de Araranguá, Chapecó, Florianópolis e Tijucas, medidas pela percentual de domicílios com água encanada, energia elétrica e instalação de esgoto adequado melhoraram significativamente.

A microrregião de Florianópolis é a que apresenta o maior percentual de domicílios com água encanada. Em 2000 praticamente toda a população da microrregião possuía esse benefício em seus domicílios (quadro 12). Em contrapartida, Chapecó foi a microrregião que apresentou o pior indicador, 89,28%.

**Quadro 12: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios com Água Encanada 1991 e 2000 (%)**

<i>Domicílios com água encanada</i>				<i>Domicílios com água encanada</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Florianópolis	97,61	2000	1	Florianópolis	99,14
	2	Araranguá	90,97		2	Araranguá	98,89
	3	Tijucas	91,23		3	Tijucas	96,92
	4	Chapecó	72,17		4	Chapecó	89,38

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

Em relação aos domicílios com energia elétrica instalada, as microrregiões de Florianópolis, Araranguá e Tijucas encontram-se tecnicamente empatadas, com taxa acima de 99%. Em último lugar, ficou novamente a microrregião de Chapecó, com 94,35% dos domicílios com energia elétrica em 2000, no entanto foi a microrregião que mais evoluiu no período de 10 anos.

**Quadro 13: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios com Energia Elétrica 1991 e 2000 (%)**

<i>Domicílios com energia elétrica</i>				<i>Domicílios com energia elétrica</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Florianópolis	98,74	2000	1	Araranguá	99,81
	2	Araranguá	98,45		2	Florianópolis	99,70
	3	Tijucas	97,6		3	Tijucas	99,50
	4	Chapecó	82,34		4	Chapecó	94,35

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

Ao analisar o indicador que mostra as condições de moradias relacionadas à instalação de esgoto adequado, a microrregião de Florianópolis, que até então possuía os melhores indicadores, ficou bem abaixo do esperado. Em 1991 sua posição no *ranking* era o último lugar e em 2000 ficou a frente apenas da microrregião de Chapecó que apresentou redução no indicador.

**Quadro 14: *Ranking* de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios com Esgoto Adequado 1991 e 2000 (%)**

<i>Domicílios com esgoto adequado</i>				<i>Domicílios com esgoto adequado</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Taxa</i>
1991	1	Araranguá	57,17	2000	1	Araranguá	77,33
	2	Chapecó	46,42		2	Tijucas	70,50
	3	Tijucas	42,16		3	Florianópolis	46,85
	4	Florianópolis	38,78		4	Chapecó	40,94

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

A microrregião de Araranguá é a que apresenta os melhores índices, tanto em 1991 e 2000 ficou em primeiro lugar. Tijucas também demonstrou melhorias, passou do terceiro para o segundo lugar em 2000. Já a microrregião de Chapecó apresentou retrocesso, em 1991 o percentual de domicílios com instalação de esgoto adequado era de 46,42% e em 2000 baixou para 40,94 ficando m último lugar no *ranking*.

## 5.7 Distribuição da Renda

Nesse item é apresentado o índice de Gini para as quatro microrregiões em análise. Apesar de o índice mostrar que houve concentração da renda em todas as microrregiões, Florianópolis foi a que menos concentrou sua renda.

A microrregião de Chapecó foi a que mais apresentou desigualdade de renda entre a população. Em relação a posição no *ranking*, todas as microrregiões mantiveram-se na mesma posição, Florianópolis em primeiro, Tijucas em segundo, em seguida ficou Araranguá e por último Chapecó.

**Quadro 15: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Índice de Gini 1991 e 2000**

<i>Índice de Gini</i>				<i>Índice de Gini</i>			
<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Índice</i>	<i>Ano</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Índice</i>
1991	1	Florianópolis	0,4698	2000	1	Florianópolis	0,4698
	2	Tijucas	0,4781		2	Tijucas	0,4917
	3	Araranguá	0,5067		3	Araranguá	0,5270
	4	Chapecó	0,5315		4	Chapecó	0,5500

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

Quanto à evolução do índice de Gini, novamente a microrregião de Florianópolis foi a que ficou em primeiro lugar, mesmo que tenha aumentado a desigualdade da renda, a evolução não foi tão acentuada como nas outras microrregiões.

A microrregião de Araranguá, embora tenha ficado em terceiro lugar no *ranking*, teve a maior concentração da renda entre os anos de 1991 e 2000.

**Quadro 16: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evolução do Índice de Gini - 1991 e 2000 (%)**

<i>Período</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Evolução Índice Gini</i>
1999 a 2000	1	Florianópolis	1,29
	2	Tijucas	2,84
	3	Chapecó	3,48
	4	Araranguá	4,0

Fonte: Dados primários: IPEA – DATA. Elaboração da autora

Na e entanto, a microrregião de Chapecó que ficou em último lugar no *ranking* de desigualdade da renda, em relação à evolução da concentração da renda ficou em terceiro lugar.

Para a Visão da qualidade do crescimento todas as microrregiões não alcançaram melhorias que possibilitassem as suas populações maior desenvolvimento humano no que diz respeito à distribuição da renda.

## 5.8 Produto Interno Bruto

Após comparar os aspectos do desenvolvimento social e sustentável, é feita a análise do desempenho do PIB *per capita*, entre as quatro microrregiões, onde será possível verificar se a situação de saúde, educação, pobreza, condições de moradia e a concentração da renda estão acompanhando o crescimento econômico.

Ao fazer uma média deste indicador, verifica-se, através do quadro 17 que Chapecó é a microrregião que apresentou o maior PIB *per capita*. Já a microrregião de Araranguá foi a que teve o pior desempenho.

**Quadro 17: Ranking de melhor desempenho de cada microrregião – PIB *per capita* – média de 1999 - 2004 R\$**

PIB <i>per capita</i> - média			
<i>Período</i>	<i>Ranking</i>	<i>Microrregião</i>	PIB – R\$
1999 a 2004	1	Chapecó	12.444,50
	2	Florianópolis	9.452,67
	3	Tijucas	9.420,50
	4	Araranguá	7.187,50

Fonte: Dados primários: IBGE. Elaboração da autora

Apesar de possuir o maior PIB *per capita*, a microrregião de Chapecó, em geral não apresentou bons indicadores de educação, saúde, pobreza, condições de moradia e desigualdade da renda. O alto PIB *per capita* pode mascarar uma realidade que só poderá ser conferida se forem analisados os dados referentes às condições sociais da população. E, só através deste estudo é que poderão ser feitas políticas de desenvolvimento voltadas para cada indicador, seja ele, saúde, educação ou condições de moradia.

Já a microrregião de Florianópolis, no *ranking* de melhor desempenho em relação ao PIB *per capita*, ficou em segundo lugar, e também apresentou bons indicadores na educação, saúde, pobreza, condições de moradia e desigualdade de renda, o que de modo geral, contribuiu direta ou indiretamente para o aumento do PIB *per capita*.

As microrregiões de Tijucas e Araranguá apresentaram indicadores intercalados, ora satisfatórios ora insuficientes. Mas ainda assim a microrregião de Tijucas apresentou melhores indicadores que os de Araranguá, em especial na saúde, educação,

pobreza e distribuição da renda. Araranguá ficou em último lugar no indicador da saúde e em terceiro na educação, mas apesar de seu PIB *per capita* ter sido o último colocado no *ranking*, alguns indicadores foram melhores que os de Chapecó que ficou em primeiro lugar.



## CAPÍTULO 6 – SUGESTÕES E CONCLUSÕES FINAIS

O conceito de desenvolvimento econômico vem sendo muito discutido nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, onde se passou a incorporar aspectos qualitativos em sua definição, como a redução da pobreza, a distribuição da renda mais igualitária, melhores oportunidades de emprego, educação e saúde, maior equidade de gênero e sustentabilidade do meio ambiente.

Neste contexto, esta pesquisa foi desenvolvida com base na Visão da qualidade do crescimento e do Desenvolvimento e redução da pobreza, que parte do princípio de que somente o crescimento do PIB não é capaz de determinar se há desenvolvimento ou aumento da qualidade de vida da população, é necessário avaliar outras variáveis qualitativas, para poder então mensurar o bem-estar social.

A partir daí, foram selecionados os indicadores populacionais, de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade para que a comparação entre as microrregiões pudesse ser realizada, assim como a análise do crescimento com qualidade.

Desta forma, verifica-se o crescimento da população em todas as microrregiões, e principalmente a migração dos campos para os centros urbanos que, dado o início do processo de industrialização passou a receber um número cada vez maior de residentes.

A PEA, certamente, comportou-se como a população total, crescimento e concentração nas áreas urbanas. No entanto, os setores produtivos não conseguiram absorver o excesso de mão-de-obra disponível e as taxas de desemprego se elevaram, principalmente a partir de 2000, que devido aos vários fatores conjunturais provocaram a desaceleração da economia.

O setor terciário foi o que mais participou na composição do PIB das microrregiões de Florianópolis e Araranguá. Chapecó, por concentrar o maior complexo agroindustrial do país, e Tijucas pelas indústrias de calçados e cerâmica, têm no setor secundário a base de sua estrutura produtiva, com praticamente 50% do PIB concentrado neste setor.

O PIB *per capita* cresceu em quase todas as microrregiões, com exceção para Florianópolis que, devido à explosão demográfica ocasionada nos últimos anos, teve seu indicador reduzido. Chapecó foi a que apresentou o melhor indicador e bem acima da

média de Santa Catarina, no entanto, foi a microrregião que mais apresentou concentração da renda nos últimos anos.

Ao relacionar o desenvolvimento social, através dos indicadores de educação, saúde, pobreza e trabalho, verificou-se que todas as microrregiões evoluíram com exceção ao quesito trabalho, onde as taxas de desemprego aumentaram para todas, o que se deve aos mais diversos fatores, endógenos e exógenos da economia. E, sob a ótica das teorias estudadas, mostra em números a evolução do crescimento econômico com qualidade, proporcionando melhoria do bem-estar da população.

Atualmente, a sustentabilidade do meio ambiente tem sido discutida com mais entusiasmo pelos mais diversos órgãos competentes, no entanto, pouco tem sido feito. Com relação aos indicadores utilizados para mensurar as condições de moradia das famílias, pode-se observar que as condições de sanitárias ainda encontram-se deficitárias. A microrregião de Florianópolis sofre com o grave problema da escassez de água nos períodos mais quentes do ano, pois a população multiplica com a chegada dos turistas.

Outra situação encontrada é a falta de investimentos nas redes de coleta de esgoto sanitário, menos de 50% das residências possuem este benefício, onde acabam por despejar seus dejetos nos mares e mananciais, poluindo o lençol freático, praias, rios e lagoas da região. Esta situação merece extrema atenção da parte dos órgãos fiscalizadores, pois a falta de uma rede de coleta de esgoto adequada afeta diretamente os mais pobres, que pela falta de recursos acabam contaminando-se com as águas poluídas contraindo doenças infecto-contagiosas.

Para os outros indicadores, instalação de rede elétrica e domicílios com água encanada, todas as microrregiões evoluíram, em 2000 praticamente 90% de todas as residências já possuíam tais benefícios, o que comprova que até os mais carentes já podem se favorecer dessas melhorias.

O IDH é um índice-chave para os objetivos de desenvolvimento das Nações Unidas. Além de levar em conta a renda dos residentes, ele busca analisar a educação e a longevidade da população. A educação constitui uma exigência para melhor colocação da mão-de-obra no mercado de trabalho e é um elemento indispensável para o exercício da cidadania, livre arbítrio e mobilidade social. E, no que diz respeito à longevidade, quanto mais a população vive, maior tende a ser as condições de saúde, e com melhores condições, melhor tende a ser a qualidade de vida das pessoas. Para esse indicador todas as

microrregiões proporcionaram melhorias para seus residentes, em especial Chapecó e Araranguá que alcançaram as melhores evoluções.

Por último, deve-se considerar a desigualdade da renda por ser um indicador efetivamente importante, pois analisa o grau de concentração de cada microrregião. E, para este elemento, verificou-se que em todas as microrregiões houve aumento da concentração da renda, o que põe em jogo a qualidade do crescimento econômico, pois a teoria considera que, para haver desenvolvimento humano é necessário que a renda seja distribuída de forma mais igualitária, proporcionando a todos, o acesso aos serviços básicos.

Por fim, diante do exposto, concluí-se que houve crescimento com qualidade e redução da pobreza para todas as microrregiões selecionadas, embora alguns indicadores necessitem de maior assistência, como as elevadas taxas de desemprego nos perímetros urbanos que podem ocasionar o aumento da favelização e marginalidade e o aumento no número de idosos podendo um problema para as instituições públicas, pois carecem de assistência médica, social e previdenciária. Entretanto, a evolução nos indicadores da educação, saúde, condições de moradia e IDH, proporcionaram aos residentes das microrregiões de Araranguá, Chapecó, Tijucas e Florianópolis aumento da qualidade de vida e o desenvolvimento humano, até aqui estudado.

Assim, como sugestão para próximos trabalhos, fica a recomendação de se fazer uma análise mais precisa dos indicadores de saúde, pobreza, cultura, sustentabilidade ambiental e efetividade do governo, bem como estudar mais a fundo os acontecimentos políticos e econômicos que influenciaram, direta ou indiretamente, no comportamento dos indicadores utilizados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.C.C.S (Associação Catarinense de Criadores de Suínos). Disponível em <http://www.accs.org.br> . Acesso em 03 fevereiro 2008.

BOURGUIGNON, François; WOLFENSOHN, James D. **Desenvolvimento e redução da pobreza**: reflexão e perspectiva. Banco Mundial. 2004.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (SC). **Qualidade de vida e cidadania**: a construção de indicadores socioambientais da qualidade de vida de Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 216p.

DOMINGOS, Danuza. **Paralelo de desenvolvimento microrregional**: microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba. Florianópolis, 2007.

FUNDAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: [www.fiescnet.com.br](http://www.fiescnet.com.br) . Acesso em: 31 jan. 2008.

FILHO, Alcides Goularti. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2007.

FILHO, Gilberto M. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável**: conceitos e princípios. In: Textos de economia, 4(1), 1993.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. **Planejamento regional**: síntese metodológica. Fortaleza: [s.n], 1977.

HABERLER, Gottfried. **Crescimento econômico e estabilidade**: uma análise da evolução das políticas econômicas. Rio de Janeiro: Zahar. 1976. 271 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> .Acesso em: 17 novembro 2007.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Dados regionais**. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br> . Acesso em: 13 junho 2007.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Brasil**: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 533 p.

LEITE, Antônio Dias. **A economia brasileira**: de onde viemos, onde estamos e o que esperar do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MARQUES, Alice Fernandes. **Paralelo de desenvolvimento sócio-econômico das microrregiões de Criciúma, Canoinhas e São Miguel D'Oeste**. Florianópolis, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A educação básica no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> . Acesso em 28 jan. 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Combate à discriminação no trabalho**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br> . Acesso em 28 jan. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores municipais de saúde**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br> . Acesso em 15 dez. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Painel de Indicadores do SUS, 2006**. Disponível em <http://portal.saude.gov.br> . Acesso em 30 jan. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em 27 nov. 2007.

REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. **Brasil o estado de uma nação: uma análise ampla e objetiva dos principais problemas e desafios do país**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/home>. Acesso em: 15 ago. 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 4 ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SESPA (Portal de Saúde Pública do Pará). **O que é IDH?** Disponível em: <http://www.sespa.pa.gov.br> . Acesso em 28 jan. 2008.

SILVA, Carla Roseni da. **Paralelo de desenvolvimento microrregional: microrregiões de Campos de Lages, de Joinville e de Tubarão**. Florianópolis, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5 ed.rev. São Paulo: Atlas, 2005.

SPG (Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina). Estatísticas: resumo sócio-econômico regional. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br> . Acesso em 28 dez. 2007.

THOMAS. Vinod. *et al.* **A qualidade do crescimento**. São Paulo: UNESP, 2002. Disponível em < <http://www.bancomundial.org.br>. > Acesso em: 17 ago. 2007.

VELLOSO. João Paulo dos Reis. *et al.* **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991. p. 108.

VELLOSO. João Paulo dos Reuis. *et al.* **Estratégia social e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

WIKIPÉDIA. Microrregião de Araranguá. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ararangu%C3%A1> Acesso em 17 nov. 2007.

WIKIPÉDIA. Microrregião de Chapecó. Disponível em:  
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Chapec%C3%B3> Acesso em 17 nov. 2007.

WIKIPÉDIA. Microrregião de Florianópolis. Disponível em:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o\\_de\\_Florian%C3%B3polis](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Florian%C3%B3polis) Acesso em 18 nov. 2007.

WIKIPÉDIA. Microrregião de Tijucas. Disponível em:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o\\_de\\_Tijucas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Tijucas) Acesso em 18 nov. 2007.